

Amor Bandido



As teias afetivas que envolvem
a mulher no tráfico de drogas

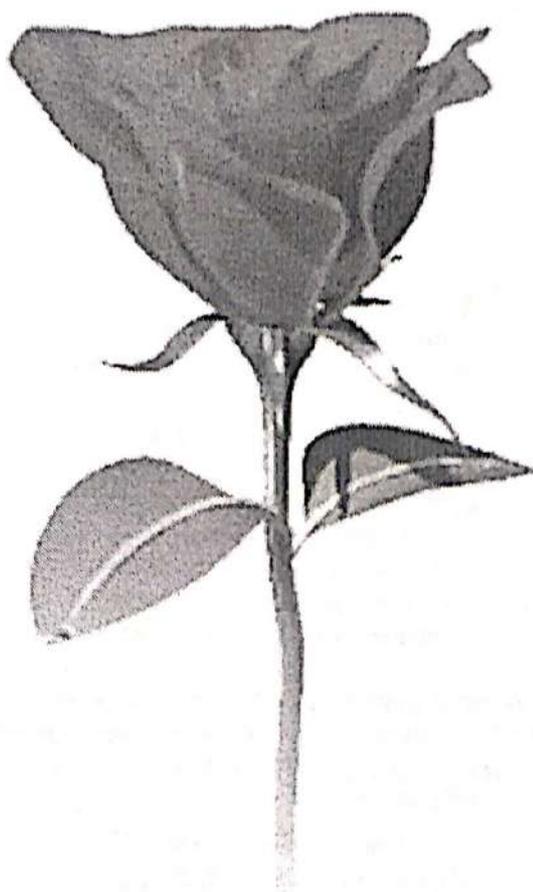
2. ed. revista e ampliada

Elaine Cristina Pimentel Costa

Amor Bandido

As teias afetivas que envolvem
a mulher no tráfico de drogas

Amor Bandido



As teias afetivas que envolvem
a mulher no tráfico de drogas

2. ed. revista e ampliada

Elaine Cristina Pimentel Costa



Maceió/AL, 2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitora

Ana Dayse Rezende Dorea

Vice-reitor

Eurico de Barros Lôbo Filho

Diretora da Edufal

Sheila Diab Maluf

Conselho Editorial

Sheila Diab Maluf (Presidente)

Cícero Pércles de Oliveira Carvalho

Elton Casado Fireman

Roberto Sarmento Lima

Iracilda Maria de Moura Lima

Lindemberg Medeiros de Araújo

Leonardo Bittencourt

Eurico Eduardo Pinto de Lemos

Antonio de Pádua Cavalcante

Cristiane Cyrino Estevão Oliveira

Revisão gramatical: Sidney Wanderley

Supervisão gráfica: Márcio Roberto Vieira de Melo

Capa: Moacir de Barros Pedrosa Júnior

Diagramação: Edmilson Vasconcelos

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

C837a Costa, Elaine Cristina Pimentel.
Amor bandido : as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas /
Elaine Cristina Pimentel Costa. 2. ed. rev. e ampl. – Maceió : EDUFAL, 2008.
153p.

Bibliografia: p. [145]-153.

1. Mulheres. 2. Amor. 3. Tráfico de drogas. 4. Afeto (Psicologia). 5. Relações humanas. I. Título.

CDU: 396

ISBN 978-85-7177-452-0

Direitos desta edição reservados à
Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas
Campus A. C. Simões, BR 104, Km, 97,6 - Fone/fax: (82) 3214.1111
Tabuleiro do Martins - CEP: 57.072-970 - Maceió - Alagoas
E-mail: edufal@edufal.ufal.br - Site: www.edufal.ufal.br

Editora afiliada:



Luiz.

Compartilho com você um pouco
da complexa subjetividade feminina.
Que esta leitura traga alguma contri-
buição para as reflexões no campo
da Criminologia.
Um abraço.

E. B. S.
09/04/13.

Dedico este livro às pessoas mais importantes da minha vida, com as quais muito aprendi sobre o amor:

Ao meu Pai, Oséas, para sempre vivo no meu coração. É ele a maior inspiração para seguir adiante.

À minha Mãe, Eulina, a mulher mais extraordinária que já conheci. Dela recebo verdadeiras lições de um amor incondicional.

Ao meu irmão Humberto, grande incentivador das minhas atividades intelectuais. A ele, a minha mais profunda admiração.

Ao meu amor Moacir, com quem compartilho sonhos e realidades.

Agradecimentos



À minha querida Professora-orientadora Ruth Vasconcelos, mulher admirável não somente pela postura de socióloga sensível e comprometida com as questões da subjetividade, mas pelo grande ser humano que é. A ela agradeço pelo acompanhamento contínuo e atencioso durante todo o Mestrado, bem como pelo incentivo nos momentos em que pensei não ser possível levar adiante o meu sonho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFAL, pelo compromisso e disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos. Agradeço em especial aos professores Silvia Martins, Izabel Brandão e Walter Matias, pelas valiosas contribuições para a minha pesquisa.

Aos colegas da turma do Mestrado em Sociologia, com os quais compartilhei grandes descobertas no campo das Ciências Sociais. A todos eles agradeço na pessoa do amigo Sérgio Coutinho, sempre presente e disponível quando mais precisei.

A Adriano Nascimento, intelectual admirável, grande amigo e principal responsável pela minha incursão no campo da Sociologia.

A Adriana Vieira, amiga muito especial, que não apenas transcreveu gentil e pacientemente as minhas entrevistas, mas esteve sempre presente nos momentos em que o caminho se tornou muito árduo. Agradeço, ainda, na pessoa da minha amiga-irmã Nívea Maria, aos demais amigos que torceram por mim, fazendo-se presentes através da força e do incentivo.

Aos meus padrinhos Leila e Roberto Pimentel e aos primos Roberta, Rafael e Rodrigo, que em muito contribuíram para a finalização do meu trabalho, compartilhando sempre comigo os momentos mais importantes da minha vida.

Aos colegas do Conselho Penitenciário, dos quais sempre recebi constante apoio e incentivo.

Ao magistrado Jamil Amil A. de H. Ferreira, pela compreensão e estímulo à atividade acadêmica.

A Sidney Wanderlei, pela atenciosa revisão gramatical.

A Edmilson Vasconcelos e Márcio Roberto Vieira, pela paciência e colaboração no processo de montagem e impressão deste livro.

Aos diretores das unidades do Sistema Penitenciário do Estado de Alagoas, bem como a todo o corpo de guarda, pela disponibilidade em me receber para a realização da pesquisa de campo.

Às reeducandas e aos reeducandos que entrevistei, pela gentileza em colaborar com a realização da pesquisa, emocionando-me, muitas vezes, com seus relatos permeados por uma realidade tão difícil de se lidar.

Ao meu marido Moacir, que pacientemente compreendeu as minhas ausências e colaborou de forma tão amável para a finalização deste trabalho, presenteando-me com tão linda capa para o meu primeiro livro.

A todos os meus familiares, e em especial à minha mãe, Eulina, pela presença e carinho no difícil percurso da construção da pesquisa que deu origem a este livro.

Cotidiano

Chico Buarque

Todo dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã

Todo dia ela diz que é pra eu me cuidar
E essas coisas que diz toda mulher
Diz que está me esperando pro jantar
E me beija com a boca de café

Todo dia eu só penso em poder parar
Meio-dia eu só penso em dizer não
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão

Seis da tarde como era de se esperar
Ela pega e me espera no portão
Diz que está muito louca pra beijar
E me beija com a boca de paixão

Toda noite ela diz pra eu não me afastar
Meia-noite ela jura eterno amor
E me aperta pra eu quase sufocar
E me morde com a boca de pavor

Todo dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã

SUMÁRIO

Nota à segunda edição 13

APRESENTAÇÃO 15

INTRODUÇÃO 21

CAPÍTULO I
IDENTIDADES FEMININAS E
REPRESENTAÇÃO SOCIAL 29

1. Construindo as identidades femininas:
as múltiplas identidades da mulher
traficante de drogas 29

1.1. Identidade na modernidade 37

2. Compreendendo a relação entre
representações e práticas sociais femininas 51

2.1. O discurso como forma de construção
e expressão das representações sociais 60

CAPÍTULO II
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO
AMOR FEMININO 71

1. O mito do amor feminino na modernidade 71

2. Contradições de um amor bandido 83

CAPÍTULO III	
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O	
TRÁFICO DE DROGAS NO CONTEXTO	
DAS INTERAÇÕES AFETIVAS 91	
1. Representações sociais sobre o tráfico de	
drogas: entre as prescrições da	
lei e a perspectiva dos traficantes	91
2. Quando amor e necessidade andam juntos:	
a droga no contexto familiar	100
3. A sedução do vício das drogas	
na relação afetiva	120
CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS	145
SOBRE A AUTORA	155

Nota à segunda edição



Num momento histórico em que predominam a intolerância e a indiferença às vicissitudes da vida em sociedade, é gratificante constatar o espaço ocupado por um livro que toma a subjetividade feminina como elemento central para a compreensão da dinâmica do tráfico de drogas. *Amor Bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas* proporcionou interessantes debates acadêmicos, chamando a atenção para a complexa subjetividade feminina.

O tráfico de drogas é, de fato, um dos maiores desafios da segurança pública, não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Em maior ou menor proporção, essa atividade mobiliza uma difusa rede de sociabilidade, rentável e violenta, que facilmente seduz homens, mulheres e crianças. O recorte proposto – estudo do afeto feminino como elemento impulsionador de práticas ligadas às drogas ilícitas – retrata algo recorrente entre as mulheres que compõem, atualmente, a população carcerária em todo o Brasil. As mulheres são outras, mas as histórias são as mesmas.

A segunda edição do livro não apresenta mudanças significativas no conteúdo do texto, sobretudo porque busquei preservar a integralidade da pesquisa que realizei para o Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas, entre os anos de 2003 e 2005. No entanto, alguns ajustes formais foram realizados, com o intuito de definir melhor o contexto apresentado.

É importante ressaltar que este livro não encerra a discussão sobre o envolvimento da mulher no tráfico de drogas. Ao contrário, busca enfatizar a dimensão subjetiva do problema, convidando o leitor a participar do processo de significação da realidade apresentada.

A autora



Mobilizada por um profundo sentimento de ternura e afeto e pelo reconhecimento do valor acadêmico do trabalho produzido por Elaine, assumimos com alegria a tarefa de apresentar ao leitor o percurso que Elaine trilhou para desvendar “*as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas*” no Estado de Alagoas. Seu texto se destaca, dentre outras coisas, pela clareza, leveza e pelo profundo vigor conceitual, abordando temas de extremo valor acadêmico e existencial para os nossos dias.

Impossível atravessar as páginas deste livro sem mergulhar em reflexões sobre nossa própria existência e a inefável fragilidade, insuficiência e precariedade da condição humana. Elaine enfrenta com maestria as discussões assinaladas pela sociologia contemporânea, particularmente quando amplia seus horizontes de discussão e compreensão da realidade social, escapando de uma certa perspectiva teórica marcada pelo determinismo objetivista e por uma visão reducionista que estaciona diante da variável econômica para explicar a totalidade dos fenômenos sociais. Na esteira dos movimentos teóricos que valorizam o discurso como prática social, toma a teoria da Representação Social como referencial para discutir os temas do amor, da identidade e da condição feminina no processo de construção da realidade social, revelando sua dimensão histórica e cultural, a partir do que problematiza o padrão amoroso que realça a submissão e subserviência da mulher ao homem, padrão este ainda hegemônico em nossa sociedade.

Com uma delicadeza que lhe é própria, e revelando o sentimento humanitário com que conduziu todo o processo de sua pesquisa, Elaine atribui codinomes de flores e rosas aos protagonistas das histórias que relata em seu texto, trazendo a tese da centralidade do amor como

motivação das práticas delituosas de mulheres que se envolvem com o tráfico de drogas. Seu texto produz o efeito de humanização das mulheres que estão reclusas no sistema penitenciário de Alagoas, mostrando que há contradições entre a identidade que a sociedade e a justiça lhes atribuem e a identidade que elas mesmas se atribuem. Elas não se sentem criminosas, nem perigosas, pois antes de se emaranharem nas teias do amor que lhes conduziram ao ilícito do tráfico, se identificam como mulheres, mães, filhas, irmãs, namoradas, esposas etc. Diferentemente do que pensam o discurso jurídico e o senso comum, são mulheres que não se percebem como criminosas, ao contrário, justificam suas práticas pelo amor e pelo afeto, e não entendem por que um gesto de amor possa tê-las conduzido a um lugar de criminosas. Elaine traduz a humanidade dessas mulheres quando releva suas expectativas de sair do sistema prisional, reencontrar seus familiares, encontrar um emprego, reencontrar o amor perdido em decorrência do cárcere, ou mesmo quando explicitam o desejo de encontrar uma “*alma gêmea*” que as faça felizes. Resgatando a dimensão de gênero, Elaine nos apresenta o universo simbólico e representacional dessas mulheres encarceradas que sonham, arrependem-se do que fizeram, desejam, sofrem, choram, sentem saudade e vivenciam as várias dimensões do amor: *eros*, *ágape* e *philia*.

A genialidade do trabalho de Elaine está em acrescentar à dimensão estrutural da problemática em questão o elemento subjetivo para compreensão do envolvimento da mulher no tráfico de drogas. Sem negar a dimensão social da problemática, reconhece a singularidade de cada história de vida relatada pelas 16 mulheres que vivenciam a pena privativa de liberdade em razão do tráfico. Algumas nem entendem por que um gesto de amor possa ter lhes conduzido a tamanho sofrimento, exatamente porque não compreendem o ato cometido como um crime. Elaine esclarece que a verdade dessas mulheres é diferente daquela ditada e definida pelo discurso jurídico que reputa os sujeitos simplesmente como traficantes.

A riqueza do tratamento dos dados oferecidos por Elaine deve-se a sua filiação aos pressupostos teóricos do interacionismo simbólico que realçam a dimensão relacional e construtivista dos processos sociais, valorizando os conteúdos representacionais constituídos no processo de interação como canais de acesso aos sentidos e significados das ações produzidas pelos sujeitos no campo social. Filiando-se à perspectiva hermenêutica da pesquisa qualitativa, Elaine lança luzes para a compreensão da problemática em questão exatamente porque considera o universo representacional feminino como um processo de construção social, cultural e relacional, tratando, numa perspectiva de gênero, a identidade como um processo aberto, dinâmico, relacional e em permanente construção.

As reflexões contidas neste livro denunciam o processo de estigmatização pelo qual passam não só as mulheres, mas todos os sujeitos condenados pela “verdade” do Direito e da Justiça. Todos ficam igualados e homogeneizados pela fria letra do Código Penal, que não permite considerar as singularidades de cada sujeito que se envolve na trama do crime, muitas vezes como “*prova de amor*”, ou mesmo por desconhecimento e ingenuidade. É surpreendente o discurso das reeducandas que não compreendem a gravidade da ação cometida, uma vez que justificam seu ato pela motivação do amor e do sentimento filial. No cárcere essas mulheres também vivenciam sentimentos de ingratidão e desencanto em relação aos seus amores. As expectativas de reciprocidade que demarcam todas as relações sociais aparecem de forma bastante clara quando algumas reeducandas reconhecem que “*não valeu a pena*” ter corrido o risco e agido por amor, pois além de perderem a liberdade, não sentem qualquer gesto de reconhecimento amoroso por parte de seus companheiros, tios ou irmãos por quem cometeram o “crime”. A decepção amorosa é uma dimensão registrada em alguns relatos contidos neste texto. Estamos, então, falando de questão de gênero, e dos padrões de amor e afeto que permeiam a sociedade e o espaço carcerário. Aí a atualidade do texto que Elaine nos apresenta.

Para finalizar, gostaríamos de partilhar com o leitor um outro aspecto do texto produzido por Elaine que não aparece nas linhas escritas, pois diz respeito ao processo de sua construção. Este livro é fruto de sua Dissertação de Mestrado, defendida em setembro de 2005 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFAL. Podemos testemunhar, na condição de sua orientadora, que o valor da escrita de Elaine deve-se a sua dedicação e responsabilidade acadêmica. Estabelecemos uma relação de orientação que para nós foi uma das melhores experiências vivenciadas no espaço da academia. Um privilégio desfrutado como educadora e pesquisadora que jamais será apagado da memória de nossos registros acadêmicos. No processo de orientação vivenciamos o que entendemos ser a essência da vida acadêmica e universitária: o diálogo e o respeito. Assim, crescemos juntas, partilhamos dúvidas e inseguranças, descobrimos caminhos teóricos e metodológicos para solução dos problemas que apareciam durante a pesquisa, enfim, vivenciamos um diálogo extremamente rico e construtivo que para nós tem o sabor de crescimento partilhado.

O leitor verá que a problemática discutida por Elaine é extremamente instigante, provocativa e, por que não dizer, inquietante. Falar de amor e drogas, da condição feminina, da fragilidade humana, das dificuldades de superação do vício (amoroso e das drogas), da perda de liberdade por algo que não é reconhecido pelas próprias reeducandas como um crime etc. São temas que nos põem em contato com questões subjetivas inscritas na própria condição humana, e particularmente, na condição feminina. Discutindo a história de vida dessas mulheres, muitas vezes refletíamos sobre a fragilidade da condição humana em sua mais radical contingência e vulnerabilidade. Quem sabe falávamos de nós mesmas?

Desta orientação resultou este belo trabalho, e uma amizade que para nós tem um valor inestimável. Tratando de um tema tão delicado quanto este, terminamos por nos revelar em nossa própria condição feminina, numa relação de confiança que se expressa no texto que Elaine apresenta neste livro.

O compromisso, a responsabilidade e a dedicação ao estudo fazem de Elaine uma pesquisadora realmente diferenciada. A escolha do tema, de certa forma, revela o compromisso social de Elaine, que conheceu esta realidade muito antes de iniciar seu Mestrado, ocupando uma cadeira no Conselho Penitenciário de Alagoas, lugar de onde ouve o drama daqueles e daquelas que vivem a perda da liberdade, às vezes de forma justa, outras vezes, injustamente.

Portadora de uma formação jurídica muito consistente, Elaine veio buscar na Sociologia o alargamento de sua formação acadêmica, com a perspectiva de ampliar seu campo de visão sobre os problemas sociais que a inquietam. O resultado deste cruzamento de saberes (do Direito e da Sociologia) é uma escrita extremamente cuidadosa, adotando um rigor teórico e metodológico que só engrandece o seu texto. É preciso elogiar a escrita de Elaine, que produziu um texto que nos envolve do começo ao fim porque conseguiu fazer uma mesclagem bastante equilibrada entre os argumentos teóricos e os dados empíricos.

Certa vez, avaliando o percurso feito para chegar ao texto final de sua dissertação, Elaine nos disse que este trabalho tinha sido feito a quatro mãos. Discordando de Elaine, diríamos que fizemos este trabalho de mãos dadas, pois temos a mais absoluta compreensão de que os méritos da pesquisa e do texto que ora é apresentado em livro são todos de Elaine.

O leitor terá agora a oportunidade de conhecer este rigoroso trabalho acadêmico, um texto que é cheio de vida e graça, tal como a sua autora.

Ruth Vasconcelos

Doutora em Sociologia, Professora do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFAL e membro do Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas - NEVIAL.

INTRODUÇÃO



A história da humanidade é marcada por diversos momentos em que o amor esteve em debate. Seja na Antigüidade, com os escritos de Platão, na Idade Média, com a perspectiva cristã, ou na modernidade, com seu novo patamar de racionalidade, o tema do amor subsiste a transformações político-institucionais, inclusive na contemporaneidade, quando o processo de reificação humana se mostra tão acentuado. Apesar de diferentes paradigmas relacionados ao amor na trajetória dos homens, o que há em comum entre esses diferentes períodos é que o amor aparece sempre como um fator que impulsiona práticas sociais nos mais variados campos da sociabilidade humana, inclusive nas ações ilícitas.

Ao adjetivar o amor de *bandido* no título do nosso livro, não propomos a condenação do sentimento *amor* como criminoso, ilícito ou desprezível, mas apontamos para a idéia de que há uma forte ligação entre as relações afetivas e as práticas ilícitas dos sujeitos estudados: as mulheres traficantes de drogas. Assim, apresentamos um estudo que teve por objetivo demonstrar que a afetividade aparece como um fator preponderante para o envolvimento da mulher no tráfico de drogas, em Alagoas¹. Sustentamos que os diversos significados do amor para essas mulheres são frutos das representações sociais construídas a partir de práticas interacionais estabelecidas ao longo de suas vidas, que as levam a vivenciar relacionamentos afetivos pautados pela milenar submissão da mulher ao homem, sobretudo quando estão em questão aspectos relacionados às necessidades familiares e ao uso de drogas.

¹ Este livro é resultado de nossa Dissertação de Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas, defendida em setembro de 2005.

Nesse sentido, situamos a nossa pesquisa no campo de estudos de gênero, no qual analisamos como são construídas as identidades femininas a partir do referencial masculino, principalmente com o advento da chamada modernidade tardia ou pós-modernidade, que introduz a idéia de que o sujeito traz em si múltiplas identidades que podem se comunicar ou se contradizer, na medida em que convivem concomitantemente (cf. HALL, 2004).

A mulher traficante de drogas, assim identificada pelo sistema jurídico-normativo no momento de sua prisão, é também esposa, companheira, namorada, mãe e filha, e desempenha diferentes papéis sociais no seu cotidiano. A partir dessas variadas identidades, a mulher passa a compreender-se como sujeito no meio em que vive, pautando suas práticas de acordo com os referenciais simbólicos que a inserem em lugares específicos na sociedade. Nesse contexto, as tradições culturais tendem a colocar a mulher numa posição de submissão e assujeitamento à figura masculina – seja ao pai, irmão ou companheiro – sobretudo em Alagoas, onde ainda percebemos fortes resquícios de uma sociedade patriarcal, pautada pela prática do coronelismo nas relações sociais.

Este livro surge, então, como uma proposta de repensar a problemática do gênero a partir de pressupostos não percebidos pelo senso comum, pois concentra a questão dentro do campo de sociabilidade tão peculiar do mundo das drogas. Assim, buscamos unir dois pólos de reflexão na atualidade: a questão de gênero e o tráfico de drogas.

A pesquisa realizada teve o intuito de contribuir com uma nova reflexão sobre o tema das drogas, já que delimitamos como foco de estudo as mulheres presas por tráfico no Estado de Alagoas. A pesquisa parte de um estudo fundado na teoria das representações sociais, que nos deu o suporte teórico adequado para compreender como os sujeitos envolvidos se percebem no contexto de suas relações afetivas, sendo

impulsionados, a partir dessa percepção, para práticas sociais relacionadas às drogas².

Procuramos demonstrar que na complexa rede de sociabilidade do tráfico de drogas, as mulheres, que não ocupam os mesmos lugares que os homens, acabam por reproduzir práticas de assujeitamento nas relações de afeto que vivem com os traficantes. Como consequência, envolvem-se mais profundamente com drogas e chegam a ser presas por tráfico. Não afirmamos, com isso, que as mulheres só são traficantes de drogas por influência dos homens, pois verificamos que há algumas mulheres que vivem da venda de drogas, independentemente de relacionarem-se com homens. Mas constatamos que, no universo das mulheres presas por envolvimento com drogas no Estado de Alagoas, a ação tipificada juridicamente como *tráfico ilícito de entorpecentes* pode ser resultado de uma verdadeira multiplicidade causal que nem sempre corresponde ao que pensa o senso comum acerca do que seja um traficante de drogas: uma pessoa que vive das drogas e para as drogas. Em outras palavras, pretendemos demonstrar que no universo das mulheres presas como traficantes em Alagoas, as ações relacionadas às drogas nem sempre estão ligadas ao caráter mercadológico do tráfico, mas são, na realidade, exercidas em nome das relações afetivas que essas mulheres estabelecem com os homens.

Há muito as Ciências Sociais vêm se dedicando aos estudos de gênero, que envolvem aspectos da identidade dos sujeitos – a eterna dialética masculino/feminino – nos mais diversos campos de intersubjetividade, a exemplo da família e das profissões. Com a problemática apresentada, propomos uma abordagem cuja relevância se encontra no fato de estudarmos o envolvimento da mulher no tráfico de drogas a partir da articulação de aspectos estruturais com a questão da afetividade e, portanto, da subjetividade. Ou seja, sem ignorarmos o

² Ao utilizarmos o termo “drogas”, estamos nos referindo às chamadas drogas ilícitas, cuja comércio é proibido no Brasil, a exemplo da maconha, cocaína, crack, dentre outras.

problema das drogas no contexto da lógica do capital e suas consequências de caráter econômico, político e social, buscamos compreender o campo de cognição do sujeito³ – a mulher traficante⁴ – acerca da afetividade e de sua relação com as práticas ilícitas ligadas às drogas. Assim, ao construirmos o tema, tivemos a preocupação de não repetir o equívoco da criminalização da pobreza, noção constantemente reproduzida no senso comum. Ainda que o cenário de miséria em que vive a maior parte da sociedade brasileira favoreça a prática de determinadas condutas consideradas delituosas, não se pode admitir o determinismo estrutural para explicar o crime, especialmente o tráfico de drogas.

Os sujeitos que compõem a rede de relações existentes no chamado “mundo das drogas” carregam as mais diversas histórias de vida, que, não raro, revelam experiências com drogadição, troca de favores, medos e afetos. Gilberto Velho (1999) chama a atenção para o caráter problemático da expressão “mundo das drogas”, diante de variáveis culturais e sociológicas que fazem parte desse contexto. Para ele, não há como pressupor comportamentos e atitudes homogêneos *“dentro do que se costuma chamar de ‘mundo das drogas’. Trata-se de noção muito ampla, a partir da qual precisamos estabelecer distinções e particularidades. Essas diferenças, até certo ponto, acompanham as fronteiras da estratificação socioeconômica mais geral”* (VELHO, 1999, p. 24).

A legislação brasileira concede tratamento bastante rigoroso ao tráfico ilícito de entorpecentes⁵. Porém, nem mesmo tamanha

³ As representações sociais tratam essencialmente dos esquemas de valores cognitivos que referenciam os sujeitos em suas práticas sociais.

⁴ Quando utilizamos o termo “mulheres traficantes”, não estamos, com isso, imprimindo uma adjetivação estigmatizante a essas pessoas, mas, tão-somente, unificando uma denominação que corresponda à situação jurídica das mulheres presas no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia.

⁵ Em 23 de agosto de 2006 foi publicada a Lei nº 11.343, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, revogando as leis nº 6.368/76 e 10.409/02. Neste livro, no entanto, todas as análises das situações subjetivas das mulheres traficantes de drogas tomam por base a Lei 6.368/76, tendo em vista que essa era a lei que estava em vigor quando da realização da nossa pesquisa de campo.

severidade consegue inibir a prática do tráfico de drogas, cada vez mais disseminado no Brasil – antes em grandes centros urbanos e agora atingindo Estados e cidades menos desenvolvidas. Ainda que o nosso objeto de estudo não tenha sido a questão estrutural do narcotráfico, compreendemos que é o consumo de drogas que leva à dinâmica desse mercado, que, por sua vez, aprofunda uma crise social de origem subjetiva, especialmente entre os jovens⁶. Muitos usam drogas na busca de preencher vazios existenciais, outros por mera curiosidade, outros, ainda, para se sentirem incluídos em determinados grupos sociais. Diante dessa pluralidade causal, nem os argumentos científicos sobre os males que a droga causa ao organismo, nem o rigor legal na proibição do tráfico têm servido como instrumento de interdição de práticas ilícitas relacionadas às drogas, o que aponta para a idéia de que há algo no campo da subjetividade que mobiliza os sujeitos para o consumo e para o tráfico.

Em Alagoas, especificamente, o tráfico de drogas começa a apresentar uma estrutura preocupante, sobretudo em alguns bairros da periferia da cidade de Maceió. Apesar da tendência de se tratar o tráfico de drogas como uma das categorias do crime organizado, verificamos que há práticas isoladas ligadas ao pequeno comércio varejista de drogas, que aparece como meio de subsistência de famílias inteiras. Além disso, o ciclo vicioso existente entre uso e venda de drogas faz com que usuários venham a ser presos, processados e condenados como traficantes.

Para o legislador, é considerada “traficante” qualquer pessoa que realiza uma das condutas descritas na lei⁷. Assim, é traficante de drogas, dentre outros, o agricultor que a cultiva em suas terras,

⁶ Verificamos, através da pesquisa de campo, que a maioria das mulheres presas por tráfico de drogas em Alagoas são jovens, na faixa dos 18 aos 30 anos de idade.

⁷ Arts. 36 a 39, da Lei nº 11.343/06.

o empregado que a semeia e colhe, o caminhoneiro que a transporta, o vendedor, seja do atacado ou do varejo, além dos chamados *aviõeszinhos*, que vão desde os jovens nas periferias da cidade, até as mulheres que levam drogas para seus companheiros nos estabelecimentos prisionais. A heterogeneidade de condutas que podem ser enquadradas como tráfico de substância entorpecentes é tão expressiva, que exige um tratamento diferenciado a cada pessoa presa por tráfico de drogas. No entanto, o que observamos com a nossa pesquisa é a tendência homogeneizante da estrutura judicial que, através da aplicação da norma, acaba por igualar condutas de naturezas muito diferenciadas.

Observamos que a mulher traficante quando vende, guarda ou transporta a droga para dentro de um presídio, por exemplo, não o faz somente porque passa por dificuldades financeiras e tem no tráfico um meio de subsistência, mas, em muitos casos, porque tenta dar provas de seu afeto ao companheiro, tio ou irmão. Em outros casos, as mulheres, na qualidade de usuárias de drogas, envolvem-se com os traficantes com o intuito de ter acesso às drogas e esse envolvimento, que primeiramente toma uma dimensão mercadológica, torna-se facilmente um relacionamento afetivo. Dessa forma, partimos do pressuposto de que não somente os fatores objetivos (desemprego, pobreza, miséria) justificam suas práticas, mas também as circunstâncias reveladas na subjetividade – especificamente através das representações sociais que constroem acerca das relações afetivas estabelecidas com maridos ou companheiros, dentro ou fora da unidade familiar – são motivações suficientes para que elas se envolvam nas teias do tráfico de drogas. É como se a idealização de um modelo de amor e a necessidade de dar constantes provas aos homens com os quais se relacionam fossem tão fortes a ponto de levá-las ao envolvimento com as drogas e a correrem os riscos de sofrer penalidades legais por suas práticas.

A escolha e delimitação do tema que deu origem a este estudo foi fruto da minha experiência de cerca de um ano de atuação como

advogada do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia, que revelou um grande número de mulheres presas que tinham seus maridos ou companheiros também presos por tráfico de drogas. A peculiaridade daquela realidade levou-me a pensar, através das Ciências Sociais, sobre o que ocorria com aqueles sujeitos no contexto de suas relações afetivas. O sujeito aqui estudado – a mulher traficante – traz em sua condição feminina e em sua experiência de vida informações que não podem ser ignoradas quando estamos diante de uma problemática dessa natureza. Há fatores ligados à compreensão que tem acerca da sua identidade e dos seus papéis sociais, além da drogadição, que se agregam às necessidades que a objetividade impõe.

Por outro lado, todo o processo de violência que está ao redor do tráfico de entorpecentes favorece a criação de imagens – representações sociais – de caráter negativo sobre as mulheres traficantes, sobretudo diante da forma como a mídia expõe a questão. Isso se contrapõe frontalmente com as percepções que elas mesmas têm das experiências que viveram com as drogas, quase nunca suficientes para que se auto-intitulem criminosas. No contexto da afetividade e da drogadição, os significados que as traficantes atribuem às suas próprias ações podem revelar possíveis justificativas para seu envolvimento e permanência no tráfico ou, em muitos casos, são conseqüências não previstas do uso de drogas. Por isso, observamos a importância do estudo das representações sociais no contexto das relações de gênero para a compreensão da ligação existente entre práticas femininas relacionadas ao tráfico de drogas e representações do seu cotidiano, principalmente no que diz respeito à forte presença da afetividade como justificativa para suas ações.

Assim, o primeiro capítulo deste livro é destinado às reflexões de natureza metodológica relacionadas ao tema proposto. Buscamos compreender como é construída a identidade feminina a partir de referencial masculino, e os papéis da mulher e do homem na relação afetiva. Para tanto, articulamos um estudo que envolve gênero,

identidade e afeto a partir da teoria das representações sociais de tradição francesa, que tem em Moscovici (2003) sua maior referência. Nesse sentido, fazemos uma reflexão acerca da modernidade como o momento histórico em que a discussão da identidade entra em debate, introduzindo um novo paradigma de subjetividade.

O segundo capítulo faz uma abordagem acerca do caráter sociohistórico do amor e, em especial, do amor feminino, enfatizando sua ligação com o cotidiano doméstico da família. Nosso objetivo é demonstrar como mulheres e homens têm visões diferentes acerca do amor e como essas representações influenciam as práticas sociais, alcançando, de uma maneira muito peculiar, o universo feminino e suas relações de afeto com companheiros, namorados ou mesmo irmãos, tios e primos.

O terceiro capítulo, finalmente, visa demonstrar como as representações sociais das mulheres envolvidas com as drogas vão além das percepções do senso comum, confrontando-se, inclusive, com as representações sociais oriundas das determinações da legislação penal, de modo que levam adiante práticas ilícitas em nome do afeto e sob forte influência das necessidades financeiras da família e do vício em drogas.

Durante todo o texto, narramos casos que nos foram relatados pelos entrevistados, demonstrando, através de seus próprios discursos, como as representações sociais fundamentam e justificam o envolvimento com drogas, de modo a levá-los à prisão. Com o intuito de preservar as identidades dos entrevistados, utilizamos nomes fictícios ao nos referirmos às histórias de vida e aos discursos. Ao final, apontamos algumas reflexões que, sem a pretensão de exaurir o tema, surgem como considerações finais que sintetizam o que foi trabalhado ao longo do estudo realizado.

CAPÍTULO I

IDENTIDADES FEMININAS E REPRESENTAÇÃO SOCIAL



O sexismo é um essencialismo. Como o racismo, de etnia ou de classe, ele visa imputar diferenças sociais historicamente instituídas a uma natureza biológica funcionando como uma essência de onde se deduzem implacavelmente todos os atos da existência. E dentre todas as formas de essencialismo, ele é sem dúvida o mais difícil de se desenraizar.

Pierre Bourdieu

Tratar do envolvimento da mulher no tráfico de drogas e sua relação com as representações que o sujeito carrega consigo acerca de sua identidade no contexto do amor significa adentrar num universo simbólico tipicamente feminino, permeado por idéias que não são exclusivas da mulher traficante de drogas, mas fazem parte da construção social da categoria *mulheres*, como resultado daquilo que elas apreenderam ao longo de sua trajetória na história da humanidade. Como tivemos por proposta o estudo das práticas femininas relacionadas às drogas a partir da sua ligação com um sujeito masculino – marido, namorado, companheiro, irmão –, inserimos nossa pesquisa, como afirmado anteriormente, no campo de estudos de gênero, cuja posição, no universo das Ciências Sociais, exige certo cuidado, sob pena de se repetir o equívoco do sexismo no estudo das relações entre masculino e feminino.

1. Construindo as identidades femininas: as múltiplas identidades da mulher traficante de drogas

Na busca do equilíbrio entre a excessiva valorização do aspecto biológico e a consideração de aspectos exclusivamente socioculturais

para a conceituação de gênero, trabalhamos com a perspectiva de que o gênero é uma categoria mista que envolve diversos aspectos que justificam a existência de estudos referentes à relação mulher-homem, no mesmo patamar de estudos de raça e de classe.

Para tanto, tomamos por referência o conceito de gênero proposto por Joan Scott, que assim define:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

A concepção de gênero como categoria mista permite uma leitura da realidade que ultrapassa o sexismo, e, portanto, o determinismo biológico, e alcança a idéia da construção social da identidade dos sujeitos nas relações sociais, nos mais variados campos de expressão de poder.

Para Linda Nicholson, “*gênero tem suas raízes na junção de duas idéias importantes do pensamento ocidental moderno: a da base material da identidade e da construção social do caráter humano*” (NICHOLSON, 2000, p. 10). O que Nicholson chama de base material da identidade diz respeito, sobretudo, ao fator biológico diferenciador do masculino e feminino – o corpo – que enseja uma determinada identidade sexual, dentro dos mais variados universos culturais.

Nicholson aponta como problemático o fato de se pensar o gênero como representativo de algo que as mulheres têm em comum, e aspectos de raça e classe como indicativos do que elas têm de diferente. Considera, assim, um equívoco afastar a questão feminina das demais práticas excludentes que existem nas sociedades e que são também preponderantes na compreensão de práticas de assujeitamento da

mulher ao homem, sobretudo no que diz respeito à construção da identidade (cf. NICHOLSON, 2000, p. 13).

Para Nicholson, “*quem somos enquanto mulheres, não difere só em relação a qualidades acidentais; difere também num nível mais profundo. Não há aspectos comuns emanando da biologia*” (NICHOLSON, 2000, p. 14). Portanto, todo estudo enquadrado como sendo “de gênero” tende a estar circunscrito na esfera das diferenças e não das semelhanças existentes nas relações mulher-homem. Essas diferenças devem ser compreendidas no contexto dos ambientes cultural e político nos quais as práticas sociais são observadas, na medida em que tais ambientes traduzem o sentido ideológico dos lugares que a mulher ocupa na vida social e na forma como desempenham ou devem desempenhar o seu papel. Sobre o próprio termo “mulher”, explica Nicholson:

Articular o sentido de uma palavra no contexto em que há ambigüidade, e no qual diferentes conseqüências surgem de diferentes articulações, é um ato político. Assim, a articulação do sentido de muitos conceitos em nossa linguagem, como “mãe”, “educação”, “ciência” e “democracia”, embora vista como ato meramente descritivo, é na verdade estipuladora. Com uma palavra emocionalmente tão carregada quanto “mulher”, da qual tantas coisas dependem se considerarmos o modo como o seu sentido é articulado, qualquer proposta de articulação deve ser vista como intervenção política (NICHOLSON, 2000, p. 37).

Joan Scott, reconhecendo que na sua utilização recente mais simples, a expressão “gênero” é usada como sinônimo de “mulheres”, afirma que o uso do termo gênero visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, uma vez que “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” (cf. SCOTT, 1995). Para Scott, “*O termo ‘gênero’, além de um substituto*

para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro" (SCOTT, 1990, p. 75).

No mesmo sentido, Judith Butler aponta para o referencial do outro na construção da noção de gênero:

Embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um "fator" ou "dimensão" da análise, ele também é aplicado a pessoas reais como uma "marca" de diferença biológica, linguística e/ou cultural. Nestes últimos casos, o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe *em relação* a outro significado oposto (BUTLER, 2003, p. 28).

Portanto, todo estudo de gênero implica, necessariamente, um estudo das identidades dos sujeitos feminino e masculino. De fato, um estudo como o que realizamos – que teve por escopo compreender o universo representacional feminino no contexto de suas relações afetivas e sua conseqüente relação com as práticas ilícitas ligadas às drogas – não pôde deixar de ter por referencial de construção da identidade feminina o outro masculino – o homem traficante. Ou seja, é no contexto das relações sociais com o homem traficante e a partir das representações sociais que formulam acerca do papel feminino na relação afetiva que as mulheres traficantes justificam suas práticas relacionadas ao crime, mais precisamente ao tráfico de drogas, ainda que esse envolvimento seja esporádico ou relacionado ao uso da droga. De fato, constatamos com a nossa pesquisa que a submissão feminina ao homem nas relações de afeto pode ocorrer tanto dentro do casamento ou nas suas formas assemelhadas – união estável, por exemplo – como num namoro sem grandes compromissos.

A concepção de gênero com a qual trabalhamos, então, refere-se aos domínios – tanto estruturais quanto biológicos – que implicam as relações entre os sexos e que dão significado a relações de poder. Para Scott, "o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado" (SCOTT, 1995, p. 88). Todavia, o poder ao qual se refere Scott não é um poder unificado, mas, sim, fruto de relações sociais desiguais e difusas na sociedade, constituídas pelos discursos nos "campos de forças" sociais⁸.

Por outro lado, não se pode ignorar a importância da historicização dos estudos de gênero e, portanto, a necessidade de se rejeitar concepções que partem da idéia de um caráter fixo e permanente das relações entre o masculino e o feminino. Uma das formas de apreender o conteúdo ideológico que contribui para a construção de representações sociais acerca dos papéis do homem e da mulher na relação afetiva é a compreensão do universo simbólico revelado nos discursos masculinos e femininos, sempre formados a partir de aspectos ideológicos da cultura daquele momento histórico específico⁹.

Partindo da perspectiva das questões de gênero historicamente estabelecidas, questionamos como a mulher traficante de drogas se posiciona enquanto sujeito e quais as implicações da compreensão de sua própria identidade dentro do universo representacional em que vive. Pretendemos demonstrar que no contexto de *subjeição* do feminino ao masculino, a mulher traficante passa a conceber a sua própria identidade a partir do outro com o qual se relaciona afetivamente, de modo que até mesmo práticas ilícitas passam a povoar o seu cotidiano.

⁸ Joan Scott (1990) faz uso da noção foucaultiana de poder, que será explicada mais adiante, ainda neste capítulo.

⁹ No item 2.1. deste capítulo trataremos da importância do discurso na formação das representações sociais.

Para compreender como e por que a dominação masculina ainda é uma realidade contemporânea que se expressa nas mais variadas dimensões da convivência humana, é necessário considerar as práticas de consentimento feminino às representações dominantes. Em outras palavras, entendemos que a dominação do masculino sobre o feminino é fruto da aceitação das próprias mulheres – ainda que não direta, nem tampouco conscientemente – de práticas de sujeição reveladas nos seus discursos, que, por sua vez, são formados a partir de conteúdos ideológicos que estabelecem os papéis da mulher e do homem na sociedade e, mais especificamente, nas relações de afeto.

Pierre Bourdieu trabalha a dominação masculina como evidência nas práticas discursivas expressas nas falas e nas expressões artísticas.

O discurso, assim, é o campo no qual são formadas as práticas de dominação do masculino sobre o feminino, gerando uma verdadeira divisão social de papéis através da percepção, do pensamento e de práticas sociais, de modo a unir estruturas objetivas e a subjetividade.

Se esta divisão parece estar “na ordem das coisas”, como se diz algumas vezes para falar daquilo que é normal, natural, a ponto de ser inevitável, é porque ela está presente, em estado objetivado, no mundo social e também, em estado incorporado, nos *habitus*, onde ela funciona como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 1995, p. 137).

Para Bourdieu, o *habitus* é um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo em um determinado campo social, tornando possível a própria reprodução social. “O *habitus* é esse princípio gerador que retraduz as características intrínsecas e relacionadas de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolha de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996, p. 21-22).

Nessa qualidade, os *habitus* são inerentes a um sistema histórico de relações sociais que transcendem o indivíduo e garantem identidade ao corpo social. Por isso, o *habitus* torna-se uma espécie de *senso prático* daquilo que deve ser feito diante de determinada situação (cf. BOURDIEU, 1996).

As categorias de visão e de divisão de que trata Bourdieu tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem, ou seja, signos distintivos. Assim, muitas sociedades representam espaços sociais cujas estruturas de diferenças entre o masculino e o feminino passam a ser ditas como naturais, evidentes, inelutáveis (BOURDIEU, 1995, p. 137). É por isso que Bourdieu compreende a dominação masculina como uma forma de violência simbólica:

A violência simbólica impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante na medida em que não dispõe, para o pensar e para se pensar, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que não são senão a forma incorporada da relação de dominação (BOURDIEU, 1995, p. 142).

Portanto, a naturalização da dominação do masculino sobre o feminino faz parte de um processo ideológico que contribui para a construção das representações sociais acerca da identidade dos sujeitos e seus papéis e, conseqüentemente, das práticas sociais. Na qualidade de processo ideológico, a violência simbólica faz parte do contexto histórico e cultural dos sujeitos envolvidos:

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. O essencial é identificar, para cada configuração

histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural” e biológica a divisão social dos papéis e das funções (SOIHET, 1997, p. 71-72).

Para Bourdieu, a dominação masculina é uma expressão de poder que comporta uma dimensão simbólica na qual o pólo dominado da relação – a mulher – submete-se a uma forma de adesão que não é fruto de uma decisão deliberada ou de consciências esclarecidas, mas sim da submissão de corpos socializados (BOURDIEU, 1995, p. 142). Por conseguinte, a divisão sexual dos papéis na sociedade está permeada por um conteúdo ideológico cuja naturalização está revelada nos próprios discursos dos atores sociais.

Os dominados aplicam a todas as coisas do mundo e, em particular, às relações de poder nas quais eles estão enredados, às pessoas através das quais estas relações se realizam, portanto também a si mesmos, esquemas de pensamento impensados, os quais – sendo o produto da incorporação dessas relações de poder sob a forma transformada de um conjunto de pares de oposição (alto/baixo, grande/pequeno) funcionando como categorias de percepção – constroem estas relações de poder do ponto de vista próprio daqueles que aí afirmam sua dominação, fazendo-as parecer como naturais (BOURDIEU, 1995, p. 142).

As relações de poder das quais trata Bourdieu estão diretamente ligadas à construção das identidades dos atores sociais. Suas práticas são resultado das representações que constroem acerca de si mesmos em relação ao meio social em que vivem e, portanto, às pessoas com as quais se relacionam. Assim, se a identidade feminina é uma construção que se dá a partir do outro com quem se relaciona – seja companheiro, marido, filhos –, não devemos falar em identidade, mas em identidades múltiplas, frutos de diversificados referenciais (cf. HALL, 1999).

1.1. Identidade na modernidade

O conceito de identidade passa a fazer parte de uma discussão de maior relevo nas Ciências Sociais na modernidade, que, segundo Anthony Giddens, “altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os espaços mais pessoais de nossa existência” (GIDDENS, 2002, p. 9). Essas alterações são resultado da relação entre aquilo que Giddens chama de extremos: influências globalizantes e disposições pessoais (GIDDENS, 2002, p. 9).

Giddens entende a modernidade como equivalente ao mundo industrializado, esclarecendo, porém, que o industrialismo é apenas uma das dimensões institucionais desse momento histórico, ao lado do próprio capitalismo, por exemplo, que é um sistema de produção de mercadorias que envolve mercados de produtos e mercantilização da força de trabalho humana (cf. GIDDENS, 2002). “Cada uma dessas dimensões pode ser analiticamente distinguida das instituições de vigilância, base do crescimento maciço da força organizacional associado com o surgimento da vida social moderna” (GIDDENS, 2002, p. 21). Tudo isso produziu fortes efeitos sobre as formas de sociabilidade, chegando a modificar, inclusive, os patamares preestabelecidos nas relações sociais, tendo em vista o próprio dinamismo do momento histórico vivido na modernidade:

Em vários aspectos fundamentais, as instituições modernas apresentam certas discontinuidades com as culturas e modos de vida pré-modernos. Uma das características mais óbvias que separa a era moderna de qualquer período anterior é seu extremo dinamismo. O mundo moderno é um “mundo em disparada”: não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores (GIDDENS, 2002, p. 22).

Giddens considera a modernidade como uma ordem pós-tradicional, pautada a partir da idéia de reflexividade, que se refere “à suscetibilidade da maioria dos aspectos da atividade social, e das relações materiais com a natureza, à revisão intensa à luz de novo conhecimento ou informação” (GIDDENS, 2002, p. 25-26). O conhecimento a que se refere é típico das instituições modernas, fundadas na razão que supera os dogmas da tradição (GIDDENS, 2002, p. 26). É no contexto do dinamismo da modernidade que Giddens formula o conceito de auto-identidade, partindo da noção daquilo que entende por identidade:

A auto-identidade não é um traço distintivo, ou mesmo uma pluralidade de traços, possuído pelo indivíduo. É o eu compreendido reflexivamente pela pessoa em termos de sua biografia. A identidade ainda supõe a continuidade no tempo e no espaço: mas a auto-identidade é essa continuidade reflexivamente interpretada pelo agente (GIDDENS, 2002, p. 54).

Alain Touraine constrói uma crítica da modernidade afirmando que há, naquele momento histórico, duas figuras que se voltam uma para a outra: racionalização e subjetivação. Para ele, não há modernidade sem racionalização – por isso evita identificar a modernidade com a industrialização –, e vai além, afirmando que não há identidade sem um sujeito-no-mundo, “que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade” (cf. TOURAINE, 1994).

Touraine demonstra que a idéia de modernidade rompe com um mundo que vive à mercê de forças ocultas – típicas da Idade Média – e estrutura-se como verdadeira antítese de uma construção cultural, ou seja, como a antitradição, a derrubada de convenções, costumes e crenças, enfim, como a entrada na idade da razão (cf. TOURAINE, 1994). No entanto, Touraine considera que a modernidade não se limita à racionalidade instrumental do homem, que revolucionou a ciência e a técnica, mas exige, sobretudo, a presença de um sujeito humano:

Não existe modernidade a não ser pela interação crescente entre o sujeito e a razão, entre a consciência e a ciência, por isso quiseram nos impor a idéia de que era preciso renunciar à idéia de sujeito para que a ciência triunfasse, que era preciso sufocar o sentimento e a imaginação para libertar a razão, e que era necessário esmagar as categorias sociais identificadas com as paixões, mulheres, crianças, trabalhadores e colonizados, sob o jugo da elite capitalista identificada com a racionalidade (TOURAINE, 1994, p. 219).

Segundo Touraine, a modernidade redefine o homem pré-moderno, que anteriormente se sujeitava a forças impessoais, ao destino, ao sagrado, e que agora substitui pela integração social, de modo a desempenhar o seu papel de trabalhador, genitor, soldado ou cidadão, enfim, “participar da obra coletiva, e antes de ser o ator de uma vida pessoal, tornar-se o agente de uma obra coletiva” (TOURAINE, 1994, p. 220). Para Touraine, isso ainda consiste na “semimodernidade”, na medida em que reprime a construção de um sujeito individual:

A modernidade triunfa quando, seja qual for o lugar do homem na natureza, ele reconhece a natureza nele (...). O indivíduo não é senão a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência (TOURAINE, 1994, p. 220).

É a partir da compreensão do sujeito moderno, que se reconhece como indivíduo, que está estabelecido o debate sobre conceito de identidade. Stuart Hall (2004) propõe uma discussão acerca da identidade, mas não se limita ao contexto da modernidade: vai além, trabalhando as múltiplas identidades na pós-modernidade. Para Hall, as velhas identidades, que davam origem a um sujeito unificado, estão em declínio, abrindo espaço para novas identidades, que fragmentam o indivíduo moderno:

A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2004, p. 7).

Hall entende que o conceito de identidade não é conclusivo, em virtude de sua complexidade e dado ao fato de ser pouco desenvolvido e compreendido nas Ciências Sociais. Identifica, então, três expressões conceituais de identidade na história social, que revelam diferentes fases de desenvolvimento da humanidade: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno (cf. HALL, 2004).

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa (HALL, 2004, p. 10-11).

Essa concepção, segundo Hall, era demasiadamente individualista do sujeito do Iluminismo e de sua identidade, sujeito esse descrito, sobretudo, no masculino (HALL, 2004, p. 11). Na concepção de construção de identidades típica do Iluminismo, Hall vislumbra aspectos de uma cisão entre o masculino e o feminino que estudamos ainda hoje, nas sociedades contemporâneas, sem deixar de observar a prevalência do masculino na formação das identidades (cf. HALL, 2004). Por outro viés, porém, é concebido o sujeito sociológico:

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo, mas era formado na relação “com outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para os sujeitos os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava (HALL, 2004, p. 11).

A partir da idéia de um sujeito sociológico nasce a clássica concepção interativa da identidade e do “eu”, que tem no interacionismo simbólico forte referencial teórico para a compreensão da construção dessa identidade, formada através da interação entre o “eu” e a sociedade¹⁰. “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2004, p. 11). Para Hall, no entanto, essa forma de identidade amarra o sujeito à estrutura, estabilizando tanto os sujeitos quanto os mundos culturais por eles habitados, tornando-os unificados e predizíveis (HALL, 2004, p. 12).

A concepção de um sujeito sociológico, segundo Hall, passa por um processo de mudança, pois o sujeito, outrora unificado e estável, mostra-se agora fragmentado, “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2004, p. 12). Trata-se do sujeito pós-moderno, cuja identidade não é fixa, essencial ou permanente, mas, sim, transformada continuamente, de acordo com os sistemas culturais nos quais está envolvido (HALL, 2004, p. 13).

¹⁰ Abordaremos o interacionismo simbólico no Capítulo II, ao tratarmos da teoria das representações sociais e sua relação com a construção da identidade.

Na dinâmica peculiar às relações sociais culturalmente constituídas, a construção da identidade está sempre incompleta e em andamento, sendo continuamente formada a partir da interação do sujeito com o mundo cultural exterior. Portanto, a construção da identidade se dá, ao mesmo tempo, social e individualmente, de modo que componentes sociológicos e psicológicos se articulem (cf. HALL, 2004). Mesmo integrando-se em diferentes grupos sociais, de modo a assumir identidades coletivas distintas, os indivíduos tendem a diferenciar-se, tornando-se autônomos e afirmando-se enquanto sujeitos, ou seja, atores sociais:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 1998, p. 13).

Portanto, o sujeito pós-moderno tem múltiplas identidades, que são construídas no contexto de suas trocas simbólicas, ou seja, de acordo com a interação com o meio sociocultural em que vive. Foi essa concepção que aponta para a multiplicidade de identidades do sujeito que adotamos para a nossa pesquisa.

Maura Penna (1992) usa elementos bem definidos para compor um conceito de identidade. Para ela, quatro critérios são possíveis para a compreensão da formação das identidades de um sujeito: a naturalidade, a vivência, a cultura e a auto-atribuição (PENNA, 1992, p. 50-51)¹¹. Tomamos esses critérios para uma reflexão acerca das múltiplas identidades da mulher traficante de

¹¹ O conceito de identidade traçado por Maura Penna tem por finalidade um estudo da identidade do nordestino.

drogas, com o objetivo de compreender como a perspectiva da norma jurídica e do senso comum pode se distanciar das representações que a própria mulher tem acerca de sua vivência em contextos que, para ela, são muito mais significativos que o do mundo das drogas, como a família, por exemplo.

O critério da *naturalidade* seria aquele atribuído pela norma jurídica que, ao incidir sobre o fato por ela descrito – tráfico de drogas, configurado em diversas ações –, origina a identidade de traficante, que passa a ser referencial natural do sujeito¹². Ou seja, a mulher é traficante porque está enquadrada em uma das condutas descritas em lei, ainda que sua história de vida demonstre que suas práticas ligadas às drogas não correspondem a uma realidade de ações reiteradas no tráfico. Constatamos, com a nossa pesquisa, que muitas mulheres carregam consigo a identidade estigmatizada¹³ de traficante em virtude de envolvimento esporádico com as drogas.

Quando a identidade de traficante é naturalmente estabelecida a partir da aplicação da norma jurídica, a referência estigmatizante de *criminoso* passa a fazer parte da vida da mulher, inclusive documentalmente, na medida em que ela passa a ser classificada e qualificada, formalmente, com essa identidade. Não nos parece, porém, que esse critério seja adequado para a determinação da identidade de

¹² Descrevemos, na Introdução do nosso trabalho, quais as condutas que configuram o tráfico de drogas, de acordo com o art. 12, da lei nº 6.368/76.

¹³ Segundo Erving Goffman, "a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias" (GOFFMAN, 2004, p. 11). Essa categorização das pessoas gera expectativas normativas e exigências no meio social, de modo que a não correspondência a tais expectativas desencadeia um efeito de descrédito – estigma – e constitui "uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real" (GOFFMAN, 2004, p. 12). O envolvimento de uma mulher com drogas constitui uma quebra dessas expectativas normativas, uma vez que a identidade de traficante parece contradizer-se com as demais identidades da mulher, sobretudo àquelas relacionadas à família. "O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo" (GOFFMAN, 2004, p. 13).

um sujeito, pois verificamos, a partir do resgate das histórias de vida das mulheres traficantes entrevistadas, que muitos desses sujeitos, ainda que qualificados juridicamente como traficantes, não vivenciavam o cotidiano do tráfico antes da prisão.

Segundo Penna (1992), a *vivência* seria outro critério de atribuição da identidade do sujeito, a partir de sua experiência de vida (cf. PENNA, 1992, p. 51). No caso do tráfico de drogas, a identidade da mulher traficante pode ser reconhecida por aqueles que observam suas ações relacionadas às drogas. Portanto, essa identificação restringe-se aos sujeitos que convivem cotidianamente com a mulher traficante e têm conhecimento de suas práticas ilícitas ligadas às drogas. Por outro lado, a vivência pode demonstrar que a mulher traficante carrega consigo outras identidades, como as de mãe, companheira, filha, às quais correspondem papéis sociais bem definidos. Essas outras identidades podem ser também reconhecidas pelos outros. Por isso, a vivência é um critério muito mais coerente de atribuição das identidades de um sujeito, pois acompanha as práticas sociais desse indivíduo no contexto em que ele vive¹⁴.

Além da naturalidade e da vivência, um outro elemento formador da identidade, de acordo com Penna (1992), é a *cultura*, que, no caso do nosso objeto de estudo, traduz-se em representações sociais acerca da figura do traficante num contexto de violência, sobretudo em virtude da rede de sociabilidade peculiar ao narcotráfico, que envolve não somente outros delitos, mas também uma eterna luta pelo poder entre os traficantes e a polícia. Embora a mulher não ocupe os mesmos lugares que o homem no tráfico de drogas – especialmente porque não é comum que mulheres se envolvam em atos de violência relacionados ao tráfico –, a cultura de violência que está ao redor do mundo das drogas também define identidades. É certo que “bocas de

¹⁴ Aprofundaremos essa questão no Capítulo III.

fumo”¹⁵ e pontos de venda de drogas são espaços que representam perigo para as comunidades, mas verificamos, com a nossa pesquisa, que é muito comum que a droga seja apreendida em poder das mulheres em pequenas quantidades, nas suas próprias residências e, muitas vezes, para consumo próprio. Assim, a cultura de violência pode não corresponder à realidade por elas vividas, pois o olhar do outro é sempre exterior ao que é vivenciado pelas mulheres.

Esses três elementos apresentados por Maura Penna (1992) – naturalidade, vivência e cultura – servem para pensar a identidade da mulher na perspectiva do outro, do observador. Apesar da força das representações sociais para a construção da identidade a partir do olhar do outro, o próprio sujeito tem a capacidade de se definir e se classificar dentro daquilo que *ele* pensa sobre si mesmo. Trata-se da *auto-atribuição*, o quarto elemento apontado por Penna (1992) para a construção das identidades dos sujeitos.

Muitas das mulheres traficantes, apesar de conscientes de que o seu ato representa transgressão à norma penal e sabedoras do repúdio social sobre a figura do traficante, não se reconhecem como tal, pois, para elas, as identidades relacionadas à vida doméstica – mãe, companheira, filha – sobrepõem-se àquelas que dizem respeito à sua condição de traficante. De fato, na visão das mulheres traficantes, suas múltiplas identidades não estão dissociadas no cotidiano, conforme se observa no discurso de uma das mulheres entrevistadas:

A cadeia é ruim, ela é ruim, mas também ensina muita coisa. Não aprende quem não quer. Eu aprendi a verdade: eu perdi minha liberdade, perdi de estar junto com meus filhos, minha filha foi mocinha e eu não estava lá para ensinar a ela, meu filho está com quatorze

¹⁵ Essa é a gíria utilizada pelos usuários e traficantes para definir os locais das periferias das cidades onde as drogas são vendidas e os usuários podem consumi-las.

anos. Perdi de estar junto da minha Vó, cuidando dela (...), perdi muita coisa, não perdi não? Perdi de estar junto da minha família. O que foi que a droga me deu? Nada! (...) Quando eu sair daqui Deus vai me ajudar (...), tenho fé em Deus¹⁶.

A fala revela que a reeducanda, não negando seu envolvimento com drogas e, portanto, sua identidade perante o tráfico, também aponta para suas identidades no contexto de sua família – mãe, neta – e que a privação oriunda da condenação ao cárcere não recaiu somente sobre a sua liberdade, mas privou-a do exercício dessas identidades e, portanto, dos papéis mais comuns do seu cotidiano. Situações como essa sugerem que os vínculos afetivos são os mais importantes na vida da mulher traficante, de tal modo a gerar nela um sentimento de perda e privação muito significativo diante da impossibilidade de estar presente em momentos importantes da vida dos filhos, por exemplo.

Tudo o que foi dito na fala acima transcrita é elevado à condição de uma *verdade* que ela diz ter aprendido com o cárcere: a perda da liberdade e do convívio com a família. Se essa é a verdade que ela aprendeu durante o período em que esteve presa, qual a verdade que fundamentava a sua identidade de traficante na realidade do convívio com a figura masculina?

É na obra de Michel Foucault que encontramos amparo teórico para discutir a idéia de *verdade do sujeito* dentro do universo simbólico da mulher traficante. O tema da subjetividade aparece na obra de Foucault como uma construção que se dá no interior daquilo que o autor chama de redes de poder, que não se limitam ao poder do Estado

¹⁶ Fala da reeducanda Açucena.

e, portanto, às normas jurídicas, mas vão além, alcançando as mais diversas instituições de poder que são resultados de saberes desenvolvidos nas sociedades historicamente constituídas, a exemplo da medicina, da psiquiatria, da escola e do sistema penal. A partir da idéia de que esses saberes são fundamentados na existência de determinadas verdades, Foucault contextualiza o sujeito como objeto das mais variadas formas de conhecimento, de modo a ser fabricado através de um poder disciplinar e dentro de uma sociedade de controle (cf. FOUCAULT, 2004d).

Há, na obra foucaultiana, uma pergunta central: “*como um sujeito foi estabelecido, em diferentes momentos e em diferentes contextos institucionais, como objeto de conhecimento possível, desejável ou até mesmo indispensável?*” (FOUCAULT, 1997, p. 109). A resposta a tal questionamento não se dá linearmente nos escritos de Foucault, mas indiretamente, ora com uma história da loucura e estudos sobre o nascimento da clínica, ora através da análise das prisões e dos criminosos, ora com uma história da sexualidade, abordando as mais diversas formas de controle e disciplina do corpo. Aparentemente, as instituições estão em foco, mas, de fato, Foucault almeja demonstrar como essas instituições dizem o sujeito, construindo-o dentro das pequenas redes de poder, cuja fundamentação se encontra nos mais diversos saberes. É nesse contexto que encontramos espaço para discutir a identidade da mulher traficante vinculada ao sujeito masculino a partir de suas relações de afeto, sobretudo dentro do meio familiar.

Em que pese a contribuição do pensamento foucaultiano para pesquisas no campo de estudos de gênero, muitas feministas resistem em apontá-lo como um referencial para o feminismo, movimento ocidental moderno que, segundo Jana Sawicki (2001), tem origens nas filosofias humanistas do liberalismo e do marxismo clássico. Explica Sawicki:

Apesar de haver boas razões para acreditar que a própria feminilidade seja uma construção masculinista, muitas

feministas relutam em abandonar apelos e fundações absolutas – para algum sujeito essencial, libertador, enraizado na “experiência das mulheres” (ou da natureza) – como um ponto de partida para uma teoria emancipatória. Assim, embora questões de identidade e das tecnologias de poder/conhecimento que as produzem tenham estimulado muitas das apropriações feministas da análise foucaultiana por volta dos anos 80, elas também marcam pontos de tensão no relacionamento entre Foucault e o feminismo (e no interior do próprio feminismo) (SAWICKI, 2001, p. 245-246).

De fato, Foucault não propõe formas de resistência à dominação masculina sobre as mulheres – escopo maior de todo projeto feminista –, mas sim formas de análise, descrição e crítica das relações entre poder e saber, que possam fornecer, ainda que indiretamente, estratégias de oposição a discursos e práticas de dominação, num sentido holístico. Por isso, entendemos que o pensamento de Foucault acerca das práticas de dominação posiciona a questão da dominação masculina dentro de um universo político mais complexo, discutido desde a Antigüidade, através dos escritos de Aristóteles (2001) acerca da dicotomia corpo e alma, na qual a mulher representava o corpo – desempenhando um papel exclusivo da maternidade e sem qualquer expressão política nas decisões da comunidade – e o homem, a alma, superior em essência à insignificância feminina. Em outras palavras, trata-se da idéia de que o masculino é ligado à racionalidade da natureza, ao passo que o feminino identifica-se com o emocional, o passional e o sentimental.

Embora Foucault tenha recusado qualquer papel legislativo ou profético para si próprio, o objetivo de seus escritos era oferecer interpretações de práticas e idéias específicas que pudessem ser usadas, politicamente, para oferecer descrições que sugerissem “trilhas possíveis de ataque” (SAWICKI, 2001, p. 253).

Pensar o sujeito dentro das redes de poder que ensejam opressão e assujeitamento, assim como o faz Foucault, significa pensar, sobretudo, a construção histórica dos sujeitos e de suas múltiplas identidades na vida social e, conseqüentemente, os meios através dos quais é possível superar tais práticas. Portanto, compreendemos que o sujeito foucaultiano traduz o sujeito estudado na nossa pesquisa, qual seja, a mulher traficante de drogas.

A partir da noção de um sujeito construído historicamente, Foucault aponta as condições econômicas não como um obstáculo ao sujeito de conhecimento, mas sim como o ambiente no qual se forma o sujeito de conhecimento e, conseqüentemente, as relações de verdade. Em outras palavras, os sujeitos e o conhecimento existem a partir de condições políticas – relações de poder – que são o solo em que elas se formam. Por isso, Foucault parte do pressuposto de uma objetivação do sujeito, isto é, de que o sujeito não é apenas fruto de seu interior, mas, também, resultado das relações de saber e poder, seja através do controle da produção do discurso – verdadeiro meio de exorcizar seu poder –, seja pelas práticas divisórias, que ocorrem com a determinação das figuras do doente, do louco, do criminoso, todos considerados “anormais” (cf. FOUCAULT, 2002a).

Nesse contexto, fica evidente que uma outra problemática se desenvolve: a questão da verdade. Foucault analisa como, desde a Antigüidade, algumas formas de verdade são fruto das práticas jurídicas, especialmente do Direito Penal. Com efeito, através do Direito é possível reconhecer novas formas de subjetividade, e, portanto, concepções de sujeito e de conhecimento originados a partir da prática penal. A norma penal tem o papel de revelar uma verdade: vender drogas é crime e, portanto, quem a vende é criminoso. Dessa forma, a norma jurídica expressa o discurso do Direito. Como compreendemos que as práticas discursivas moldam as identidades

dos sujeitos, temos o discurso jurídico como um meio social de construção da identidade do sujeito traficante de drogas – no caso do objeto do nosso estudo, da mulher traficante –, modalidade essa que convive com outras formas discursivas de representar diversas expressões das identidades dos sujeitos.

Através da pesquisa realizada, não tivemos a pretensão de “deduzir” as identidades das mulheres traficantes de drogas, mas sim de captar elementos presentes nos seus próprios relatos – o discurso – e que revelam a relação entre as representações que têm acerca de sua condição feminina e dos papéis sociais que devem desempenhar e que, de fato, desempenharam no momento em que se envolveram com a droga em virtude de seus relacionamentos afetivos.

Luiz Paulo da Moita Lopes (2002) entende que a sexualidade é o traço mais relevante de nossas identidades sociais e se relaciona diretamente com a forma pela qual nos posicionamos e somos posicionados pelos outros com quem nos relacionamos, ou seja, como nos representamos e somos representados nas práticas discursivas acerca dos papéis sexuais. “*Isso é assim, acredito, por causa de nossa procura por afeto e amor e também por causa de nossas necessidades sexuais*” (LOPES, 2002, p. 98).

Buscamos compreender, então, através dos discursos das mulheres traficantes de drogas, elementos importantes e significativos que demonstrassem como são representados os referenciais da identidade feminina a partir da percepção e do auto-reconhecimento da mulher acerca de suas relações afetivas e da ligação do amor com as práticas sociais ligadas às drogas.

Para compreender como as concepções acerca do amor e dos papéis do homem e da mulher nas relações afetivas influenciam o envolvimento de mulheres no tráfico de drogas no Estado de Alagoas, buscamos interpretar o universo representacional no qual vivem esses sujeitos, de modo a apreender, através dos seus

discursos, como as representações sociais construídas no cotidiano justificam suas práticas, inclusive ilícitas. Esse recurso metodológico mostrou-se adequado para uma abordagem que focalizou fatores relacionados à subjetividade e sua influência na construção do universo simbólico das mulheres traficantes de drogas, sem, contudo, ignorar questões de ordem estrutural, muito presentes na realidade estudada. Nosso estudo tomou por base, portanto, a teoria das representações sociais.

2. Compreendendo a relação entre representações e práticas sociais femininas

A teoria das representações sociais, proposta por Serge Moscovici (2003) – membro da escola psicossocial francesa –, enseja uma releitura do conceito de representações coletivas apresentado por Émile Durkheim, cuja ênfase se encontrava numa perspectiva exclusivamente macrossociológica para a construção das representações.

A obra de Durkheim é toda permeada pelo pressuposto de que a natureza humana tem um sentido essencialmente gregário, sendo a sociedade uma realidade *sui generis*, em que o todo não é a simples soma das partes, ou seja, a realidade coletiva é absolutamente distinta da realidade individual (cf. DURKHEIM, 1999). Considerando que os estados da consciência coletiva são de natureza diferenciada daquela dos estados de consciência individual, Durkheim entende que a mentalidade do grupo não é a mesma dos particulares, pois tem suas próprias leis. Assim, se o grupo é diferente dos indivíduos, representações que não exprimem os mesmos sujeitos nem os mesmos objetos não podem depender das mesmas causas (DURKHEIM, 2003, p. 21).

Nessa perspectiva, a força das representações coletivas sobre os indivíduos advém do que Durkheim chama de *alma coletiva*, noção

diretamente relacionada ao conceito de consciência coletiva, conforme se depreende do fragmento abaixo transcrito:

Um sentimento coletivo, que se manifesta numa assembleia, não exprime apenas o que havia de comum entre todos os sentimentos individuais. É algo muito diferente (...) É uma resultante da vida comum, um produto das ações e das reações entre consciências individuais; e se ressoa em cada uma delas, é em virtude da energia especial que deve justamente à sua gênese coletiva. Se todos os corações vibram em uníssono, não é por causa de uma concordância espontânea e preestabelecida; é porque uma mesma força os move no mesmo sentido. Cada um é arrastado pelos outros (DURKHEIM, 2003, p. 37).

Durkheim entende por *consciência coletiva* ou *comum* o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média de uma mesma sociedade, que formam um sistema determinado que tem vida própria. Para ele, tal consciência independe das condições particulares em que os indivíduos se encontram, pois, enquanto os indivíduos passam, a sociedade permanece, ligando as sucessivas gerações (DURKHEIM, 1999, p. 50). Dessa forma, a idéia de representação coletiva tem ligação com as categorias de pensamento através das quais as sociedades compõem e expressam a sua realidade. São, portanto, fatos sociais que, nessa qualidade, exercem ou têm o poder de exercer uma coerção externa sobre os indivíduos¹⁷.

¹⁷ Por isso, a idéia de consciência coletiva ou comum, que fundamenta a teoria das representações coletivas, também tem relação estreita com o conceito durkheimiano de *solidariedade*. É certo que Durkheim reconhece que os homens não tendem naturalmente a uma corrente espontânea de solidariedade, mas admite, porém, a existência de elementos dentro da estrutura da sociedade que permitem a coesão social, o que se exterioriza através de regras, sejam elas jurídicas, morais ou religiosas.

A partir desses pressupostos durkheimianos, Moscovici buscou inserir novos elementos para a construção de uma teoria que não privilegiasse apenas aspectos de natureza coletiva na construção das representações, mas que admitisse a importância da presença de caracteres subjetivos nesse processo, uma vez que, para ele, mais do que fruto de coerção, as representações são atos de cognição que se relacionam a práticas sociais, pois “no que se refere à realidade, essas representações são tudo o que nós temos, aquilo a que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos, estão ajustados” (MOSCOVICI, 2003, p.32).

A utilização de uma teoria que transita pelos campos da Psicologia e da Sociologia no nosso estudo encontra justificativa no fato de que a pesquisa teve por finalidade analisar a ação humana vinculada aos sentidos que lhe são inerentes, dentro do universo simbólico no qual estão inseridos os atores sociais. Ou seja, como as mulheres traficantes de drogas justificam suas práticas sociais ilícitas a partir das representações sociais acerca do amor e da afetividade?

Roberto Sidnei Macedo, ao desenvolver um estudo sobre a etnopesquisa crítica e multirreferencial, esclarece a importância da fusão do psicológico e do social para a compreensão da ação humana nos seus mais variados contextos históricos, dentro do meio comunicacional em que vivem os seres humanos:

Como conceito híbrido, é na interface do psicológico e do social que se coloca a noção de representação social. Ela concerne, num primeiro momento, à maneira como nós, sujeitos sociais, apreendemos os acontecimentos da vida corrente, os dados do nosso ambiente, as informações que ali circulam no âmbito do conhecimento prático propriamente dito. Desta forma, as representações estão orientadas para a comunicação, a compreensão e o “domínio” do ambiente social, material e ideal (MACEDO, 2003, p. 80).

de tempo e espaço. Logo, a “reflexividade” deve ser tomada não meramente como “autoconsciência”, mas como caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo sobre elas) (GIDDENS, 1989, p. 2).

De fato, uma pesquisa sobre as mulheres traficantes de drogas em Alagoas, através da teoria das representações sociais, não poderia prescindir de um contato com as práticas sociais cotidianas dessas mulheres, reveladas através dos discursos dos sujeitos envolvidos, que não apontam apenas dados objetivos, típicos das questões estruturais, mas que demonstram, sobretudo, significados, sentidos e percepções que influenciam práticas sociais ligadas ao contexto de suas relações afetivas, pensadas a partir de uma perspectiva feminina. A ação da mulher traficante de drogas é reflexiva e continuamente monitorada porque ela age baseada em suas representações acerca da afetividade, criando expectativas de reciprocidade com relação aos sujeitos que fazem parte do seu cotidiano.

Essa expectativa de reciprocidade restou claramente presente nas falas de reeducandas entrevistadas que não escondem sua decepção para com os maridos ou companheiros, que não responderam à altura diante do sacrifício delas – muitas vezes verbalizados como *provas de amor* –, desaparecendo após a prisão ou condenação¹⁸. Ou seja, a ação de envolver-se com as drogas é resultado não apenas de representações que constroem acerca de seus papéis nas relações de afeto, sobretudo no contexto de sua condição feminina, mas das expectativas de que

¹⁸ No Capítulo III faremos a análise dos relatos de algumas reeducandas entrevistadas, oportunidade em que demonstraremos a expectativa de reciprocidade como um dos fatores que impulsionam as práticas femininas ligadas às drogas.

sua ação enseje uma reação do companheiro. Essa reação pode ser até mesmo o fato de o companheiro permanecer ao lado dela durante a prisão, cuidar dos filhos, planejar um futuro após o cumprimento da pena. No cárcere, as mulheres entrevistadas conseguem olhar para o seu passado e analisar os motivos que as levaram ao envolvimento com as drogas, admitindo que, antes da prisão, apesar do medo e da consciência do risco, acreditavam que estavam fazendo a coisa certa, principalmente aquelas que têm vínculos assemelhados aos do matrimônio e que vivem plenamente a idéia de unidade do casamento. É o caso da reeducanda Flor, que assim afirma: “Eu [fui presa] como cúmplice e ele como traficante (...) Nós morávamos juntos e tive que compartilhar com uma dessa”¹⁹.

Segundo Giddens, a ação não é uma combinação de atos, mas pressupõe, dentre outros elementos, a racionalização, que se refere à intencionalidade do agente. Ele entende que “as razões que os atores oferecem discursivamente para o que fazem podem divergir da racionalização da ação quando realmente envolvida no fluxo de conduta desses atores” (GIDDENS, 1989, p. 3). Observamos, com o nosso estudo, que as representações sociais participam do processo de constituição da realidade dos atores sociais e que essa realidade representada, fruto de sentidos e significados muito próprios dos sujeitos, não tem o compromisso de ser *verdade*, nos termos de convenções e associações que vigoram no senso comum, identificando os indivíduos e ligando-os uns aos outros. Em outras palavras, a racionalização da conduta das mulheres traficantes de drogas parece não corresponder, em muitos momentos, aos significados da ação para o sistema jurídico e para senso comum.

¹⁹ No item 2 do Capítulo III, relatamos a história da reeducanda Flor, que vivendo com o companheiro uma união estável e tendo com ele um filho, envolveu-se com a venda de drogas por questões de necessidade financeira.

Através do estudo das representações sociais (cf. MOSCOVICI, 2003) foi possível compreender como as pessoas compartilham o conhecimento, que é sempre produzido através da interação e da comunicação, de acordo com interesses, necessidades e desejos, em contextos históricos bem definidos por questões objetivas, dentre elas a situação econômica, a realidade cultural e as influências ideológicas.

Buscando demonstrar a importância do aspecto psicológico no processo de construção das representações sociais e visando refutar, mais uma vez, a idéia durkheimiana de representações coletivas, Moscovici explica:

A teoria das representações sociais, por outro lado, toma, como ponto de partida, a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade (MOSCOVICI, 2003, p. 79).

De fato, o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos sociais diferenciados na sociedade, de modo que se pode afirmar que é na diferença que se estabelecem as representações. Há um caráter dinâmico nas representações sociais, fruto da heterogeneidade típica da diversidade de idéias existente nas sociedades modernas. Não afirmamos, com isso, que as sociedades pré-modernas eram homogêneas, mas é a modernidade, com seu novo parâmetro de racionalidade, que traz uma variedade em termos de conceitos e concepções, portanto, de representações, que são sempre dotadas de um conhecimento prático, fruto da interação entre os atores sociais (cf. MOSCOVICI, 2003).

Moscovici (2003) procura explicar a natureza convencional e prescritiva das representações, que convencionalizam pessoas e

objetos, dando-lhe uma forma definitiva (cf. MOSCOVICI, 2003). A partir das convenções, é possível criar modelos que dão uma forma à realidade, que passa a ser compartilhada pelas pessoas. Daí o caráter social das representações. Elas são construções de natureza social, formadas dentro do contexto das práticas interacionais das relações sociais, ainda que os sujeitos tenham uma participação decisiva nesse processo. Nesse contexto, afirma Moscovici:

Podemos, através de um esforço, tornar-nos conscientes do aspecto convencional da realidade e então escapar de algumas exigências que ela impõe a nossas percepções e pensamentos. Mas nós não podemos imaginar que podemos libertar-nos sempre de todas as convenções, ou que podemos eliminar todos os pré-conceitos (MOSCOVICI, 2003, p. 35).

De fato, as representações sociais desempenham várias funções no contexto das relações entre conhecimento e práticas sociais, a saber, a função de compreensão da realidade, a função de definição da identidade de um grupo, a função de orientação de comportamentos e práticas e – o que se mostra de extrema importância para o nosso estudo – a função justificatória, que permite justificar, *a posteriori*, as tomadas de posição e os comportamentos dos agentes sociais (SÁ, 2002, p. 44).

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos (WOODWARD, 2000, p. 17).

Estudar o universo representacional das mulheres traficantes de drogas exigiu a compreensão dos modelos criados convencional e

socialmente com o intuito de padronizar práticas nos mais diversos campos de atuação dessas mulheres – como mães, esposas, trabalhadoras – e perceber que há, na sua condição feminina, um sem-fim de convenções que determinam o seu lugar e seu papel na sociedade. Com isso, foi possível perceber a estreita relação que essa realidade convencionada estabelece com as teias afetivas que corroboraram para o envolvimento da mulher no tráfico de drogas, já que elas, dentro do campo de afetividade típico das relações familiares e amorosas, tendem a agir em nome desse afeto.

Através do nosso estudo, verificamos que as representações que fundamentam a construção da identidade feminina nas relações de gênero estão presentes nos discursos das mulheres traficantes, o que nos remete para a afirmação de que, apesar do peso da identidade estigmatizada de traficante, a ação ligada às drogas que origina essa identidade de traficante está diretamente relacionada às demais identidades que compõem a mulher, sobretudo àquelas que dizem respeito ao seu envolvimento afetivo com o homem.

2.1. O discurso como forma de construção e expressão das representações sociais

Para o nosso estudo, tomamos o discurso a partir do seu papel constitutivo na construção da vida social, na medida em que ele é formador de significados e sentidos, construindo identidades e representações permeadas por diversos conteúdos ideológicos. Compreendemos que o sujeito que fala é aquele que está numa determinada posição na organização da sociedade – sobretudo no contexto da dicotomia feminino/masculino – e que apreende significados e sentidos ao interagir com os sujeitos com quem se relaciona ao longo de sua trajetória histórica.

Nesse sentido, o interacionismo simbólico é uma categoria epistemológica adequada para a compreensão da formação das representações sociais através dos discursos, pois situa o “eu” como uma construção social e não individualizada. Enfatizando a natureza simbólica da vida social, o interacionismo simbólico volta-se para as significações sociais produzidas pelas atividades interativas dos agentes, uma vez que a sociedade é tomada como um espaço de interação, no qual cada indivíduo é uma construção histórica que gera expectativas no processo de socialização (cf. JOAS, 1999). *‘Todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade, é isso que as caracteriza’* (MOSCOVICI, 2003, p. 40). Com isso, tentamos demonstrar que as representações, apesar de estudadas na perspectiva do sujeito individual, serão sempre representações sociais, visto que o próprio sujeito estudado – a mulher traficante de drogas – é construído dentro de um contexto eminentemente interacional.

Para o interacionismo simbólico, os sujeitos vivem em um ambiente ao mesmo tempo simbólico e físico e constroem as significações do mundo e suas ações nele através da comunicação e da cooperação. Isso significa que a cooperação não se dá somente através da linguagem – seja ela falada ou escrita –, mas também através de práticas recíprocas e expectativas de comportamento. Portanto, o interacionismo simbólico, ao considerar os agentes sociais como intérpretes dos fatos que vivenciam, propõe métodos de pesquisa que dão prioridade aos pontos de vista desses agentes – representações sociais –, permitindo compreender como os significados que eles atribuem ao mundo social contribuem para a construção desse próprio mundo, através de suas ações (cf. JOAS, 1999).

Segundo Alain Coulon, o estudo do mundo social pressupõe a preservação da sua integridade, levando-se em conta o ponto de vista dos agentes sociais, *“pois é através do sentido que atribuem a objetos, indivíduos e símbolos que os rodeiam, que eles fabricam seu mundo social?”* (COULON,

1995, p. 22). Com efeito, buscamos estudar as ações das mulheres traficantes e suas relações com o universo simbólico que envolve as representações acerca do amor e de seu papel na relação afetiva, diante de sua condição feminina. Percebemos, então, a importância dada por essas mulheres às suas relações afetivas, uma vez que, em nome dessa afetividade, envolveram-se com drogas, não somente como traficantes, mas, em muitos dos casos relatados, também como usuárias²⁰.

George Herbert Mead aparece como um importante referencial para o interacionismo simbólico ao desenvolver as condições da possibilidade de auto-reflexividade a partir de uma teoria das origens da comunicação e sociabilidade humanas. Sobre as idéias de Mead, Hans Joas assim explica:

Sustenta que a transformação de fases da ação em signos gestuais capacita o ator a reagir às próprias ações e, portanto, a representar com elas as de outros; assim, suas ações são antecipadamente influenciadas pelas reações virtuais do público. O comportamento humano se volta para as reações possíveis dos outros: por meio de símbolos, são elaborados esquemas e expectativas mútuas de comportamento que, entretanto, continuam mergulhados no fluxo de interação, de verificação de antecipações (JOAS, 1999, p. 139).

Mead propõe uma síntese entre as abordagens microsociológica e macrosociológica ao colocar a idéia de “si” como interiorização do processo social através do qual grupos de indivíduos interagem com outros. E a criação mútua de vários “si” em interação compõe a ação social, de modo que os “si” passam a ter significado social e constituem a própria vida social. Dessa forma, a ação social é caracterizada por

²⁰ Embora não houvesse qualquer mulher presa como usuária, na época em que a pesquisa foi realizada, são muitos os relatos de uso de drogas nas entrevistas realizadas com as mulheres traficantes. Muitas delas, inclusive, usam o vício como defesa, alegando que a droga que portavam ou mantinham em casa era para consumo próprio e não para tráfico.

uma orientação imediatamente recíproca e as relações sociais passam a não ser vistas como algo determinado e estabelecido, mas sim aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo por parte dos atores sociais (cf. JOAS, 1999).

O discurso passa a ser, então, o meio através do qual a interação ocorre entre os indivíduos, formando modelos e padrões que estabelecem o lugar que os sujeitos ocupam no meio social em que vivem. “Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2000, p. 17).

De fato, as mulheres traficantes que entrevistamos falam a partir da experiência do cárcere. Isso significa que elas já não têm a mesma visão que tinham antes de serem presas. Há, nas suas falas, conteúdos ideológicos que são resultados da relação com a polícia, com a estrutura do Poder Judiciário, com a guarda do presídio e com os representantes das religiões que atuam nos presídios, por exemplo.

Apesar de não ter sido esse o foco do nosso estudo, observamos que é grande a influência das religiões, sobretudo evangélicas, no processo de transformação das reeducandas, que passam a fazer uma nova leitura da vida que levavam antes do cárcere. Muitas afirmam agradecer a Deus pela prisão, pois acreditam que somente assim tiveram a oportunidade de deixar a “vida desregrada” que levavam, principalmente pelo envolvimento com drogas e álcool. É o caso do relato da reeducanda Rosa:

O que mudou é que eu era muito rebelde com a minha mãe, e eu dizia muitas coisas com ela, e depois que eu cheguei aqui e eu pedi perdão a ela, que eu nunca tinha coragem de pedir perdão a ela (...) daí eu acho assim que Deus me colocou aqui pra eu dar valor a minha mãe, foi nisso que eu fiz, pra mim dar valor a minha mãe.

Portanto, não ignoramos que o discurso que estudamos é resultado de representações sociais de pessoas que estão vivendo a experiência da prisão. O que elas pensam é resultado de uma reflexão sobre um passado que envolve arrependimento, medo, vergonha e, sobretudo, amadurecimento. “*Não sou como eu era antes, meu pensamento é outro*”, afirma uma reeducanda²¹. Sobre o tráfico de drogas, outra reeducanda diz: “*Tem futuro não. O futuro que tem ou é a cadeia, ou é o cemitério*”²².

Por outro lado, observamos, através do nosso estudo, que influências ideológicas que se formam culturalmente no senso comum, criando parâmetros e modelos relacionados à identidade e à subjetividade, estão muito presentes no cotidiano das mulheres traficantes de drogas. Assim, elas são levadas a aceitar e a reproduzir, em suas práticas discursivas, determinados valores que resultam dos diversos campos de normatividade da vida social, a exemplo do Direito, da moral e da religião, que ensejam papéis bem definidos para o homem e para a mulher. Essas formas de poder, dotadas de forte simbolismo, são voltadas especialmente para o feminino, ou seja, para a identidade da mulher e o seu papel na sociedade e nas suas relações afetivas, no contexto da família e do lar. “*É a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como ‘naturais’*” (ORLANDI, 1999, p. 31).

A ideologia tende a naturalizar o que é produzido historicamente. Se a história demonstra que a concepção de mulher foi culturalmente construída a partir da idéia de subordinação ao homem, então o discurso, como exteriorização dos significados representados pelo sujeito, vai traduzir tais sentidos na direção determinada pela relação da linguagem com a história em seu campo

²¹ Fala da reeducanda Margarida.

²² Fala da reeducanda Açucena.

simbólico. Em termos sociais e políticos, a relação do sujeito com a linguagem faz parte da relação do sujeito com o mundo, pois “*o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído*” (ORLANDI, 1999, p. 37). Assim, o sujeito só é considerado autor de discurso quando o que ele produz é interpretável e historicizado.

O pesquisador, ao trabalhar com o discurso, não está em busca de revelação de verdades, uma vez que o discurso consiste em uma das formas de construção e exteriorização de representações sociais e essas, por sua vez, não traduzem uma verdade objetivamente partilhada, mas a interpretação do sujeito acerca de situações e fatos, ou seja, a verdade desse sujeito. Sendo as representações constituídas dentro de um espaço particular de cognição do sujeito, a partir de interações simbólicas de natureza empírica, não há como o pesquisador alcançar o núcleo de uma verdade, pois ela não existe positivamente, mas sim numa esfera de individualidade muito peculiar ao próprio sujeito. Em outras palavras, a verdade do sujeito pode não corresponder à idéia de verdade presente no universo representacional do senso comum²³. “*Se, ao dizer, nos significamos e significamos o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos*” (ORLANDI, 1999, p. 95).

Portanto, é nos limites da compreensão e da interpretação dos sentidos que atua a análise do discurso, que busca captar a percepção do sujeito autor do discurso a partir de sua realidade, de sua história de vida e de suas experiências intersubjetivas. Isso envolve não apenas a interpretação do sujeito acerca de suas relações sociais, sua identidade e seu papel social – aspectos dotados de historicidade e que compõem a vida do sujeito individual – mas também os significados atribuídos a fatos vividos. No caso das mulheres traficantes de drogas, como cada uma traz consigo uma história de vida diferente, única e complexa – e que envolve questões de ordem

²³ Vide Michel Foucault (2002a) sobre a problemática da verdade do sujeito.

estrutural e de ordem subjetiva –, não nos interessa apenas reconstruir o cotidiano que viviam antes da prisão, mas também compreender suas percepções sobre situações fáticas, a exemplo do primeiro contato com a droga – seja como usuária ou traficante – e sua ligação com relações afetivas, bem como a representação desses vínculos afetivos no momento da prisão e após a condenação.

No entanto, apesar de trabalharmos com o discurso das mulheres traficantes, não tivemos por objetivo usar as categorias analíticas da análise do discurso. Nosso intuito foi compreender como as mulheres traficantes de drogas representam suas práticas relacionadas às drogas, a partir do que entendem sobre o amor e seu papel, enquanto mulher, na relação afetiva e como, a partir desse entendimento, justificam suas práticas relacionadas às drogas.

O discurso como uma construção social é, portanto, percebido como uma forma de ação no mundo. Investigar o discurso a partir dessa perspectiva é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem e estão, desse modo, construindo a sua realidade social e a si mesmos (LOPES, 2002, p. 31).

Quando falam sobre suas vidas, as reeducandas revelam o que aprenderam sobre o que é ser mulher, qual o papel de mãe, de esposa, enfim, apontando para o fato de que passaram por um processo pedagógico que foi importante para que elas compreendessem o seu lugar no mundo e os papéis a desempenhar. Isso ocorre porque a identidade “é dependente da realização discursiva em circunstâncias particulares: os significados que os participantes dão a si mesmos e aos outros engajados no discurso” (LOPES, 2002, p. 34).

Por outro lado, observamos que os significados atribuídos pelos sujeitos não são expressos apenas em palavras, mas também através

de manifestações gestuais, tais como o riso ou o choro, por exemplo, que revelam componentes emocionais que podem ser somados ao discurso do entrevistado:

As afirmações de natureza subjetiva estão sempre imersas em reações que devem ser levadas em conta: o estado emocional do informante, suas opiniões, suas atitudes, seus valores que devem ser confrontadas ou complementadas com comportamentos passados e expressões não verbais, igualmente (HAGUETTE, 2003, p. 88).

Durante as entrevistas realizadas, alguns entrevistados – tanto homens quanto mulheres – choraram ao relatar fatos relacionados ao seu envolvimento com as drogas, seja porque são usuários de drogas e não conseguem se livrar da dependência, apesar de submetidos a tratamento, seja porque se arrependem e sentem falta da família.

A mulher traficante de drogas, especificamente, quando relata discursivamente sua história de vida, suas experiências com família, amor, drogas, polícia, enfim, com o campo interacional no qual convive cotidianamente, exterioriza representações sociais, significados e sentidos muito particulares e que compõem a sua verdade, na medida em que são traduzidos como verdadeiros sentimentos. Isso não significa, todavia, que não se possa compreender os sentidos revelados no discurso. Na qualidade de prática, toda linguagem fabrica sentidos, intervém na realidade e diz o próprio sujeito na história, materializando ideologias. Mas também não se pode negar que toda forma de linguagem enseja interpretação e não há sentido sem interpretação (ORLANDI, 1996).

No mundo da linguagem, há vários sistemas de signos e, portanto, uma verdadeira abertura para o simbólico dentro do discurso, cujo sentido vai depender do contexto, pois “é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação (ORLANDI, 1996, p.

12). Assim, ao pesquisador que trabalha com o discurso, cabe demonstrar como um determinado objeto simbólico, presente no universo representacional do sujeito, produz sentidos que estão diretamente relacionados às práticas sociais.

No discurso das mulheres traficantes, encontramos sinais de que o envolvimento com a droga teve forte influência – ou, em alguns casos, foi determinado – pelas representações acerca de sua posição enquanto mulher na relação afetiva. Seus discursos revelam não somente que havia uma necessidade de provar seu afeto ao companheiro – ainda que essa necessidade se manifestasse muitas vezes inconscientemente²⁴ –, mas também situações em que havia clara submissão da mulher ao homem. Observamos que quando justifica suas práticas a partir das representações que constrói acerca de sua identidade no contexto da relação de afeto e da família, a mulher tende a revelar, também, uma relação de sujeição, subordinação e mesmo alienação na relação afetiva. É o que apreendemos da fala da reeducanda Violeta:

[A mulher] deve dar atenção ao marido, conversar com ele. Acho que [a mulher tem que obedecer ao marido] em umas coisas, sim, em outras, não. O marido dá muito conselho à gente, né? Mas a gente não deve ir muito, porque ele prende muito a pessoa. A pessoa não pode sair, não pode sair com as colegas, não pode olhar pra o vizinho porque 'não sei o quê', né? A gente tem que ter o marido e ser um pouco independente²⁵.

²⁴ Giddens, tratando da teoria da estruturação, define o inconsciente da seguinte forma: "O inconsciente inclui aquelas formas de cognição e de impulsão que estão totalmente impedidas de consciência ou somente aparecem na consciência de forma distorcida" (GIDDENS, 1989, p. 4). A partir desse conceito e considerando os elementos da teoria psicanalítica, sem, contudo, admitir a aceitação incondicional dos teoremas-chave dos escritos de Freud, Giddens entende que os componentes motivacionais dos teoremas-chave dos possuem uma hierarquia interna própria que exprime a profundidade da história de vida do ator individual (cf. GIDDENS, 1989).

²⁵ Fala da reeducanda Violeta.

Essa fala aponta para uma série de elementos que parecem demonstrar como o marido da reeducanda tem poder sobre a sua vida, "aconselhando-a" quando necessário. A referência às determinações do marido a título de "conselho" sugere uma certa tentativa de minimizar a força da dominação do marido sobre ela. A menção a situações em que a reeducanda sente-se "presa" é um indicativo do poder do homem sobre a sua liberdade. Além disso, a fala demonstra como ela expressa discursivamente o desejo de conciliar sua liberdade com a presença do marido na sua vida.

Nas situações aqui estudadas, observamos que as representações sociais levaram as mulheres a envolver-se com as drogas em nome do modelo de afetividade que enseja a idéia de subordinação da mulher ao homem e que não deixa de ser uma expressão de poder determinada culturalmente. "*Os paradigmas culturais de gênero, tanto quanto outros referenciais de diferenças – como raça e classe – estruturam toda a vida dos indivíduos, sejam mulheres ou homens, determinando seus discursos e suas condutas*" (PIRES, 2001, p. 314).

De fato, os conceitos de gênero, que derivam da idéia de relações de gênero, estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Como reflexo das relações sociais, o uso da linguagem cotidianamente vai institucionalizar o chamado *discurso de gênero*, que tem a força de normatizar lingüisticamente a representação das relações socioculturais de dominação do masculino sobre o feminino (PIRES, 2001, p. 314). No caso das mulheres traficantes, o discurso de gênero está sempre presente e revela a influência das representações sociais nas suas práticas sociais, principalmente a partir da forma como compreendem a sua própria identidade.

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO AMOR FEMININO



Apesar de exaltar a igualdade e a liberdade dos amantes, o amor não deixa de ser um dispositivo que se edificou socialmente a partir da desigualdade estrutural dos lugares dos homens e das mulheres.

Gilles Lipovetsky

A história da humanidade demonstra que homens e mulheres não deram ao amor o mesmo significado, nem, portanto, a mesma importância. A organização política das comunidades, permeada por aspectos culturais construídos ideologicamente, levou a uma cisão entre o universo feminino e o universo masculino nas mais variadas esferas da convivência humana e, em especial, no campo da afetividade. A partir do pressuposto de que as representações sociais acerca do amor têm forte relação com os papéis sociais que desempenham mulheres e homens dentro das relações afetivas, verificamos que os significados por eles atribuídos são muito diferenciados, inclusive no que diz respeito às expectativas que guardam com relação ao outro com quem se envolvem afetivamente.

1. O mito do amor feminino na modernidade

Na busca de compreender a relação entre o amor e o envolvimento da mulher no tráfico de drogas, foi necessário apreender como são construídas as representações sociais acerca da esfera íntima das relações afetivas dessas mulheres, o que foi feito através de entrevistas que tiveram como um de seus propósitos captar a compreensão que os entrevistados tinham sobre seus relacionamentos amorosos. A pesquisa, portanto, de uma certa forma, adentrou na intimidade desses sujeitos, em especial das mulheres traficantes de drogas.

Foi a modernidade que trouxe o tema da intimidade para a Sociologia, oferecendo mais um elemento de estudo para complementar as demais esferas de sociabilidade cujos domínios já eram de interesse das Ciências Sociais: a vida pública e a vida privada. Compreendemos que a intimidade, outrora identificada com a vida privada, vai além dessa esfera, pois “*trata-se de um universo marcado por ações cujo sentido não é decodificável socialmente, nem universalizável politicamente*” (COSTA, 2000, p. 107). Essa noção torna nada pacífica a presença da intimidade como objeto de estudo da Sociologia. Para Sérgio Costa (2000), a intimidade é marcada por códigos, formas, gestos, linguagens e símbolos partilhados exclusivamente pelas pessoas que estão envolvidas na relação íntima, de modo que toda tentativa de levá-la para o espaço público pressupõe certa mutilação da realidade (cf. COSTA, 2000).

No entanto, mesmo considerando as peculiaridades do simbolismo típico da vida íntima, não podemos negar que as mudanças no campo da intimidade, que passaram a ocorrer sobretudo com o surgimento do sujeito moderno, foram determinantes para grandes transformações sociais, a exemplo dos novos paradigmas de família – atualmente fundada no afeto –, o que nos leva a novas realidades, tais como as uniões estáveis, as famílias monoparentais e as uniões homossexuais²⁶. A sexualidade, de fato, é uma das expressões da vida humana mais debatidas na atualidade, já que estabelece novas formas de sociabilidade, alterando sobremaneira as concepções dogmáticas sobre a família, outrora fundada exclusivamente no casamento heterossexual²⁷.

É certo, porém, que não tivemos por objetivo o alcance dos efetivos significados atribuídos às experiências íntimas dos sujeitos envolvidos com

o tráfico de drogas, mas, sim, o contato com o discurso das mulheres presas por terem praticado tráfico de drogas, na busca de compreender como os sentidos que atribuem às suas relações de afeto são determinantes para práticas sociais relacionadas às drogas. Foi nesse contexto que trabalhamos a intimidade para a nossa pesquisa, uma vez que o roteiro de entrevistas envolveu, dentre vários outros aspectos diretamente relacionados às drogas, questões que dizem respeito às concepções dos entrevistados acerca de amor, afetividade, papéis do homem e da mulher no relacionamento amoroso e na administração da vida familiar e, portanto, na criação dos filhos.

Para Giddens, a publicização da intimidade foi responsável pela concretização de algumas conquistas emancipatórias, especialmente no que diz respeito à mulher e seu papel na sociedade, sobretudo com a desvinculação entre sexualidade e reprodução (cf. GIDDENS, 1993). A discussão sobre a sexualidade também colocou em questão outros aspectos da intimidade, notadamente, as relações de afeto e o amor, objeto do pensamento filosófico de todas as épocas.

O tema do amor é discutido das mais variadas formas, sobretudo na Filosofia, que teoriza suas expressões nos diversos campos de convivência humana. Platão tematiza o amor/*eros*, em *O banquete*, caracterizando-o pelo desejo – que não se configura necessariamente no desejo carnal, mas sim como o desejo daquilo que falta – representado no mito do andrógino²⁸. “*É o desejo de se reunir à sua metade*

²⁸ Em *O banquete*, de Platão, Aristófanes relata o mito do andrógino, que consiste na idéia de que, no princípio, além do sexo masculino e do feminino, havia um terceiro: o andrógino, que era composto ao mesmo tempo dos dois primeiros. Dessa forma, os seres humanos eram redondos e possuíam quatro pernas, quatro braços, um pescoço e uma só cabeça para duas faces, quatro orelhas e dois órgãos sexuais. Sendo seres muito fortes e corajosos, os andróginos decidiram escalar o céu e atacar os deuses. Zeus, porém, encontrou uma forma de enfraquecê-los sem destruí-los por completo: cortou-os ao meio e virou-lhes a cabeça para dentro, a fim de que pudessem contemplar o ventre e o umbigo. Assim, as criaturas humanas passaram a procurar sua metade e quando a reencontravam, ficavam abraçados a ela, no intuito de viver plenamente a sua unidade. Como não queriam se separar, morriam de fome, ameaçando a extinção da espécie. Zeus, então, colocou-lhes os órgãos genitais para frente, de modo que os homens pudessem gerar e procriar entre si. Com essa narrativa, Aristófanes tenta demonstrar a idéia de que o amor é falta, ausência, incompletude.

²⁶ A afetividade foi elevada à categoria de princípio constitucional fundante da família, das mais variadas formas de paternidade e da adoção, na Constituição Federal de 1988 (cf. art. 227 e seguintes).

²⁷ Não é nosso objetivo discutir a homossexualidade, mas registramos que a discussão acerca da opção sexual dos indivíduos já é objeto de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que têm como pauta temas como o casamento homossexual e a adoção de criança por casal homossexual.

perdida e se fundir com ela, formando um todo. Como essa fusão absoluta é impossível ou fugaz, o amor/eros é carência, sofrimento, obsessão da busca daquilo que completa” (BORGES, 2004, p. 9). A mitologia do “amor platônico” consagrou, assim, a concepção do amor como falta, frustração e sofrimento, como a busca pelo que não temos e pelo que não somos.

Erich Fromm (1995), ao tratar o amor como uma forma de arte que exige conhecimento e esforço, toma como referencial o mito bíblico de Adão e Eva para demonstrar o momento em que o ser humano se descobre como separado do outro. Para ele, o relato do livro do Gênesis²⁹ segundo o qual Adão e Eva perceberam que estavam nus após comerem do fruto da “árvore do conhecimento do bem e do mal”, não tem relação com a questão da exposição dos órgãos genitais, mas, sim, com a percepção e a consciência de que eram separados e que pertenciam a diferentes sexos. Somente através do amor de um pelo outro foi possível superar a separação (cf. FROMM, 1995, p. 18). “A consciência da separação humana, sem a reunião pelo amor, é a fonte da vergonha. É, ao mesmo tempo, a fonte da culpa e da ansiedade” (FROMM, 1995, p. 18-19). Para Fromm, independentemente da idade e da cultura em que vive, o ser humano sempre busca superar a separação, transcendendo a própria vida individual e encontrando sintonia através da união com o outro (FROMM, 1995, p. 19).

Uma outra forma de amor trabalhada pela filosofia é o amor/*philia*, que compreendemos como amor amizade, tratado por Aristóteles em *Ética a Nicômaco*. Essa forma de amor consiste no prazer da presença e da companhia do outro, que se fundamenta na existência de homens que desejam o bem, igualmente, um ao outro.

A *philia*, para Aristóteles, é uma relação duradoura entre iguais, baseada na vontade de fazer o bem um ao outro e num prazeroso convívio. A *philia* não se reduz ao que

²⁹ Gênesis 7, 6-7.

hoje consideramos amizade. A relação entre os cônjuges pode ser considerada uma forma de *philia*, desde que baseada na sua consideração como iguais, no prazer da convivência e no mútuo desejo de fazer o bem um ao outro (BORGES, 2004, p. 10).

Há, também, o amor *agapé* ou *caritas*, que é caracterizado como um amor de benevolência, que não se expressa por uma pessoa em particular, mas sim como forma de caridade desinteressada por toda a humanidade. É a forma de amor que compõe discursos humanistas ou religiosos. “O mandamento cristão de amar ao próximo como a si mesmo é um exemplo desse tipo de amor” (BORGES, 2004, p. 11).

No entanto, dentre todas essas expressões do amor, o *eros* é a forma mais discutida na atualidade – seja na literatura ou pela mídia, através de filmes e telenovelas –, tendo relação direta com a intimidade e com a sexualidade. Essa forma de amor foi objeto de interesse para o nosso estudo, na medida em que procuramos compreender como as mulheres concebem o conceito de amor e o seu papel enquanto sujeito nas relações afetivas. É certo que não tivemos por propósito fazer uma reconstrução histórica e filosófica do amor *eros*, mas acreditamos que determinados momentos históricos – sobretudo a modernidade – foram fundamentais para a composição das várias idéias que povoam o senso comum acerca dessa forma de amor, no contexto das construções simbólicas tanto femininas quanto masculinas.

Gilles Lipovetsky (2000), reconhecendo as mudanças pelas quais passou ao longo da história aquilo que ele denomina “cultura amorosa” ou “a invenção ocidental do amor”, defende o caráter imperecível do ideal amoroso, não abalado pelas mutações sociais de cunho revolucionário – marcadamente o feminismo e suas ramificações em todo o mundo –, de modo a desenvolver-se em torno de aspirações mais estáveis que oscilantes. Isso diz respeito, sobretudo,

à compreensão de que o amor deve ser desinteressado, exterior aos cálculos de interesses financeiros, sociais ou matrimoniais, fiel e exclusivista, além de pautado pela reciprocidade (LIPOVETSKY, 2000, p. 20). Por outro lado, afirma o autor: "Paralelamente a essa continuidade dos ideais, a cultura amorosa jamais deixou de se construir segundo uma lógica social invariante: a da dessemelhança dos papéis dos homens e das mulheres" (LIPOVETSKY, 2000, p. 20).

A definição de papéis nas relações sociais de gênero está diretamente ligada às próprias identidades historicamente constituídas e que passam de geração a geração, formando, no senso comum, modelos de comportamento no interior das relações afetivas, a exemplo das visões tradicionais da mulher como ser de excesso e de desmedida (LIPOVETSKY, 2000, p. 24).

Lipovetsky considera que essa visão do amor, que enseja verdadeiro investimento feminino em busca da felicidade e da realização íntima, é uma expressão do universo individualista moderno, traduzido, ao longo dos anos, pela própria literatura.

Os estereótipos do romantismo sentimental, os clichês do amor à primeira vista, as cenas de castos abraços, de suspiros e olhares inflamados, os sonhos do homem carinhoso e rico se tornaram no século XX uma evasão e um consumo feminino de massa. Com isso, generalizou-se uma sentimentalidade açucarada, assim como uma ideologia que identifica felicidade feminina e realização amorosa (LIPOVETSKY, 2000, p. 26-27).

Essas concepções acerca do amor passam por momentos de grande contestação, sobretudo nos anos 60, quando os movimentos feministas propõem o deslocamento da sentimentalidade para a sexualidade. Lipovetsky entende, porém, que nem mesmo a exaltação do período contestador conseguiu afastar da mulher os sonhos de amor

(LIPOVETSKY, 2000, p. 28). É como se a mulher amasse o amor, de modo a cultivar uma fidelidade à tradição passional do feminino, que tem como pressuposto a renúncia de si.

De fato, ainda que as mulheres lutem pela autonomia profissional e financeira, na busca pela igualdade com os homens, fugindo do imperativo da virgindade e da destinação ao lar, sua forma de pensar o amor e suas expectativas amorosas não são semelhantes àquelas vividas pelos homens. As representações sociais que criam acerca do amor e dos papéis que devem desempenhar em virtude do lugar que ocupam nas relações amorosas são resultado das trocas simbólicas ocorridas no contexto social em que vivem, tornando-se determinantes para as suas práticas sociais.

Com o intuito de compreender os papéis sociais do homem e da mulher a partir daquilo que se entende por amor, Anthony Giddens (1993) procura distinguir o que chama de *amour passion* e amor romântico, apontando este segundo como sendo a forma de expressão afetiva mais relacionada ao ambiente familiar e doméstico e, portanto, feminino.

O *amour passion*, para Giddens, é aquele atribuído sobretudo ao homem, diante da histórica liberdade sexual que lhe foi conferida culturalmente:

Embora o uso secular da palavra "paixão" – distinto de sua utilização mais antiga, significando paixão religiosa – seja relativamente moderno, faz sentido considerar-se o amor apaixonado, *amour passion*, como a expressão de uma conexão genérica entre o amor e a ligação sexual. O amor apaixonado é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tende a se conflitar (GIDDENS, 1993, p. 48).

Como o homem não participa diretamente da rotina cotidiana, mas, ao contrário, busca o sustento da família fora do lar, é ele quem tem o poder de experimentar outras formas de amor, que não aquela destinada à procriação e à perpetuação da família.

Diferente é o amor romântico – expressão totalmente distinta da forma passional de amar –, nascido da própria idéia de *romance* que surge no século XIX, e que, de acordo com Giddens, está diretamente relacionado ao casamento e, portanto, à vida cotidiana:

O surgimento da idéia do amor romântico tem de ser compreendido em relação a vários conjuntos de influências que afetam as mulheres a partir do final do século XVIII. Um deles foi a criação do lar, já referido. Um segundo foi a modificação nas relações entre pais e filhos; um terceiro, o que alguns chamaram de “invenção da maternidade”. No que diz respeito à situação das mulheres, todos eles estavam muito intimamente integrados (GIDDENS, 1993, p. 52-53).

As influências de que trata Giddens compõem, de fato, o universo doméstico que passou a ser referencial do amor feminino e que teve conseqüências, também, na diferenciação culturalmente estabelecida entre a sexualidade feminina e a sexualidade masculina. “As idéias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior” (GIDDENS, 1993, p. 54). Portanto, o amor romântico passa a ser identificado como o amor tipicamente feminino.

Sendo o lar o lugar destinado à mulher, sua identidade passou a estar diretamente relacionada ao papel social que ocupava naquele espaço e que, na qualidade de exclusivamente doméstico, a retirava de qualquer forma de participação na atividade política, cuja titularidade era exclusivamente masculina. A mulher, como responsável pela organização e administração do lar, pela educação dos filhos e pelo

bem-estar do marido, passa a ter no universo doméstico o seu único campo de atuação, pelo qual deve dedicar a sua vida. Isso decorre do fato de que as idéias propagadas acerca do amor romântico, segundo Giddens, estavam relacionadas com as transições importantes que afetaram diretamente o casamento:

O amor romântico presume algum grau de autoquestionamento. Como eu me sinto com relação ao outro? Como o outro se sente a meu respeito? Será que os nossos sentimentos são “profundos” o bastante para suportar um envolvimento prolongado? Diferente do *amour passion*, que extirpa de modo irregular, o amor romântico desliga o indivíduo de situações sociais mais amplas de uma maneira diferente. Proporciona uma trajetória de vida prolongada, orientada para um futuro previsto, mas maleável; e cria uma “história compartilhada” que ajuda a separar o relacionamento conjugal de outros aspectos da organização familiar, conferindo-lhe uma prioridade especial (GIDDENS, 1993, p. 56).

A idéia de uma “história compartilhada” põe o amor romântico não apenas no campo da intimidade, mas, sobretudo, no campo da construção da identidade:

O outro, seja quem for, preenche um vazio que o indivíduo sequer necessariamente reconhece – até que a relação de amor seja iniciada. E este vazio tem diretamente a ver com a auto-identidade: em certo sentido, o indivíduo fragmentado torna-se inteiro (GIDDENS, 1993, p. 56).

Essa idéia de incompletude – resquícios da noção de “amor platônico” – é ainda mais densamente reproduzida no senso comum, diante da cultura de supremacia do masculino sobre o feminino, o que

se observa, sobretudo, através da “necessidade do casamento” como algo que traz um sentido à vida da mulher. É como se o fato de estar vivendo ao lado de um homem concedesse à mulher a identidade ideal, sobretudo quando diante de um relacionamento afetivo como o casamento ou suas modalidades assemelhadas.

Simone de Beauvoir afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9). Ou seja, a identidade feminina é algo construído socialmente a partir de parâmetros culturais, inclusive relacionados com uma determinada idéia de sexualidade reduzida ao papel de reprodução. Portanto, a mulher passa a existir a partir do outro, que é o homem, o que por si só enseja uma idéia de complemento³⁰.

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim torna-se mulher, decorre de que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e a significações (BUTLER, 2003, p. 58-59).

Como a mulher não tem identidade própria, mas a constrói a partir do outro, é na diferença que se estabelece a identidade do sujeito feminino. De fato, todo sujeito é formado por uma série de identidades que podem estar relacionadas entre si ou, ao contrário, podem mostrar-se contraditórias (cf. HALL, 1999). No caso das mulheres traficantes de drogas, a identidade de mãe é reconhecida quando a mulher tem um filho ou o adota, a identidade de mulher – aqui no sentido de esposa ou companheira – quando elas se relacionam afetivamente com um homem, e a identidade de traficante por força das determinações da

³⁰ Entendemos que toda identidade, inclusive a do homem, é construída a partir do outro. Aqui o nosso enfoque diz respeito, sobretudo, à identidade feminina que é sempre vinculada à masculina.

norma jurídica aplicada no ato da condenação ou antes mesmo, quando da prisão.

Observamos, então, que a cotidiana construção da identidade feminina ocorre através de uma articulação entre representações e discursos, seja o discurso de gênero fruto de uma educação sexista dominante no senso comum, seja através do próprio discurso jurídico, tal como discutimos no Capítulo I.

A idéia da identidade afetiva submetida ao outro já era traduzida na própria literatura moderna, cujos romances relatavam provas de amor incondicional por parte das mulheres, povoando o imaginário feminino desde a infância, a exemplo de *Romeu e Julieta*, de Shakespeare, cuja personagem feminina, pensando que seu amado estava morto, põe fim à própria vida, o que representa a idéia de que a vida da mulher não faz sentido sem a existência do homem que ama. Além disso, mitos de “príncipe encantado” e “casamento feliz”, dentre outros, impõem um modelo específico para as relações, nas quais a mulher tem sempre que ser a sacrificada em nome do relacionamento afetivo.

Essa concepção de vida que está presente na formação ideológica feminina também aparece nas concepções de amor e casamento que têm as mulheres traficantes. Para a reeducanda Gardênia, que viveu um casamento de 23 anos com o mesmo homem, e que foi presa junto com ele quando a polícia flagrou certa quantidade de maconha na casa em que moravam, “todas as mulheres sonham casar com um marido ideal, mas não para sofrer. Eu não tive sorte”³¹. Essa fala parece demonstrar uma forma de pensar generalizante que povoa o imaginário feminino e que envolve um parâmetro de felicidade – contrário ao sofrimento vivido pela autora desse discurso – que consiste em encontrar um determinado modelo de marido, que ela

³¹ Fala da reeducanda Gardênia.

define como “ideal”. A reeducanda Gardênia relata uma vida de sofrimentos e ameaças de violência física e moral efetivadas pelo marido contra ela e os filhos, de modo que se sente uma desafortunada pelo perfil do seu marido. E afirma: “Quando as pessoas se amam, o casamento é muito bom, um tá ajudando o outro quando precisa. No meu caso, só fiz sofrer”⁵². Para ela, o amor e o casamento, porém, fazem parte dos sonhos de qualquer mulher.

A mídia, especialmente através das telenovelas, tornou-se um espaço onde a identidade feminina e a subjetividade são trabalhadas, contribuindo para a solidificação dessas idéias no senso comum. “Assim, a identidade se torna histórica e, obviamente, também se torna uma referência para a política cultural” (MORAES, 2002, p. 69). De fato, a influência do fenômeno ideológico contribui para a formação das identidades do sujeito e de sua consciência individual no contexto das relações sociais e também dentro de um universo de práticas afetivas. Assim, as múltiplas identidades que povoam as vidas das mulheres estão sempre inseridas nas estruturas simbólicas da vida social e da divisão social de tarefas nas relações de afeto.

Construindo-se a partir dessas idéias, as relações afetivas tendem a ser permeadas por situações em que a mulher, compreendendo-se como um complemento do homem e responsável pela harmonia do lar, procura dar constantes provas de amor e de fidelidade, que podem ser exteriorizadas em gestos simples – como um corte de cabelo ou um tipo de roupa que agrada o marido ou companheiro – ou, o que é objeto do nosso estudo, no envolvimento num delito.

Embora tenhamos percebido essa realidade através das entrevistas realizadas com as mulheres presas em Alagoas, não afirmamos que esse é o perfil da mulher brasileira, pois não deixamos

⁵² Fala de Gardênia.

de considerar focos de resistência historicamente construídos e que culminaram com a posituação, na Constituição Federal de 1988, do chamado princípio da igualdade, que visa igualar homens e mulheres em direitos e obrigações⁵³. É histórica a busca de uma identidade feminina própria, principalmente no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho e ao fim do processo de reificação da imagem da mulher. Todavia, a pesquisa realizada demonstrou que, na realidade das mulheres presas em Alagoas, representações sociais que reproduzem o papel feminino nas relações afetivas – desde os casamentos oficiais até os namoros não duradouros – influenciaram sobremaneira para que essas mulheres se envolvessem com a droga, sendo presas por tráfico.

2. Contradições de um amor bandido

As mulheres traficantes de drogas, ainda que de classe média baixa, submetidas a empregos que primam pelo trabalho braçal – domésticas, na maioria dos casos – ou, então, ao comércio informal, como vendedoras ambulantes, também vivem a busca da independência, sobretudo no aspecto financeiro. Todavia, não conseguiram sequer a independência emocional. Nas falas das reeducandas entrevistadas, há vários relatos das impressões que elas têm sobre amor, casamento, marido e filhos.

Para a reeducanda Violeta, flagrada em sua residência com determinada quantidade de maconha, que afirma ser do companheiro usuário de drogas, com quem vive há seis anos, o amor é difícil de ser conceituado e pensado abstratamente. Ela não consegue responder à pergunta “O que você pensa sobre o amor?”, e questiona “Como assim?”⁵⁴. Mas continua: “Eu amava ele. O que eu podia fazer, fazia tudo por ele”⁵⁵.

⁵³ Art. 5º, da CF: “(...) I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

⁵⁴ Fala da reeducanda Violeta.

⁵⁵ Fala da reeducanda Violeta.

Essas falas demonstram que a reeducanda, mesmo sem conseguir conceituar discursivamente o que pensa acerca do amor, consegue mensurar o seu amor a partir da ação. A expressão “*O que eu podia fazer, fazia tudo por ele*” pode revelar a dimensão da dedicação dessa mulher ao marido, a partir do pressuposto de que o amava.

Na maioria dos casos, as reeducandas conseguem definir discursivamente como visualizam seus papéis na vida afetiva e familiar, demonstrando um contato com sua própria subjetividade. Para Woodward, apesar do uso dos termos “identidade” e “subjetividade” como intercambiáveis, existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois:

“Subjetividade” sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais (WOODWARD, 2000, p. 55).

Já as identidades, para Woodward, seriam as posições que assumimos e com as quais nos identificamos (Woodward, 2000, p. 55).

O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. Ele nos permite explicar as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares (WOODWARD, 2000, p. 56).

No entanto, nossa pesquisa demonstrou que há identidades não reconhecidas pelas mulheres, mas que são ditas pelo outro, como o sistema jurídico, através do Poder Judiciário no ato da sentença, por exemplo. De fato, as mulheres traficantes de drogas têm consciência

do caráter ilícito de sua conduta e chegam mesmo a censurar a atividade dos grandes traficantes, mas não se reconhecem como criminosas, em virtude dos motivos que as levam ao narcotráfico. Portanto, elas negam o caráter naturalizador da identidade a partir da norma jurídica (cf. PENNA, 1992). Percebemos, a partir da fala da reeducanda Violeta, uma contraposição da identidade auto-referente de que é portadora:

Acho que o criminoso é aquele que vende a maconha. Eu não sou assim, eu não sou criminosa. O pessoal sabe que eu não caí porque tava vendendo. Eu caí pra ajudar o meu marido. (...) Acho que não sou uma criminosa, não. Acho que sou uma pessoa normal (...) Acho que ser criminoso é matar. O pior crime que tem é esse: um matar o outro ³⁶.

Essa fala transcrita sugere que, no imaginário dessa mulher, o fato de “ajudar” o companheiro é justificativa suficiente para retirar dela o peso da responsabilidade pelo ato ilícito cometido, ou seja, a “ajuda”, na sua concepção, é fator que a isenta da identidade de “criminosa”, na medida em que apresenta uma motivação para tanto.

Todavia, fica muito claro, para ela, o seu papel de esposa, e, por conseguinte, os sacrifícios que deve fazer em nome do afeto que a liga ao homem. Além disso, ao fazer menção ao olhar dos outros como forma de reconhecimento de suas ações, leva em conta a vivência como critério definidor de sua identidade (cf. PENNA, 1992). Negando a auto-identidade de criminosa, a reeducanda define o criminoso como alguém que está envolvido com algum ato de violência, como matar, o exemplo por ela utilizado.

Ao ser indagada se acha que uma mulher faz qualquer coisa por amor, a reeducanda imediatamente responde que não e afirma:

³⁶ Fala da reeducanda Violeta.

Eu não sei porque eu fiz isso, assumi no lugar dele. Não sei, na hora assim (...) me deu assim uma coisa e eu assumi, mas depois (...) tem hora que eu me arrependo, mas eu sei que um dia eu vou sair da cadeia, não vou ficar, né? É por isso que eu me conformo³⁷.

Mesmo não conseguindo expressar discursivamente os motivos que a levaram a assumir a droga no lugar do marido, a reeducanda admite que, no ato do flagrante policial, teve medo que o companheiro fosse preso e, para evitar que isso ocorresse, afirmou ser a proprietária da droga: *"Depois que eu assumi, a polícia me prendeu e parou de ir atrás dele (...) Ele sabe, né, que eu tô aqui por causa dele e eu não posso fazer nada (...) na hora eu fiquei com raiva dele, né, mas depois passa"*³⁸. Essa fala parece demonstrar que o ato de assumir a posse da droga no lugar do marido foi praticado em nome do afeto, diante do seu papel de esposa. Ela, na qualidade de companheira, sentiu-se mais tranqüila porque a polícia parou de procurar por seu marido, que se mostra arrependido quando a visita na prisão e pede desculpas: *"Ele pede [desculpas], né? Chora de vez em quando, mas, fazer o quê, né?"*³⁹.

Apesar de tudo o que aconteceu, a reeducanda faz planos para reconstruir a vida ao lado do companheiro, depois que sair da prisão: *"Eu penso que quando eu sair daqui, vou morar com ele, construir de novo, porque foi tudo vendido, pra gente morar de novo junto (...) Eu gosto dele"*⁴⁰. Nessa fala ela expressa taxativamente o seu sentimento pelo marido, tão forte a ponto de levá-la a não sentir arrependimento e pensar em voltar a viver com ele, resgatando, assim, o modelo de convivência marital que sempre conheceu. No entanto, quando indagada sobre o que acha do casamento, a reeducanda parece contradizer-se, afirmando:

³⁷ Fala da reeducanda Violeta.

³⁸ Fala da reeducanda Violeta.

³⁹ Fala da reeducanda Violeta.

⁴⁰ Fala da reeducanda Violeta.

Ainda tenho, né, vontade de casar, arrumar um homem, assim, pra casar, né? Tenho vontade (...) Mas quero arrumar um melhor do que ele, que não use drogas, que não beba (...) Acho bonito, usar uma aliança no dedo assim, acho bonito, que eu não tenho, né? Eu acho bonito casar, usar aliança⁴¹.

A contradição presente nesse relato aponta para o fato de que algumas mulheres, ainda que vivam certas experiências decepcionantes na ordem afetiva, continuam a buscar determinado modelo de relação permeada por simbologias muito fortes – a exemplo da aliança – e que envolve um padrão de homem que corresponda às suas expectativas.

No caso da reeducanda Violeta, o padrão de companheiro com o qual ela sonha sugere uma ruptura com experiências por ela vividas com o atual companheiro, especialmente no que diz respeito ao uso de drogas e do álcool. Ainda contraditoriamente, a reeducanda Violeta parece revelar, em seu discurso, o desejo de que seu marido se transforme nesse modelo do homem ideal:

Ele diz que quer morar comigo até ficar velhinho, até morrer. Eu acho bonito, quando ele fala. Agora vamo ver se ele vai, né? Mas acho que ele tá falando a verdade, quando fala (...). Acho que ele precisa arrumar um trabalho, parar de fumar maconha, parar de usar muita droga. De beber ele já parou um pouco, agora a maconha ele não quer deixar. Pode ser que ele pare de usar quando eu sair daqui, né? Pare de usar e vender, que ele vende também (...)

A fala acima transcrita aponta para as expectativas que a reeducanda guarda com relação a mudanças no comportamento do

⁴¹ Fala da reeducanda Violeta.

marido, sobretudo depois que ela cumprir a pena e retornar a conviver com ele. Essas expectativas podem demonstrar que ela ainda encontra nele a possibilidade de realização de ideais de felicidade no amor, claramente representada pela promessa de seu marido de viver com ela *"até ficar velhinho"*, algo simbolicamente muito forte e que nos faz lembrar o final de muitas narrativas de amor: *"E viveram felizes para sempre..."*. Esse parece ser o sentido da promessa do marido, que a reeducanda define como algo *"bonito"*, demonstrando, mais uma vez, a presença de representações sociais pautadas por um simbolismo extremamente sedutor.

O relato da reeducanda Violeta, aliado a outros que sugerem a presença de representações bem definidas acerca do papel da mulher no amor, nos leva à constatação de que mesmo os atos mais extremos de demonstração de amor – como o envolvimento com drogas –, ainda quando geram graves consequências para a mulher, como a prisão, parecem fazer parte do contexto da relação afetiva. Isso demonstra como as relações afetivas ainda guardam fortes vínculos com o modelo patriarcal de submissão e sujeição da mulher para com o homem e, portanto, de dominação masculina. Para Heleieth Saffioti, *"(...) dominação presume subordinação. Portanto, está dada a presença de, no mínimo, dois sujeitos. E sujeito atua sempre, ainda que situado no pólo de dominado"* (SAFFIOTI, 2004, p. 118). Ou seja, se a nossa sociedade reproduz o modelo patriarcal, no qual há o domínio do masculino sobre o feminino nas relações afetivas, é porque o campo simbólico e representacional da mulher ainda é permeado por um processo ideológico que a coloca na condição de subordinada ao homem nos mais variados aspectos da vida, influenciando suas práticas sociais. Sobre o patriarcado, assim argumenta Saffioti:

O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo (Saffioti, 1996), apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de

interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios (SAFFIOTI, 2004, p. 106-107).

Segundo Saffioti, para que essa realidade seja transformada, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições tradicionalmente reservadas aos homens, a exemplo das atividades econômicas, políticas, religiosas, dentre outras. *"Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma"* (SAFFIOTI, 2004, p. 107).

Na estreita relação que o patriarcado guarda com a história de opressão da mulher e seu assujeitamento ao homem, observa-se que a mulher, ao viver em função do outro, passa a não ter vida própria; ao contrário, age em função daquele que é reconhecido como protagonista da História: o homem. De fato, na própria trajetória histórica da mulher observamos que são poucas as participações marcantes nos grandes acontecimentos da humanidade⁴². A sua atuação social ocorre normalmente no cotidiano familiar e do lar.

Como é no plano cultural e, portanto, simbólico que se estabelecem as diferenças entre os sexos e os papéis sociais a eles correspondentes, percebemos que a própria história das mulheres está ligada à história das representações sociais que definem culturalmente o masculino e o feminino, estabelecendo, assim, identidades. Sendo a cultura algo dinâmico e incessantemente remodelado, as representações acerca dos papéis sexuais acompanham essas modificações, tornando-se também dinâmicas.

⁴² Se há mais participações da mulher em grandes acontecimentos da humanidade, não são tão exploradas pela literatura historiográfica como são as atuações masculinas.

Esse caráter dinâmico das representações sociais foi claramente percebido na nossa pesquisa. Como o cárcere é uma experiência que deixa marcas fortes na vida dessas mulheres, sobretudo pelo fato de privá-las do convívio com os filhos, observamos que a passagem pelo sistema prisional faz com que a mulher passe a repensar sua realidade e sua relação com o companheiro e as drogas. A reeducanda Violeta, apesar de ter assumido a droga no lugar do companheiro, que ainda é usuário e traficante de drogas, demonstra certa lucidez com relação a sua vida quando voltar à liberdade:

Eu me arrependi (...) porque não vale a pena a pessoa se assumir por um homem que a pessoa gosta. E depois a pessoa vê que num vale a pena (...) Quando eu sair, ele vai ter que escolher, ou a maconha ou a mulher dele. Eu já disse a ele que quando eu sair ele vai ter que escolher, ou ficar comigo a vida inteira, ou então vai ficar com a maconha dele. Porque se eu sair e ele for vender, os meus filhos vão estar dentro de casa e eu não quero mais.

Essa fala parece demonstrar a determinação da reeducanda em modificar a atitude do marido com relação às drogas, na busca de preservar os filhos desse convívio. Ela usa a promessa do marido de viver com ela para o resto da vida como uma opção inconciliável com a condição de usuário e traficante de drogas. Resta, apenas, saber se esse discurso vai se tornar realidade, constatação essa que a nossa pesquisa não pôde alcançar.

CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS NO CONTEXTO DAS INTERAÇÕES AFETIVAS



O homem — de todas as idades e culturas — vê-se diante de uma só e mesma questão: a de como superar a separação, a de como realizar a união, a de como transcender a própria vida individual e encontrar sintonia.

Erich Fromm

O estudo da teoria das representações sociais demonstra que práticas sociais são fortemente influenciadas pela forma como os agentes percebem sua identidade e seu papel nas relações com os outros. No contexto das interações afetivas, vários elementos concorrem para que os sujeitos se envolvam com as drogas, mesmo quando cientes da proibição legal. Dentre esses elementos, as necessidades financeiras da família e a drogadição aparecem como aqueles que mais colaboram para a reprodução de práticas relacionadas às drogas. Neste capítulo discutiremos, com base nas entrevistas que realizamos, como as mulheres podem envolver-se com as drogas, sendo presas como traficantes, a partir das experiências afetivas que vivem com os sujeitos masculinos.

1. Representações sociais sobre o tráfico de drogas: entre as prescrições da lei e a perspectiva dos traficantes

São muitas as formas como as representações são construídas no espaço social. O estudo de um determinado delito revela que também o Direito, instrumento convencional por natureza, tem um papel fundamental na determinação dos padrões e, portanto, na

construção de representações sociais das identidades dos sujeitos. A norma jurídica é dotada de um poder de determinação do sujeito, capaz de convencionar a criação da figura do criminoso ao ligar sanções penais a determinadas formas de conduta, como no caso do tráfico ilícito de entorpecentes (cf. FOUCAULT, 2002a). Trata-se, pois, do critério da *naturalidade* para a construção da identidade do sujeito, proposto por Maura Penna (1992) e que retomamos neste capítulo para analisar as falas dos entrevistados, no intuito de compreender como as representações sociais justificam suas práticas ilícitas⁴³.

Como o crime é algo que sempre gerou repúdio social, até mesmo porque está muito relacionado à idéia de violência, faz-se no universo representacional popular a vinculação da figura do criminoso, no sentido legal, a todo aquele que é perigoso e mau. Ignora-se, então, um imenso rol de crimes que não são de natureza violenta – como os crimes de colarinho branco, os crimes contra a ordem econômica e tributária, dentre outros – e que, em que pese não demonstrarem uma ofensividade direta às vítimas por meio de violência, acarretam lesividade de grandes proporções para toda a população.

No caso do tráfico ilícito de entorpecentes, a representação da violência no senso comum é constante, não porque o tráfico em si seja um ato de violência – na medida em que se constitui como verdadeiro mercado paralelo, que substitui o trabalho nos moldes tradicionais, gerando aquilo que Loïc Wacquant denomina *economia subterrânea* (WACQUANT, 2001, p. 25) – mas sim porque acaba por desencadear uma rede de relações ilícitas que favorecem o cometimento de crimes como roubos, furtos, formação de quadrilha e até homicídios.

A força convencional da norma jurídica instituidora da figura típica do tráfico ilícito de substância entorpecente leva à criação, no

⁴³ Abordamos, no Capítulo I, os elementos para a construção das múltiplas identidades da mulher traficante de drogas a partir das categorias apresentadas por Maura Penna (1992).

universo representacional da população, de imagens a respeito do que seria um “traficante”, ou seja, aquele que vive cotidianamente o mundo das drogas como meio de subsistência e que tem sua identidade totalmente vinculada a essa realidade.

Moscovici (2003), introduzindo a idéia de sistemas de classificação, assim comenta a força dos objetos convencionados:

Eu quero dizer que elas [as representações sociais] são impostas sobre nós, transmitidas e que são o produto de uma seqüência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na imagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras de uma informação presente (MOSCOVICI, 2003, p. 37).

Portanto, no caso do tráfico de drogas, o universo representacional popular, formado pela força da lei e sedimentado pela presença constante dos meios de comunicação de massa – sobretudo os programas policiais sensacionalistas que exibem as mulheres traficantes como pessoas perigosas e que vivem cotidianamente para o crime –, acaba por criar imagens estigmatizantes sobre as mulheres envolvidas no tráfico. Entretanto, constatamos, com as nossas entrevistas, que os próprios traficantes não se vêem assim. Como não conseguem se perceber como criminosos, eles sempre encontram justificativas para suas práticas relacionadas às drogas, enfatizando outras dimensões de suas identidades – mães, pais, maridos, esposas – que se sobrepõem à proibição normativa. Isso corrobora com o nosso entendimento de que as representações sociais criam um espaço de construção da identidade para o sujeito, que explica e justifica suas

práticas a partir da compreensão que tem da realidade vivida no transcurso de sua história (cf. SÁ, 2002).

A reeducanda Açucena, por exemplo, foi presa em flagrante quando a polícia achou, em sua casa, determinada quantidade de droga que ela alega ser de sua companheira. Vivendo uma relação homoerótica há cerca de 3 anos, ela não se sente à vontade para falar sobre o seu relacionamento, mas afirma que a droga era da companheira, que não foi presa.

Questionada se se considerava uma criminosa, ela pensa por alguns instantes, sorri e responde: *“Eu não sei (...) o juiz disse que eu sou criminosa, né? Por isso que ele me mandou pra cá. Se ele disse, então é porque eu sou, né?”*⁴⁴ Ou seja, o “juiz”, como autoridade que representa o Estado, quando diz o Direito através da sua jurisdição, acaba por dizer o próprio sujeito. Essa fala revela que a noção que a reeducanda tem acerca do que seja um criminoso parece se distanciar do que diz e determina o juiz. Ela tem noção de que a autoridade da qual o juiz está investido tem o poder de fazer aquela classificação legal vigorar como verdade no senso comum. *“A representação tem por função preservar e justificar a diferenciação social, e ela pode estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles”* (ABRIC, 1998, p. 30).

A norma jurídica tem o papel de criar aquilo que Woodward (2000) denomina “grupos identitários”, nos quais a identidade é vista como fixa e imutável, e que, no caso do tráfico de drogas, funda-se na efetivação de práticas sociais ilícitas que configuram o crime. A mulher traficante, assim identificada ao ser presa e, mais acentuadamente ainda, quando processada e condenada, passa a ter a ilicitude como um componente da sua identidade. Em outras palavras, atos ilícitos praticados não são considerados como fatos que ocorreram na vida

daquela ator social, mas são tomados como algo inerente ao próprio sujeito, estigmatizando-o (cf. GOFFMAN, 2004). As representações que as mulheres traficantes criam acerca da figura do criminoso diferem das representações sociais que são formadas a partir das normas jurídicas porque são resultado de significados muito peculiares no universo simbólico das relações intersubjetivas que elas viveram, compondo, assim, as suas realidades.

De fato, apesar da força das representações sociais construídas pelo poder da norma jurídica, nosso estudo revelou que, nos casos das mulheres presas em Alagoas por tráfico de drogas, um histórico de violência e criminalidade nem sempre existiu. As entrevistas realizadas demonstram que nem sempre há, nas suas relações com a droga, um domínio do aspecto mercadológico do tráfico por conta de sua situação socioeconômica – em que pese o fato de serem todas as presas entrevistadas de classe social economicamente baixa –, mas sim que há razões outras no universo representacional dessas mulheres, quase sempre vinculadas a relações de natureza afetiva, que as levam a determinadas práticas relacionadas às drogas, acarretando o seu enquadramento jurídico como traficantes.

Há, portanto, uma grande diferença entre a noção de traficante que é criada pela norma e que é absorvida pela sociedade – já que a norma penal tem o poder de criar e recriar o senso comum a partir dos tipos penais historicamente variáveis – e aquela que se forma no universo representacional das traficantes, resultado de suas histórias de vida. Sobre a idéia de senso comum, explica Moscovici:

O senso comum está continuamente sendo criado e re-criado em nossas sociedades, especialmente onde o conhecimento científico e tecnológico está popularizado. Seu conteúdo, as imagens simbólicas derivadas da ciência em que ele está baseado e que, enraizadas no olho e na mente, conformam a linguagem e o comportamento usual, estão constantemente sendo retocadas (MOSCOVICI, 2003, p. 95).

⁴⁴ Fala da reeducanda Açucena.

O senso comum resulta das representações dominantes na sociedade, em determinado momento histórico, recebendo influências ideológicas que tendem a formar padrões e modelos de identidades e comportamentos. No entanto, paralelas às representações dominantes, estão as representações sociais que vigoram no contexto da subjetividade e que, ao serem apreendidas, motivam e justificam as práticas sociais dos sujeitos. Através da teoria das representações sociais proposta por Moscovici (2003), observamos que sujeito e objeto não são absolutamente distintos, pois, na medida em que o sujeito, na qualidade de individualidade historicamente estabelecida, constrói as representações cotidianamente, ele também é construído através dessas representações que influenciam suas práticas sociais:

Nós propomos que não existe uma realidade objetiva *a priori*, mas sim que toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca (ABRIC, 1998, p. 27).

Isso significa que o sujeito, ao criar representações sociais, atribui sentidos e significados às idéias correntes no senso comum, interpretando-as e construindo uma realidade que corresponda a sua história de vida e as suas experiências com os outros atores sociais. Em outras palavras, as representações sociais não são um simples reflexo da realidade, mas, sim, um sistema de interpretação dessa realidade (ABRIC, 1998, p. 28).

Nas representações sociais formadas a partir da experiência vivida pelas mulheres envolvidas no tráfico de drogas, a afetividade está contextualizada no campo da reflexividade, que no interacionismo simbólico ocupa um lugar muito importante, pois trabalha com a existência de um esquema de expectativas mútuas que situa o “eu” como uma construção social e não individualizada (cf. JOAS, 1999).

As ações das mulheres traficantes não são resultado de uma conduta que nasce da sua subjetividade isolada, mas sim da intersubjetividade, ou seja, das interações que as compuseram historicamente, no contexto da sua experiência de vida. É, portanto, no significado que a mulher traficante atribui às suas experiências que podemos compreender o papel que ela define para si no mundo que a rodeia – seja como esposa, companheira, mãe ou irmã –, dentro das relações sociais que estabelece com os outros e como consequência de sua própria história de vida.

Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a “realidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 55).

A imagem feita pela mulher traficante de drogas acerca do seu meio social e, conseqüentemente, sobre as ligações que estabelece com os sujeitos com os quais se relaciona, revelam a existência de motivações no conteúdo de suas práticas sociais ilícitas, que podem ser expressadas discursivamente. Seu universo representacional a leva à construção de uma realidade que está para além da norma penal, de modo que o risco de ser presa e processada passa a ser apenas mais um detalhe, diante de seus relacionamentos afetivos. É como se, para elas, houvesse uma “capa de impunidade natural” diante da justificativa do amor e dos vínculos familiares para as práticas relacionadas às drogas. É o que Moscovici chama de explicações *bi-causais* no contexto da teoria das representações sociais:

A teoria das representações sociais assume, baseada em inúmeras observações, que nós, em geral, agimos sob dois conjuntos diferentes de motivações. Em outras palavras, que o pensamento é bi-causal e não mono-causal e estabelece,

simultaneamente, uma relação de causa e efeito e uma relação de fins e meios (MOSCOVICI, 2003, p. 80).

A mulher traficante de drogas, quando vislumbra na relação afetiva certa carga de reflexividade e reciprocidade, típicas da afetividade, ou mesmo quando, ausente tal reciprocidade, tem nela um horizonte – algo que almeja e deseja –, age de modo a tentar perpetuar seus vínculos afetivos ou solidificá-los. Ou seja, a existência de um amor, mesmo que seja fraterno, e a necessidade de vivê-lo plenamente, é motivo suficiente para se aventurar com as drogas, em situações em que ela, apesar de consciente da ilicitude de sua ação, não se visualiza como criminosa. É o que percebemos nas palavras da reeducanda Íris sobre o amor: *“Porque um amor pra gente é novidade, é uma coisa que a gente nunca sentiu. Quando a gente sente aquele amor, aquela paixão louca, a gente vai com tudo, né? Embora depois a gente sofra, a gente tenta, né?”*⁴⁵.

Algumas expressões chamam a nossa atenção nessa fala. Quando a reeducanda aponta um amor como *“novidade”*, parece querer romper com algo anterior, ou seja, com experiências vividas. O desejo de tentar, mesmo vislumbrando a possibilidade de sofrer no futuro, sugere certa expectativa acerca de um amor que alcance um modelo ideal, segundo a perspectiva feminina. Além disso, ao afirmar que diante de um amor ou de uma paixão louca *“a gente vai com tudo”*, a reeducanda deixa ampla margem para interpretação acerca daquilo que ela faria por amor. No caso dela, a relação drogas/afeto é um aspecto que constatamos com a nossa pesquisa.

É importante observar, mais uma vez, que as experiências que buscamos captar com as nossas entrevistas são apresentadas a partir das representações que as mulheres traficantes tinham antes

⁴⁵ Fala da reeducanda Íris.

da prisão, no momento em que viviam situações com a droga em nome das teias afetivas. A experiência da prisão e da condenação leva essas mulheres a repensar o que viveram, seus relacionamentos e os vínculos familiares, de tal forma que passam a analisar a situação como algo do passado – equivocado e ingênuo – realizado sob a égide do amor e da paixão. A mesma reeducanda que descreve tão passionalmente o amor, assim analisa:

Acho que sim [toda mulher quer ter um homem ao seu lado], né? Alguém que apoie ela, né, ajude ela. Acho que toda a mulher precisa, né, ter a sua alma gêmea, como se falam. Agora eu não quero mais ninguém, não, agora só quero ficar com os meus filhos, porque eu já sofri muito (...). Eu quero dedicar a minha vida pros meus filhos e minha mãe, não quero me envolver com ninguém. Posso brincar, porque ninguém vai dizer que vai ficar pra titia, né? Mas relacionamento, assim, eu não quero não⁴⁶.

Essa fala parece demonstrar que a reeducanda, apesar de conseguir verbalizar o que pensa sobre a presença de um homem na vida de uma mulher, aliada ao forte simbolismo presente na expressão *“alma gêmea”*, mudou sua concepção após viver o relacionamento amoroso que a levou à prisão⁴⁷. Isso demonstra o caráter dinâmico das representações sociais, que estão sempre em construção, moldando-se de acordo com as práticas interativas dos agentes, dentro da rede de relações que estabelecem com os outros, bem como das experiências vivenciadas no contexto dessas relações. A força da simbologia de uma relação afetiva é tamanha na vida dessas pessoas, a ponto de ser mesmo determinante para as suas práticas, inclusive ilícitas.

⁴⁶ Fala da reeducanda Íris.

⁴⁷ No item 3 deste capítulo trataremos mais minuciosamente do relato da reeducanda Íris, usuária de drogas, que se envolveu afetivamente com um traficante e foi presa também como traficante.

Por tudo isso, a teoria das representações sociais mostrou-se um meio adequado para o estudo da realidade dessas mulheres traficantes, não para buscar a verdade imanente em suas vidas – impossível missão, como afirmamos anteriormente –, mas para compreender o que há de comum entre elas, mesmo com histórias de vida muito diferentes: as teias afetivas como determinantes para o envolvimento com as drogas.

2. Quando amor e necessidade andam juntos: a droga no contexto familiar

A família parece ser o bem mais precioso para qualquer reeducando, especialmente quando ele se encontra preso⁴⁸. Muitos dos relatos que obtivemos acerca das famílias dos traficantes foram cercados de emotividade, palavras de carinho, tristeza pela saudade e outros sentimentos semelhantes.

Alguns entrevistados conseguiram verbalizar esses sentimentos, outros os demonstraram através de suas lágrimas. Observamos, porém, que é unânime o desejo dos entrevistados de voltar ao meio familiar e reconstruir a vida ao lado de seus companheiros e filhos.

No entanto, as necessidades materiais inerentes ao cotidiano do núcleo familiar, que envolve não apenas o relacionamento afetivo com o companheiro, mas também e sobretudo os filhos, foram apontadas por algumas reeducandas como justificativa para o envolvimento com a venda de drogas. Sendo o tráfico de drogas uma espécie de prática mercadológica, sua rentabilidade atrai muitas pessoas, seja porque estão desempregadas e desesperadas por dinheiro, seja

⁴⁸ Existem condenados que cumprem a pena ou parte dela em liberdade, seja porque tiveram suas penas substituídas por penas alternativas ou porque foram beneficiados com a progressão de regime de cumprimento de pena ou com livramento condicional.

porque querem apenas ter uma renda a mais no seu orçamento. Os relatos que obtivemos acerca da necessidade financeira como justificativa para o envolvimento com o tráfico transitam por esses dois caminhos, principalmente nos casos em que a mulher vive com o homem uma relação matrimonial ou assemelhada.

No volume 3 da trilogia *História da Sexualidade*, Michel Foucault (1985) faz algumas reflexões sobre o casamento, afirmando que o vínculo conjugal serve para definir todo um modo de existência do casal, que mesmo com a repartição de encargos e, portanto, de papéis no contexto da vida familiar, tem a unidade como objetivo:

A arte de ser casado não é simplesmente, para os esposos, uma maneira racional de agir, cada qual para o seu lado, visando um fim que os dois parceiros reconhecem e onde se reúnem; trata-se de uma maneira de viver como casal e de ser apenas um; o casamento exige um certo estilo de conduta em que cada um dos cônjuges leva a própria vida como uma vida a dois, e em que, juntos, eles formam uma existência comum (FOUCAULT, 1985, p. 161).

Para Foucault, o estilo de vida inerente ao casamento consiste em verdadeira “*arte de estar junto*”, que enseja uma unidade ética que o próprio casal deve construir na vida do casamento (cf. FOUCAULT, 1985). Para muitas das mulheres que entrevistamos, esse modelo de unidade é vivido plenamente, de forma que a escolha de viver um relacionamento pautado pela idéia do casamento as coloca na condição de obrigadas a submeter-se aos mais variados tipos de situação em nome desse relacionamento, desde a violência dos maridos até o envolvimento com práticas ilícitas, a exemplo das drogas.

Um dos relatos mais emblemáticos dentre os que obtivemos foi o da reeducanda Flor, presa com o marido quando foram flagrados com 135 gramas de maconha dentro da casa em que moravam. Ela

relata: *"Eu cantava numa banda de forró, conheci o meu marido que era guitarrista da banda. Ai casamos, juntamos, ai ele é de Maragogi. Ai eu fui e mudei para Maragogi, faz uns 5 anos. Ai fomos presos por tráfico de drogas"*⁴⁹.

A reeducanda afirma que tanto ela quanto o marido jamais usaram drogas e que resolveram vender quando a necessidade financeira chegou ao extremo:

Foi por causa de dívidas que nós entramos nessa. Ai os amigos nos influenciaram nisso: "Vai, vocês pagam a dívida de vocês, depois vocês saem". Daí nós entramos nessa, mas não chegamos nem a traficar mesmo, tá entendendo? Fomos pegos na primeira, com 135 gramas de maconha⁵⁰.

A reeducanda relata que tinha medo de que fossem pegos com a droga, pois, sendo a primeira vez, estavam preocupados e nervosos com a possibilidade de que alguém descobrisse, mas persistiram naquilo que denominou "falha":

Quando nós fomos autuados, nós já estava pensando em jogar fora. A gente já ia jogar fora. A gente nunca precisou disso, nunca precisou de usar droga. A gente sempre trabalhou, só vivia do trabalho. Todo mundo sempre tem uma falha. Foi mais um acidente⁵¹.

Quando ressalta as qualidades pessoais dela e do marido, com uma vida pautada pelo trabalho, a reeducanda aponta para a capacidade de auto-atribuição da identidade do sujeito, no intuito de afastar a idéia de que ela e o marido obtinham da droga o sustento da família. Assim, acaba por refutar a identidade de traficante de drogas. Essa

⁴⁹ Fala da reeducanda Flor.

⁵⁰ Fala da reeducanda Flor.

⁵¹ Fala da reeducanda Flor.

fala revela, também, como a reeducanda busca demonstrar o caráter excepcional de sua ação ligada à droga, por ela descrita como acidental. Seu discurso aponta para a negação de uma vivência no mundo das drogas. Dentre todas as reeducandas que apresentaram justificativas para as suas práticas relacionadas às drogas, Flor pareceu ser aquela que mais insistiu em justificar-se e defender-se. Apesar de saber do caráter ilícito daquilo que estavam fazendo, a reeducanda justifica suas práticas diante da necessidade financeira e de um filho doente que precisava de remédios. Com isso, parece deixar bem claro que o envolvimento com a droga tem relação direta com os papéis que ela e o marido desempenham no espaço familiar, como mãe e pai. Assim verificamos que a auto-atribuição da identidade pelo sujeito o leva a pautar suas ações de acordo com o que pensa sobre a realidade vivida (cf. PENNA, 1992).

Ainda justificando sua ação, a reeducanda Flor faz um longo relato da frustração de não conseguir ajuda através das pessoas conhecidas da cidade em que morava:

Justamente no dia em que fui presa, eu deixei o meu filho doente, porque nós não tínhamos dinheiro pra comprar remédio. Quando nós estávamos na dificuldade, procuramos até vereador na cidade, procuramos pessoas da sociedade, porque nós convivíamos com elas, porque eu fazia música de MPB nos restaurantes de muitas [pessoas] que tinham condições de ajudar. Pois então, energia cortada, estava uma coisa horrível a nossa vida. Procuramos, nós íamos pedir ajuda, o pessoal negava, dizia que não podia⁵².

Observamos que a reeducanda relata os acontecimentos utilizando sempre a primeira pessoa do plural – *nós* –, o que sugere

⁵² Fala da reeducanda Flor.

que a percepção que ela tem dos fatos ocorridos aponta para a unidade que existe entre ela e o marido, fruto do relacionamento afetivo. Eles, enquanto família, atuaram juntos para suprir as necessidades que tinham.

A carência financeira pela qual passava a família parece tomar maiores proporções na visão da reeducanda, sobretudo diante da negação de amigos e conhecidos em ajudar. Dessa forma, ela consegue abstrair a situação e fazer uma reflexão sobre pessoas que acabaram se tornando criminosas em virtude de situações semelhantes àquela que ela passou:

Porque através disso aí é que muitas pessoas entram pro crime, pras drogas. Na hora em que mais precisa, as pessoas viram as costas. Daí, quando a pessoa cai, daí é discriminado como criminoso, e é uma pessoa de bem⁵³.

A discriminação é um fator importante no campo de estudos das representações sociais, na medida em que se afigura como estigma enraizado na sociedade e que, na maioria das vezes, se contrapõe à percepção que os sujeitos envolvidos têm a seu próprio respeito. É como se os critérios da naturalidade e da cultura para a determinação da identidade a partir do olhar do outro estabelecessem um contraste com a vivência e a auto-atribuição. Em outras palavras, a força da norma e a percepção estigmatizante da sociedade acerca da figura da mulher traficante são antagônicas ao que ela, enquanto sujeito, compreende sobre si mesma, na medida em que não isola o fato delituoso ocorrido, mas contempla as demais identidades que são fundamentais na sua vivência. Ser mãe, esposa e trabalhadora é muito mais significativo para essa mulher do que a identidade acidental de traficante. Aqui afirmamos, mais uma vez, a noção de identidades

⁵³ Fala da reeducanda Flor.

múltiplas no contexto da pós-modernidade, de acordo com Stuart Hall (2004). O sujeito atual é um indivíduo que ostenta as mais variadas identidades, que podem coexistir pacificamente ou contradizer-se. Parece estranho ao senso comum que uma “mãe de família”, por exemplo, seja, ao mesmo tempo, traficante de drogas. A realidade que pesquisamos, porém, demonstra que isso é mais comum do que se pode imaginar.

Ainda generalizando sobre a sua situação, a reeducanda Flor afirma: “Acontece, o mundo é assim, tantos pais de família, como mulheres também, presas, chorando por ter errado, porque errar é humano, tá entendendo?”⁵⁴. Essa fala parece sugerir que a reeducanda se identifica com outras pessoas que também erraram em nome dos vínculos familiares, o que aponta para uma justificativa revelada, sobretudo, na expressão “errar é humano”. Assim, a reeducanda demonstra aquilo que Maura Penna (1992) denomina *sentimento de pertinência*, ou seja, o fato de identificar-se com um determinado grupo identitário (cf. WOODWARD, 2000) composto de pessoas que vivenciaram situações semelhantes de envolvimento com drogas por conta das necessidades financeiras da família.

Justificando suas práticas, a reeducanda Flor não concorda com a ideia de que ela e o marido são criminosos e ressalta suas qualidades profissionais antes da prisão. Além disso, demonstra, mais uma vez, como a vivência parece ser um critério identificador, pois faz menção ao olhar da família sobre ela e o marido enquanto casal que tinha uma determinada reputação perante a comunidade local:

Em todo momento, mesmo antes de fazer isso, a gente tinha consciência de que isso era errado. A gente nunca se meteu com droga. Toda a família da gente conhece, por isso é que foi uma coisa muito triste (...) ninguém

⁵⁴ Fala da reeducanda Flor.

esperava isso, principalmente eu que vivia, eu e o meu marido, meu marido era professor de matemática, professor muito considerado na cidade, respeitado, tá entendendo? Era dedicado ao trabalho, todo mundo conhece. Eu também sempre cantava no fim de semana o meu MPB, mas aí até lá no bar, ultimamente, eu estava cantando e o dono do bar nem me pagando tava, tá entendendo? Isso são coisas que a sociedade deveria analisar, quando vem acontecer essas coisas com alguém. Se fosse analisado essas coisas, porque no tempo que a gente precisou, até a própria família dizia: “Ah, eu não posso, não tenho”. Tá entendendo? Aí, quando a bomba estourar, foi preso, pronto, aí é quando olha pra gente e diz: “Por que você não me procurou, por que você não pediu ajuda?”. Daí você olha e diz: “Quando eu precisei, você se negou. Esqueceu que eu lhe procurei?”. Aí é quando a ficha cai⁵⁵.

Essa fala aponta para o constante paradoxo entre o olhar da sociedade, da família e dos amigos como exteriores às experiências vividas pela reeducanda e sua família, e o olhar daqueles que vivenciaram as dificuldades financeiras. Assim, a leitura que ela faz da realidade vivida parece revelar o caráter justificatório das representações sociais que se formaram em seu imaginário a partir de sua realidade (cf. SÁ, 2002).

Ao lado da questão da necessidade financeira, Flor fala também sobre o amor pelo marido como um fator que corroborou para que ela levasse adiante a idéia de vender a droga: *“Foi justamente pelo amor que eu tinha pelo meu marido, porque ele mesmo sabe e diz a todo mundo o quanto eu pedia para ele não fazer isso. Mas ele tava tão (...) um pai de família desesperado, tá entendendo?”*⁵⁶. Essa fala da reeducanda aponta para a força da opinião

⁵⁵ Fala da reeducanda Flor.

⁵⁶ Fala da reeducanda Flor.

do marido nas decisões mais importantes do casal. Apesar da ênfase que a reeducanda dá à unidade que os leva a fazer juntos tudo aquilo que diz respeito à família, a opinião dela é insuficiente diante da vontade do marido, o que pode revelar a sua submissão na relação afetiva. Eles são “*nós*” nos momentos em que é necessário fazer algo pela família – como vender drogas, neste caso –, mas ele, como marido, pai e chefe de família, é quem decide como e quando agir. Aqui verificamos a dessemelhança dos papéis dos homens e das mulheres nas relações de afeto, conforme explica Lipovetsky (2000). Sobre a determinação cultural das identidades e dos papéis dos sujeitos nas relações de gênero, Saffioti (1987) explica:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

O longo relato da reeducanda Flor a respeito dos motivos que levaram seu marido a aceitar a droga da pessoa que lhe ofereceu parece estar permeado por um sentimento de admiração que ela tem do marido, não apenas no que diz respeito aos seus atributos profissionais e, portanto, a sua identidade diante da comunidade em que moravam, mas também à identidade de pai, e do papel que ele cumpriu corretamente, na visão dela, ao arriscar-se pelos filhos, envolvendo-se, inclusive, com as drogas. Assim, ela relata:

Ele tem 4 filhas do primeiro casamento, e um primeiro [filho] homem comigo. Aí tava duas filhas comigo e o meu filho doente. Tem gente que diz que é mentira, mas até leite eu tava pedindo à vizinha. Não tinha remédio, o filho doente, ele tava todo intoxicado, tá entendendo? E qual o pai que vendo o filho sem ter o que comer dentro

de casa, sem comida dentro de casa, a filha dizendo: "Pai, eu tô com fome!". Qual o pai que agüenta?⁵⁷

Nessa fala verificamos a influência da cultura na construção da identidade do sujeito, sobretudo no que diz respeito à identidade de pai e ao papel inerente ao reconhecimento dessa identidade. A reeducanda, a partir das noções adquiridas sobre a figura paterna através das trocas simbólicas que ocorreram ao longo de sua construção enquanto sujeito feminino, parece traçar um modelo de pai que aponta para ações e limites de tolerância diante de situações específicas. Isso fica bem configurado na pergunta "*Qual o pai que agüenta?*"⁵⁸. De fato, o lugar do pai na família como provedor das necessidades materiais ainda é algo muito forte na cultura brasileira, mesmo com a ascensão profissional da mulher e a conseqüente participação no orçamento familiar. Assim, o papel de pai está culturalmente definido, de tal modo que há expectativas quanto ao seu comportamento. Para a reeducanda Flor, o envolvimento do marido com as drogas parece ser justificável diante da sua posição identitária de pai.

Depois de presos, a reeducanda e o marido conheceram uma religião evangélica e casaram-se na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira, onde ele se encontrava recluso⁵⁹. Diz ela: "*Casamos, fizemos uma festa muito bonita lá no Baldomero no casamento, saiu no jornal e tudo*"⁶⁰. A reeducanda afirma que o amor entre ela e o marido cresceu após tudo o que passaram juntos e analisa a experiência do cárcere como algo positivo e engrandecedor:

⁵⁷ Fala da reeducanda Flor.

⁵⁸ Fala da reeducanda Flor.

⁵⁹ O marido da reeducanda Flor foi solto antes que pudéssemos entrevistá-lo. Com a liberdade, ele voltou para a cidade em que morava, de modo que não foi possível entrar em contato com ele para entrevistá-lo.

⁶⁰ Fala da reeducanda Flor.

Eu dou graças a Deus porque isso tenha acontecido, porque se eu não tivesse sido presa com meu marido, nós poderíamos ter nos transformado em verdadeiros traficantes, tá entendendo? Eu agradeço a Deus todo dia por estar aqui, porque eu amadureci muito, aprendi muito. Não sou maltratada, aprendi muito aqui no Santa Luzia, sou bem tratada, tenho bons tratos, não tenho do que reclamar⁶¹.

O temor da reeducanda Flor em se transformarem em verdadeiros traficantes parece decorrer, também, da experiência que ela viveu com pessoas viciadas em drogas no presídio. Para ela, o usuário de drogas é alguém que sofre por falta de amor – nesse caso, amor *agape*, ou seja, aquele que se exterioriza na caridade⁶² – e que precisa de ajuda: "*Eu acho que é falta de amor e de atenção dos outros, porque eu vejo o que faz as pessoas caírem na droga e ir fundo mesmo (...) é o desprezo, eu acho que é o desprezo*"⁶³. Sobre o amor, ela afirma:

Se existisse amor com os outros, acho que ia diminuir muito, porque a união faz a força. Porque as pessoas no mundo inteiro, as pessoas nem estão sentindo amor próprio, que dirá com o próximo, tá entendendo? Tem que mudar, tem que aprender a voltar a amar, porque o amor é Deus, e tem muita gente que desconhece, não sabe o que é amar, não tem sentimento pelo próprio filho, pelo marido, pela própria mãe, pai, e até é violento com todo mundo, não tem modos de responder aos mais velhos, tá entendendo? Isso aí está mostrando que a pessoa tá precisando de amor, ela esta precisando receber amor para poder dar. Então é isso⁶⁴.

⁶¹ Fala da reeducanda Flor.

⁶² No item 1, do Capítulo II, fizemos uma reflexão sobre o amor *agape*.

⁶³ Fala da reeducanda Flor.

⁶⁴ Fala da reeducanda Flor.

Magnólia narra sua história de vida sucintamente, contando que foi abandonada pela mãe quando tinha 1 ano de idade, tendo sido criada pelo pai e sua companheira. Sobre a madrasta, ela diz: *“Ela criou a gente, mas depois que meu pai faleceu, aí ela mudou (...) ela abandonou a gente, aí foi pra São Paulo, levou só o filho dela, o meu irmão por parte de pai, e deixou eu e minha irmã só na casa”*⁶⁸. Nessa época, Magnólia tinha 13 anos e ficou cuidando da irmã mais nova. Ela tinha um irmão mais velho que há muito tempo não morava com a família. Esse irmão foi preso por roubo e era viciado em drogas. Com dívidas para com alguns presidiários, o irmão de Magnólia encomendou droga a um traficante fora do presídio, por telefone, e combinou que a droga fosse entregue a sua irmã, a fim de que ela a trouxesse para o presídio num dia de visita. Assim, explica Magnólia:

Ele estava sendo ameaçado de morte, e estava devendo. Aí ele ligou pro homem [traficante]. Aí eu não sabia, nunca usei isso. Aí ele ligou pro homem, pra ele ir levar [droga] pra minha casa. Aí o homem me disse como era pra colocar, aí eu peguei e coloquei e fui presa⁶⁹.

Magnólia conta que escondeu a droga na sandália, conforme a havia instruído o traficante amigo de seu irmão, mas foi descoberta pelos agentes penitenciários no momento da revista que antecede à visita. Dessa forma, foi presa em flagrante e levada para a Delegacia de Repressão às Drogas – DRD, onde começou todo o processo que a levou à condenação de 3 anos de reclusão, em regime integralmente fechado, por tráfico de drogas.

Ela afirma que tinha medo de que os presos matassem seu irmão e, por isso, arriscou-se em levar a droga para ele, com o objetivo de que ele vendesse a droga dentro do presídio e, assim, pagasse as

⁶⁸ Fala da reeducanda Magnólia.

⁶⁹ Fala da reeducanda Magnólia.

dívidas. Mas, com a experiência da prisão – primeiro provisoriamente na delegacia, depois no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia –, a reeducanda se mostra arrependida, sobretudo porque sua ação foi pautada por expectativas com relação ao irmão.

A idéia de reflexividade no afeto (cf. GIDDENS, 2002), como um dos fundamentos para as práticas ilícitas relacionadas às drogas, resta muito clara durante toda a narrativa da reeducanda Magnólia. Para ela, os riscos de levar drogas para o presídio eram proporcionais ao afeto que ela guardava pelo irmão. As representações que ela criou a respeito do que restava de vínculos afetivos familiares, sobretudo como mulher e na qualidade de responsável pelos irmãos depois da morte do pai e do abandono da madrasta, foram suficientes para que ela se sentisse na obrigação de salvar o irmão, levando isso às últimas conseqüências: o envolvimento com a droga.

Todavia, o irmão não correspondeu às expectativas de Magnólia. Ela diz: *“Depois que ele foi solto, ele nunca veio me visitar [na prisão] (...) E agora não tenho nem notícias dele. Ele nem me visita, nem nada (...) Não valeu a pena. Nada valeu a pena”*⁷⁰. Questionada sobre o que sentia com relação a ele, ela responde: *“Nada, eu gosto dele, ele é meu irmão”*. Essas falas parecem revelar que a reeducanda arriscou-se pelo irmão porque “valeria a pena”, ou seja, porque, na visão dela, ele reconheceria o seu amor de irmã e agiria da mesma forma se a situação fosse a inversa. No entanto, ela ressalta mais de uma vez, durante a entrevista, que ele nem sequer a visitou na prisão, depois de solto.

Com 21 anos de idade no momento em que foi entrevistada para esta pesquisa, Magnólia aparenta muito menos idade do que tem – uns 15 ou 16 anos – e revela uma certa ingenuidade, inclusive por não saber por que usar drogas é crime, sobretudo porque tem outra idéia a respeito do que seja um crime:

⁷⁰ Fala da reeducanda Magnólia.

A droga é proibida, né? Mas eu acho assim, meu pensamento é assim: o criminoso, pra mim, é aquele que mata, entendeu? Porque dizem que a droga é pior do que o crime, o regime [de cumprimento de pena] é todo fechado (...) mas eu acho que não é pior não, porque ninguém é obrigado. Agora, você tirar a vida de uma pessoa (...) Porque a droga está ali e ninguém é obrigado, usa se quiser. Não tem aí um país que é liberado? Eu não entendo isso, por que é liberado?⁷¹.

Essa fala da reeducanda Magnólia demonstra, outra vez, como a maioria das mulheres presas por tráfico de drogas compreende o crime e, portanto, o criminoso. As representações sociais que constroem acerca da figura do criminoso são direcionadas para atos de violência, exemplificados na maioria das vezes pelo homicídio, o crime por excelência, e outras vezes pelo estupro, repugnado por todas as mulheres. Portanto, como não entendem que vender ou portar drogas é crime, não se consideram criminosas. Outra vez entram em contraste os critérios da naturalidade atribuída pela norma jurídica e da cultura. Para ela, criminoso é quem mata e não quem vende drogas. Além disso, a vontade do comprador é um aspecto também relevante na visão da reeducanda, o que fica bem claro na expressão *"ninguém é obrigado, usa quem quer"*⁷². Ou seja, o traficante só vende porque tem quem compre e esse comprador, por sua vez, é livre para comprar. Portanto, a reeducanda vê, no ato de traficar drogas, um mero ato de mercancia, e não um crime.

Por outro lado, Magnólia afirma nunca ter usado drogas antes da prisão. No entanto, ainda na delegacia, experimentou e, segundo ela, não gostou:

⁷¹ Fala da reeducanda Magnólia.

⁷² Fala da reeducanda Magnólia.

Também, olhe, eu nunca usei, nunca tinha usado. Quando fui presa, fiquei muito revoltada. Nunca vendi isso, nunca usei e nunca trafiquei e tô aqui [no presídio]. E muitos que vêm e traficam, não acontece nada. Fiquei muito revoltada, aí eu peguei e usei (...) Mas não gostei não, comecei a vomitar, sensação horrível (...) não suporto nem o cheiro. Nunca fumei nem cigarro, muito menos droga⁷³.

Nessa fala, a reeducanda demonstra não compreender como transportar uma pequena quantidade de droga para o irmão é considerado crime, de acordo com a lei. Assim, não se reconhece como traficante e não aceita o fato de ter sido condenada enquanto outras pessoas vendem cotidianamente a droga e permanecem impunes. Todos esses fatos tendem a revelar a visão que a reeducanda tem acerca da desproporcionalidade das reprimendas aplicadas a pessoas envolvidas com drogas, sobretudo porque em alguns países a droga é permitida.

Mesmo depois de tudo o que passou, Magnólia ainda demonstra o afeto que tem pelo irmão: *"E hoje, graças a Deus, hoje, não quero saber de nada de errado que aparece no mundo. Só Deus na minha vida. Fico muito triste, porque meu irmão é viciado, foi preso, passou pelo que passou e não aprendeu"*⁷⁴. O amor pelo irmão parece ter um significado para a reeducanda, que ainda se coloca na condição de cuidadora do irmão. Mesmo decepcionada com ele, a reeducanda se preocupa com o fato de que a experiência da prisão não foi suficiente para que o irmão modificasse suas condutas. Isso demonstra que, apesar de tudo, a identidade de irmã permanece e, conseqüentemente, os papéis a ela inerentes. Magnólia foi beneficiada com o livramento condicional no mês de maio de 2005 e deverá cumprir o resto da pena em liberdade.

⁷³ Fala da reeducanda Magnólia.

⁷⁴ Fala da reeducanda Magnólia.

Há, ainda, um terceiro caso que parece também refletir a força das necessidades financeiras no contexto da afetividade familiar como estímulo para a venda de drogas. A reeducanda Angélica foi presa em flagrante quando trazia uma certa quantidade de droga numa mala, para o tio Lírio, num ônibus de linha que fazia o percurso São Paulo/Maceió.

Segundo os relatos de ambos, a reeducanda não sabia do conteúdo da mala⁷⁵. De férias, Angélica, que mora em São Paulo desde os 3 anos de idade, viajava para visitar a família do tio, que morava em Maceió há alguns anos. O tio, por sua vez, pediu que ela lhe trouxesse uma encomenda: uma mala. Através de uma denúncia anônima, a polícia foi avisada sobre o conteúdo da mala. Assim, quando a reeducanda estava sendo recebida por seu tio em uma das paradas do ônibus, na entrada da cidade de Rio Largo, em Alagoas, ambos foram abordados pela polícia e presos em flagrante.

Angélica parece não entender o que aconteceu e chora durante a entrevista, dizendo: *“Eu só fiz um favor”*⁷⁶. Entretanto, não demonstra rancor pelo tio, relatando, inclusive, que o visita semanalmente no presídio⁷⁷. Refletindo sobre tudo o que aconteceu, ela diz:

Eu sinto tanta coisa (...) Eu sinto uma vontade enorme de ir embora. Sinto falta do meu filho. Tenho medo de que um dia falem pra ele. Tenho vergonha da minha família, da minha mãe. Mas foi bom também que tenha acontecido isso, né? Sei lá, talvez pra eu criar juízo, pra amadurecer mais. Ou pra me demonstrar as coisas que são um perigo (...) não sei (...) O que eu sei é que a gente aprende muita coisa, ainda mais quando vem parar num

⁷⁵ Entrevistamos separadamente a reeducanda Angélica no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia e o reeducando Lírio na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira.

⁷⁶ Fala da reeducanda Angélica.

⁷⁷ No sistema prisional alagoano, as reeducandas que têm parentes presos nos outros presídios podem visitá-los nos dias de visita, ou seja, às quintas-feiras e aos domingos.

lugar desses (...) é complicado. A gente aprende muita coisa, até a não confiar mais nos outros⁷⁸.

Essa fala demonstra a flexibilidade das representações sociais dos sujeitos a partir das experiências vividas. A experiência do cárcere – acidental, segundo o relato da reeducanda – ganhou um sentido pedagógico para ela, que admite que o cárcere “serve para amadurecer” e para “não confiar nos outros”.

Separada do marido, a reeducanda faz planos para reconstruir a vida ao lado do filho, mas tem a consciência das dificuldades que enfrentará por conta de seu envolvimento com as drogas. Ela diz: *“Eu não me considero [criminoso], lógico que não, mas eu sei que as pessoas que estão lá fora daqui me vêem como uma criminosa. (...) tenho muito medo do preconceito, de não arrumar um emprego”*⁷⁹. Nessa fala fica muito claro o referencial do olhar dos outros e, portanto, das representações que “as pessoas” constroem acerca dela.

O medo que a reeducanda tem do estigma de criminosa encontra respaldo no fato de que, apesar da capacidade de atribuir uma identidade a si mesma, ao fazer menção ao filho e à família, a reeducanda não ignora o poder do referencial da norma jurídica para a criação de uma imagem a seu respeito. Com isso reafirmamos a natureza convencional e prescritiva das representações sociais que, conforme explica Moscovici (2000), são capazes de dar uma forma definitiva a pessoas e objetos a partir de convenções (cf. Moscovici, 2000). Além disso, do ponto de vista formal, a classificação atribuída pelo *status* de criminosa pela sentença penal pode ser verdadeiro empecilho na reconstrução da vida da reeducanda Angélica, sobretudo pela dificuldade que os ex-presidiários têm de conseguir um emprego.

⁷⁸ Fala da reeducanda Angélica.

⁷⁹ Fala da reeducanda Angélica.

O tio de Angélica, também entrevistado por nós, apresenta sua versão e justificativa para o fato que resultou nas prisões dele e da sobrinha, explicando por que encomendou a droga para vender:

Eu entrei nisso aí por uma bobagem minha, entendeu? Eu não sou uma pessoa que vivia no crime. Foi uma bobagem, porque minha mãe faleceu pouco tempo antes de eu ser preso e na seqüência teve divisão de bens, essas coisas, entendeu? Aí tocou pra mim um dinheiro e eu acabei querendo dobrar ou triplicar o dinheiro no tráfico e acabou acontecendo isso de eu ser preso⁸⁰.

Lírio afirma já haver usado drogas na época em que morava em São Paulo. Ele chora durante toda a entrevista, mostrando-se arrependido e lamenta a situação da sobrinha, que tem um filho de 5 anos de idade que mora em São Paulo e que não vê desde que foram presos, há quase 2 anos. *"Eu sinto que errei"*, diz ele, entre lágrimas.

A perda de contato com a família aparece em todas as entrevistas realizadas como o grande motivo de arrependimento pelo envolvimento com drogas e como objetivo maior para a reconstrução da vida. O reeducando Lírio conta que sua filha, de oito anos de idade, ficou revoltada com a prisão do pai e recusou-se a ir visitá-lo nos primeiros meses. Somente depois de certo tempo ela passou a ir ao presídio, aceitando melhor sua condição de preso. Lírio afirma que a esposa não sabia de seus planos a respeito da droga e que ela, por gostar dele e saber do sofrimento na prisão, ainda não revelou a ele o que pensa e sente:

O que eu sinto é que ela tem algo pra me falar mais sério quando eu sair, né? Porque eu acho que a mulher não fala assim, né, porque gosta muito de mim, né? Se não gostasse, ela não vinha me visitar. Eu acho que quando eu sair, vou ouvir um bocado dela (...) Eu gosto dela (...)

⁸⁰ Fala do reeducando Lírio.

faz 15 anos que eu tô com ela (...) Ela nem sabia, ficou surpresa e revoltada comigo. Por isso que eu tô te falando que quando eu sair eu vou ouvir bastante coisa dela, porque eu peguei um dinheiro que era limpo, da falecida minha mãe, e acabei ficando sem nada, gastando o que tinha assim⁸¹.

Essa fala do reeducando parece demonstrar como ele reconhece em sua esposa algumas características do amor feminino, que se exterioriza em cuidado e dedicação quase materna para com ele, apesar da decepção que teve ao tomar conhecimento do envolvimento do marido com drogas. Além disso, para o reeducando, há um significado peculiar no fato de que ela não fala para ele o que está sentindo acerca de tudo o que aconteceu entre eles: não aprofundar o sofrimento pelo qual passa o marido na prisão. Na visão dele, colocando em prática o papel de estabelecer a harmonia da família, a esposa do reeducando aguarda o momento apropriado para "falar mais sério". O reeducando reconhece o amor da esposa e da filha e encontra na família esperanças para reconstruir a vida:

Eu acho que é fundamental o preso ter a família perto. Porque se ele não tiver, ele vai (...) Eu tiro por mim, se eu não tivesse (...) Eu nunca tive problemas porque tenho o acompanhamento da minha família direto (...) Se eu não tivesse, podia ser mais revoltado, né?⁸².

Sobre o seu papel de marido, afirma: *"Eu sempre fui um pai presente, nunca maltratei ela e tudo. Por isso que ela tá me acompanhando, né? Aguardando isso aí pra gente continuar a vida"*⁸³. A ênfase na afirmação de que sempre

⁸¹ Fala do reeducando Lírio.

⁸² Fala do reeducando Lírio.

⁸³ Fala do reeducando Lírio.

foi um pai presente pode revelar como o reeducando tem referenciais auto-atributivos que lhe garantem um lugar no contexto familiar. Por isso ressalta a experiência vivida na família para a construção da sua identidade. Dessa forma, não somente ele se reconhece enquanto pai, mas também aponta elementos para que os outros – e em especial a esposa – o reconheçam a partir do exercício da paternidade.

Observamos, então, o constante diálogo das identidades dos sujeitos também no campo das experiências masculinas. Refletindo sobre a vida e lamentando a passagem pela prisão, Lírio diz: *“A gente aqui aprende muita coisa, aprende a dar valor a muita coisa (...) Pra mim não tem hipótese nenhuma de eu mexer com nada de drogas”*⁸⁴.

A família, portanto, parece ser o mais importante núcleo de sociabilidade dos reeducandos, na medida em que envolve sentimentos e valores que têm grande significado diante da realidade do sistema prisional estigmatizante e desumano: amor, carinho, fidelidade, compreensão, respeito. Essas são palavras constantes durante as entrevistas que realizamos. Paradoxalmente, esses sentimentos tanto justificam o envolvimento dos reeducandos com a droga como são apontados por eles como único meio de reconstruir suas vidas após o cárcere.

3. A sedução do vício das drogas na relação afetiva

Outro aspecto muito importante que observamos durante a realização do nosso estudo foi a questão do uso de drogas como fator presente nas relações de afeto entre os traficantes que entrevistamos. Já dissemos que a droga é um dos problemas sociais que mais amedronta todas as camadas da sociedade. No entanto, uma análise mais cuidadosa das regiões e parcelas da sociedade em que o uso de drogas mais ocorre

demonstra que os efeitos recaem de maneira muito peculiar sobre as classes economicamente mais carentes, não somente porque essas pessoas têm menor possibilidade de acesso a tratamentos adequados para a desintoxicação, mas porque, diante das poucas chances de emprego, também se envolvem com a rede de sociabilidade do tráfico em busca de um meio de subsistência.

Jovens de classe média e alta não chegam a ser estigmatizados como problemáticos, anti-sociais ou violentos, apresentando-se mais como jovens em busca de diversão ou, quando exageram, jovens que necessitam de atendimento por médicos e clínicas particulares. Nestas classes sociais costumam funcionar também os grupos de narcóticos anônimos, considerados internacionalmente os mais efetivos na diminuição dos abusos e riscos que envolvem as drogas ilícitas. Jovens pobres, porém, não gozam da mesma compreensão: são presos como traficantes por carregarem consigo dois ou três gramas de maconha ou cocaína, o que ajuda a criar a superpopulação carcerária, além de tornar ilegítimo e injusto o funcionamento do sistema jurídico no País (ZALUAR, 1999, p. 9).

O vício das drogas apresentou-se como uma constante dentre a maioria das mulheres que entrevistamos. Algumas, inclusive, concederam a entrevista visivelmente drogadas. Uma triste realidade que constatamos é que aquelas que não conseguem ter acesso às drogas dentro do presídio, substituem-nas por drogas lícitas, a exemplo de remédios para dormir. Muitas reeducandas relatam que circulam drogas – sobretudo maconha e “remédios de tarja preta” – dentro do presídio, de modo que há um verdadeiro mercado⁸⁵. Assim, as reeducandas

⁸⁴ Fala do reeducando Lírio.

⁸⁵ Os relatos das reeducandas apontam para o fato de que a droga entra no presídio através dos visitantes, que passam o dia no presídio nas quintas-feiras e nos domingos, embora haja a revista íntima, realizada nos visitantes despídos, e nos objetos que possuem.

viciadas que têm algum dinheiro, compram as drogas; aquelas que não podem comprá-las, sofrem graves crises de abstinência, que apresentam crises nervosas e depressão como sintomas mais comuns.

Muitas das reeducandas entrevistadas alegam peremptoriamente que a droga que portavam era para o uso próprio e não para o tráfico. Apesar de não termos encontrado relatos que apontassem o traficante homem como um sujeito que seduz pelo poder que detém na comunidade em que convive, obtivemos relatos de namoros que começam por conta do vício em drogas e, por outro lado, o início de um histórico de drogadição em virtude da relação afetiva. Dentre as 16 reeducandas entrevistadas, 9 se dizem usuárias de drogas.

Um dos casos mais marcantes é o da reeducanda Íris, que afirma ser usuária de drogas desde os 13 anos, tendo experimentado a droga pela primeira vez na escola:

Era os meninos na hora do recreio que aparecia. Eu era muito danada, já fumava cigarro comum, mas aí, da primeira vez que eu usei, eu estava fumando um cigarro e pedi um cigarro a um amigo, senti um gosto estranho, o menino me disse que era maconha. Aí eu disse “é nada, não faz nada”, mas que nada, só me deu uma crise de riso, eu ri quase (...) não parei quase até umas 5 horas da tarde. Minha mãe perguntou: “O que é isso, o que é isso?”. Daí eu desconversei e disse: “É nada não, é porque bebi um pouquinho de vinho”. Daí minha mãe me deu banho, né? Aí pronto, desde esse dia não deixei mais.

O relato da reeducanda demonstra apenas uma das formas através das quais um sujeito conhece as drogas. As representações que ela criou ao longo de sua vida acerca dos efeitos das drogas – em especial da maconha – e que serviam de interdito para o uso foram rompidas no momento em que ela, consumindo-a sem saber, não percebe, de imediato, os efeitos da droga e, portanto, passa a não vê-la como algo

perigoso. Verificamos, a partir da fala da reeducanda, como a experiência vivida é capaz de construir novas representações, levando os sujeitos a agir de acordo com aquilo que pensam a respeito de um objeto, de uma pessoa ou de uma situação. Em outras palavras, há uma mudança na cognição do sujeito, de modo que as novas percepções que ele tem acerca da experiência altera os rumos de suas práticas. Portanto, a própria realidade do sujeito passa a ser alterada (cf. MOSCOVICI, 2003).

Assim, uma vez alterado o campo de representações acerca das drogas, começa para a reeducanda Íris uma árdua experiência que envolve drogas, amor e prisão. Já conhecendo as drogas e comprando-as constantemente para manter o vício, Íris envolveu-se afetivamente com um traficante:

Eu não vendia, mas me envolvi com quem vendia. Foi esse meu parceiro que me trouxe pra aqui [para o presídio] (...) Eu o conheci quando ia comprar droga com ele. Aí conheci ele, aí com uns dois meses a gente teve um caso e eu fui morar junto com ele. Eu tinha uns 15 pra 16 anos. Aí eu fui morar com ele. Tinha fácil [a droga] porque ele vendia, daí pronto, daí fomos presos em 97.

Essa fala sugere que o envolvimento afetivo que a reeducanda viveu com o traficante teve por origem o uso das drogas. Como traficante, o seu companheiro tinha livre acesso às drogas e alimentava o vício dela: “Eu tinha fácil. Na hora que eu queria fumar, ia lá no quarto, fazia um cigarro”⁸⁶. A reeducanda afirma, porém, que mesmo sabendo ser seu companheiro traficante de drogas, ela nunca havia vendido. E diz:

Eu não sabia que tinha um monte de droga dentro de casa, mas eu sabia que ele vendia, mas pouco. Mas aí, quando os homens [a polícia] entraram, arrastaram atrás

⁸⁶ Fala da reeducanda Íris.

do guarda-roupa e lá estava aquele um monte preso na parede, e acharam 600 reais⁸⁷.

Uma questão muito importante no campo de discussões sobre a droga diz respeito aos limites entre o *uso* e o *tráfico*⁸⁸. Como no caso da reeducanda Íris, muitos usuários de drogas são flagrados com determinada quantidade destinada ao uso, mas, como a lei não especifica qual a quantidade que caracteriza o uso e qual aquela em que passa a ser considerada droga para fins de tráfico, observamos muitas situações em que é a polícia quem decide – no ato do flagrante policial e sem qualquer legitimidade jurídica – qual o enquadramento legal cabível para o sujeito flagrado: *“Isso porque, no combate ao uso de drogas, a polícia tem um enorme poder em determinar quem será ou não processado e preso como traficante, crime considerado hediondo”* (ZALUAR, 1999, p. 9).

Quando presa, a reeducanda Íris alegou sua condição de usuária, mas como o flagrante do companheiro ocorreu na casa em que eles moravam, ela foi considerada cúmplice do delito de tráfico de drogas. *“Eu disse que eu era viciada, mas assim mesmo eles me levaram como traficante (...) Eu fui errada porque usava, mas nunca comercializei”*⁸⁹. A reeducanda, portanto, sabe do caráter ilícito do uso de drogas e registra isso através da afirmação de que errou ao usar. Por outro lado, porém, nega a condição de traficante.

Íris relata o fim do relacionamento afetivo depois que ela e o companheiro foram presos: *“Porque se eu continuasse a viver com ele, aí eu ia continuar [com as drogas]. E hoje eu quero me livrar e não consigo. Não é fácil. É fácil começar, mas deixar, não”*⁹⁰. Essa fala parece demonstrar que, para ela, o companheiro, na qualidade de traficante de drogas, passa a

⁸⁷ Fala da reeducanda Íris.

⁸⁸ Fizemos a distinção entre o uso e o tráfico de drogas na Introdução do nosso trabalho.

⁸⁹ Fala da reeducanda Íris.

⁹⁰ Fala da reeducanda Íris.

representar um ponto de vulnerabilidade, sobretudo porque ela, como usuária, não obteve sucesso no tratamento que tentou no Hospital Psiquiátrico Portugal Ramalho⁹¹. O companheiro, no entanto, ainda insistiu para que o relacionamento não acabasse:

Passei dois meses na delegacia, na regional de Arapiraca, quando fui condenada. Daí vim para o presídio e com uns dois meses eu me separei dele. Ele tentou até me ligar, dizia que não comia, e tudo, parecia um homem do mato, mas graças a Deus eu me livre, né?⁹²

A reeducanda Íris reconhece que se voltar a se relacionar com ele, poderá novamente envolver-se com drogas, repetindo-se, assim, um cotidiano de submissão a ele e às drogas, que ela relembra da seguinte forma: *“Eu morava com ele em União dos Palmares. Ele me deixava trancada pra eu não sair, mas também me deixava a droga. Deixava a droga pra eu fumar”*⁹³. Nessa fala a reeducanda aponta para a submissão em que vivia com o companheiro por causa das drogas, o que fica claro com o relato de que ela ficava “trancada” em casa. No entanto, a droga aparece como um contraponto ao sistema de encarceramento privado em que vivia, pois, mesmo presa, ela ‘tinha acesso à droga que ele disponibilizava para ela consumir. De fato, o vício ainda parece ser o grande problema da reeducanda Íris, que reconhece já ter experimentado outras drogas, mas tem na maconha o seu ponto fraco, até mesmo dentro do presídio:

Eu uso assim, quando aparece. As viciadas daqui não deixam faltar. Eu tento fugir, mas quando eu entro em

⁹¹ O Hospital Psiquiátrico Portugal Ramalho é o único hospital público de Alagoas que tem um centro especializado no tratamento de desintoxicação de drogas e álcool. Trata-se do Centro de Estudo e Atenção

⁹² Alcoolismo e outras Dependências – CEAAD, que tem por base a vontade do adicto de submeter-se ao tratamento.

⁹³ Fala da reeducanda Íris.

⁹⁴ Fala da reeducanda Íris.

contato com a fumaceira, acabo fumando também. É impossível me livrar, já pedi muito tratamento, mas até agora não consegui⁹⁴.

O tratamento de 1 ano e 6 meses ao qual a reeducanda se submeteu no Hospital Psiquiátrico Portugal Ramalho foi feito no período em que ela obteve livramento condicional pelo primeiro crime⁹⁵:

Quando eu saí, fiquei tentando tomar remédio, tentando me tratar. Mas aí um dia eu entrei numa favela aqui no Trapiche. Quando eu vi todo mundo fumando no meio da rua, aí eu tava tomando remédio, mas não me controlei (...) eu não sou viciada no remédio, eu tomo remédio para substituir a maconha. Sou viciada mesmo na maconha⁹⁶.

Como o tratamento não obteve sucesso, ela continuou usando drogas e passou a vender para sustentar o próprio vício, de modo que foi presa novamente —, dessa vez na Comarca de Coruripe — em companhia de uma amiga, também traficante. Juridicamente ela é, portanto, reincidente em tráfico de drogas. Contraditoriamente, a reeducanda Íris na qualidade de usuária, quer deixar o vício, mas não acha que a droga faz mal, apesar de demonstrar muito receio de que seus filhos — um de 15 anos e outro de 1 ano e 5 meses — usem drogas no futuro:

A maconha eu sempre usei, mas a maconha nunca me dominou. Sempre fiz as minhas coisas, nunca fiz mal a

⁹⁴ Fala da reeducanda Íris.

⁹⁵ O livramento condicional é um benefício legal — previsto tanto no Código Penal brasileiro quanto na lei nº 7.210/84, conhecida como Lei de Execução Penal — concedido aos reeducandos que já cumpriram um determinado período da pena imposta e que apresentam bom comportamento carcerário. Uma vez beneficiado, o condenado passa a cumprir o restante da pena em liberdade, comprometendo-se a obedecer a uma série de requisitos, dentre eles o de se apresentar mensalmente em juízo, até o término do *quantum* da pena aplicada.

⁹⁶ Fala da reeducanda Íris.

ninguém, nunca peguei nada de ninguém (...) Pra ser sincera, pra mim ela nunca fez mal, porque quando eu estou mal-humorada, revoltada comigo mesma, quando estou com raiva, eu fumo. Aí eu esqueço os meus problemas. Mas nunca me fez mal⁹⁷.

Ao afirmar que a droga nunca a dominou, Íris parece não perceber que é por conta de seu vício em maconha que já foi levada duas vezes à prisão. Sua fala parece não associar a dependência das drogas a todos os problemas que enfrenta desde a adolescência, e ela chega a contradizer-se ao afirmar: *“Toda oportunidade que eu encontrar na rua, vou sempre estar usando [maconha]”*⁹⁸.

No entanto, a reeducanda, que já tem tempo para sair mais uma vez em livramento condicional, demonstra o medo que tem de ser presa novamente e encontra no trabalho um meio de livrar-se de outra possível prisão:

Não quero mais, não. Eu tô aprendendo agora a fazer emborrachado, rafia e outros material. Tô me empenhando o máximo para aprender essas coisas, sabe? É pra quando eu sair, porque eu vou ter que trabalhar, se Deus quiser, eu vou trabalhar⁹⁹.

Durante a nossa pesquisa, também entrevistamos um casal — marido e mulher — presos na mesma oportunidade e pelo mesmo crime. Já separados, a reeducanda Gardênia não morava com o marido, Antúrio, mas tinham encontros esporádicos. Ela usava drogas; ele usava e vendia¹⁰⁰.

⁹⁷ Fala da reeducanda Íris.

⁹⁸ Fala da reeducanda Íris.

⁹⁹ Fala da reeducanda Íris.

¹⁰⁰ Entrevistamos o reeducando Antúrio na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira e a reeducanda Gardênia no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia. Ela, no entanto, não permitiu que a entrevista fosse gravada, o que foi devidamente respeitado. Assim, os relatos aqui transcritos são resultado de anotações feitas durante as entrevistas.

A reeducanda Gardênia relata uma vida de 23 anos de ameaças e violência verbal junto ao marido. Ela afirma que se submetia a ele por medo e também porque usava drogas. Ele, na condição de traficante, fornecia-lhe facilmente a droga. Depois dos filhos crescidos, Gardênia resolveu separar-se do marido, mas eles continuavam ligados através da droga, até que foram presos quando a polícia encontrou, na casa dela, a droga que era dele, destinada ao tráfico. Foram presos juntos. Ele mesmo afirma: *"Ela não vendia, só usava"*¹⁰¹.

O reeducando Antúrio chora durante toda a entrevista, respondendo sucintamente às nossas perguntas. No entanto, foi possível constatar, através de sua fala, a confirmação de uma vida de submissão da esposa para com ele. Sobre o papel da mulher e do marido, ele diz: *"Ela tem que seguir os caminhos do marido, né? [Ele] tem que mandar, né? Quando não manda, é porque não vive bem"*¹⁰². Na concepção do reeducando, um casal vive bem quando a mulher obedece ao marido. Sua fala revela traços de uma cultura ainda muito presente na realidade atual e analisada por Saffioti: a naturalidade da submissão da mulher ao homem na relação afetiva (cf. SAFFIOTI, 1987). Paradoxalmente, o reeducando demonstra o sentimento que nutria pela ex-mulher: *"Por ela eu podia fazer qualquer coisa"*¹⁰³.

Antúrio tem 58 anos, mas aparenta muito mais idade. Visivelmente doente e abatido, afirma já haver usado todo tipo de droga: maconha, crack, cocaína, dentre outras. Mas diz que não sente falta da droga. Sobre a esposa, diz: *"Quando eu sair daqui, eu vou ver ela"*¹⁰⁴. Ela, por outro lado, bem mais jovem do que ele, é vaidosa e aparenta alegria e tranquilidade. No entanto, ainda tem medo do ex-marido e o responsabiliza por sua prisão. Assim, não quer mais vê-lo.

¹⁰¹ Fala do reeducando Antúrio.

¹⁰² Fala do reeducando Antúrio.

¹⁰³ Fala do reeducando Antúrio.

¹⁰⁴ Fala do reeducando Antúrio.

Eles não se falam desde que foram presos e só recebem notícias um do outro através dos filhos que têm em comum. Mas há outra coisa que ambos compartilham: o desejo de sair da prisão e não mais usar ou vender drogas.

Outro caso que apresenta o uso de drogas como um fator que levou a mulher ao cárcere como traficante é o da reeducanda Amarilis, presa junto com o namorado, com quem responde a um processo por uma tentativa de homicídio. Ela diz: *"Eu entrei numa dessas por causa dele"*¹⁰⁵. E explica:

Eu comecei usar droga com ele (...) eu já usava, né? Mas comecei a usar mais ainda. Ele pegou a minha geladeira e trocou por droga, e ele me levou pra curtir. Eu nem queria ir (...) ele tinha chegado com uma arma e eu já estava começando ficar com medo dele. Aí pagou um táxi e a gente foi curtir. Aí ele discutiu com o pai dele e deu um disparo. Eu pensei que não ia dar em nada. Aí quando a gente ia pegando o táxi pra vir embora, a polícia aponta, aí ele corre (...). Aí eu saí atrás dele e depois eu voltei pra trás. Aí a polícia pegou a gente e ele correu, depois que pegou, foi pra minha casa. Aí acharam a droga com ele e a arma na minha casa. Aí eu tô pagando com ele por esse processo¹⁰⁶.

Sobre o que sentia com relação ao namorado após a prisão, Amarilis afirma: *"Antes eu sentia raiva, né? Mas hoje, graças a Deus, eu tô na presença do Senhor, sou evangélica, e nada disso mais me atrapalha"*¹⁰⁷. A religião parece ser um fator de transformação na vida de Amarilis, que, analisando sua vida sob outra perspectiva, diz:

¹⁰⁵ Fala da reeducanda Amarilis.

¹⁰⁶ Fala da reeducanda Amarilis.

¹⁰⁷ Fala da reeducanda Amarilis.

Minha vida mudou totalmente, porque depois que eu cheguei aqui dentro, além de estar presa, eu ainda fazia coisas erradas, né? E graças a Deus, Deus me renovou, né? Me tirou dessa vida, e eu tô na presença Dele. Eu entrei uma mulher, e vou sair outra mulher (...) uma nova mulher.¹⁰⁸

A ênfase da reeducanda nas mudanças que ocorreram em sua vida com a experiência do cárcere pode demonstrar uma forte relação com as antigas representações que ela tinha acerca da vida e daquilo que era *certo* ou *errado*. Essas representações eram determinantes para que suas práticas fossem pautadas a partir de referenciais simbólicos que, para ela, após a experiência da prisão, são desprezíveis. De acordo com Giddens, o ser humano é um agente intencional, que aponta razões para suas atividades (GIDDENS, 1989, p. 2). No caso da reeducanda, a descoberta de um novo patamar de valores que ela descobriu através da religião parece ser fundamental para que modifique sua percepção acerca dos objetos simbólicos que fazem parte de sua vida, de tal forma que ela venha a pautar as suas ações a partir dessa nova percepção. A religião aparece, então, como uma razão para que ela se afaste das drogas. Questionada se essa mudança alcançou também seu companheiro, a reeducanda Amarílis diz: *“Aí eu não sei, né? Porque eu não tenho comunicação com ele. Desde quando eu vim [para o presídio], eu não tive”*¹⁰⁹. A reeducanda afirma não ter raiva de seu namorado. Apesar de colocá-lo na condição de responsável por tudo o que aconteceu, Amarílis não o culpa por completo, pois reconhece o sentimento que a ligava a ele:

Eu disse a ele que eu não queria e ele ficou insistindo (...) Aí fez a troca: trocou a geladeira por um quilo e meio. Foi na casa do traficante e trocou. Eu fiquei meio assim, né? Tanto que eu ainda deixei porque eu tava com ele, eu

¹⁰⁸ Fala da reeducanda Amarílis.

¹⁰⁹ Fala da reeducanda Amarílis.

gostava dele, e ele insistindo, né? E pegou e trocou por um quilo e meio e 300 reais¹¹⁰.

Indagada se uma mulher pode fazer qualquer coisa por amor, ela reflete um pouco e diz: *“Eu acho que, se ama mesmo (...) eu acho que faz, e principalmente quando tá no meio da droga, porque eu tava envolvida, eu usava droga. O vício atrapalha tudo”*¹¹¹. Essa fala aponta para a própria experiência vivida pela reeducanda, que generaliza a partir daquilo que ela viveu como usuária de drogas. Depois das mudanças pelas quais passou dentro da prisão e agora na qualidade de ex-usuária de maconha, Amarílis analisa os seus efeitos, afirmando que nem toda droga retira do usuário o poder de decisão, a consciência, levando-o a fazer o mal. Ela diz:

Hoje em dia todo mundo fala bem assim: *“Ela fez isso por causa da droga, fez aquilo por causa da droga”*. Mas a droga não é pra fazer isso, principalmente a maconha, que não leva a pessoa a fazer nada de mal. A maconha (...) quem disser que fez isso por causa da maconha, tá mentindo. A única coisa que faz a pessoa fazer uma coisa séria é pedra, essas drogas pesadas, cocaína, porque a pessoa não fica em si (...). Agora a maconha não faz a pessoa fazer coisa errada, não. A única coisa que ela faz é dar sono e fome. Agora fazer matar, roubar, essas coisas, não¹¹².

Através dessa fala verificamos, mais uma vez, como a percepção do sujeito pode ser determinante para as suas ações. O significado da ação atribuído por ela enquanto sujeito pode ser fruto daquilo que ela particularmente viveu. De fato, a reeducanda Amarílis não deixou de usar maconha por conta dos efeitos da droga no seu organismo e,

¹¹⁰ Fala da reeducanda Amarílis.

¹¹¹ Fala da reeducanda Amarílis.

¹¹² Fala da reeducanda Amarílis.

portanto, na sua forma de agir, mas sim na tentativa de fugir de uma rede de sociabilidade pautada pela violência e pelo iminente perigo. Ela, como usuária, acabou sendo presa como traficante, já que se relacionava afetivamente com um homem traficante de drogas. Continuar nessa vida significaria abrir a possibilidade de envolver-se em outros delitos e voltar à prisão.

Em meio a essa relação drogas/amor, um aspecto que restou claro no relato da reeducanda Amarilis foi a expectativa de reciprocidade que ela guardava acerca de seu namorado, especialmente quanto ao sentimento de proteção mútua, inclusive no contexto de suas atividades ilícitas. Ela relata a decepção que teve por saber que ele, quando preso, queria livrar-se da acusação responsabilizando-a pelas drogas:

O amor acabou ali, acabou, ate quando eu estava na delegacia que eu não tava sabendo que ele tava me acusando, jogando tudo pra cima de mim, eu ainda gostava dele, ainda tava com ele, mas depois a minha mãe foi descobrindo que ele tava querendo se sair, e botando tudo pra cima de mim...

Assim, segundo ela, o amor acabou não no momento em que foram presos, mas, sim, no momento em que ele rompeu com o sentimento de unidade que sustentava o relacionamento, mesmo na prisão¹¹³. A expressão “*estar com ele*” sugere um significado peculiar que também aponta para a unidade do casal, na medida em que, mesmo separados pelas grades da prisão, os dois ainda permaneceriam ligados pelo vínculo afetivo.

Depois da decepção amorosa, Amarilis não descarta a possibilidade de reencontrar o namorado, mas em outras circunstâncias:

¹¹³ O ex-namorado de Amarilis não foi encontrado. Assim, não foi possível entrevistá-lo.

Quer dizer, se um dia eu tiver assim com um monte de irmãs, e for da vontade de Deus pra mim ir lá no presídio, onde ele está, pra mim ir com essas irmãs, para mim pregar a palavra do Senhor, pra mim ir falar com ele (...) eu vou¹¹⁴.

Para a reeducanda, a vida mudou: não quer mais saber do namorado traficante e das drogas e tem a religião como meio de reconstruir a vida ao lado da família:

Eu, à vista de antes (...) porque antes eu não valia um centavo. Ninguém me agüentava aqui dentro. Mas, graças a Deus, eu estou mudada de corpo e alma e tô feliz. Eu tô querendo que chegue logo o dia de eu ir pra casa, porque a saudade já está demais das minhas filhas, mas que Deus (...) que seja da vontade Dele, porque tem muita gente que pede pra sair e quando sai, morre lá fora. Eu quero, mas que seja da vontade Dele¹¹⁵.

Quando afirma que “não valia um centavo”, a reeducanda refere-se a sua forma de vida pautada por referenciais de valor que hoje ela superou. Com a religião, seu olhar sobre o mundo parece ter se modificado, alterando, também, as representações construídas acerca da sua própria realidade e de sua identidade. Assim, seu desejo de sair da prisão está vinculado a uma nova atitude no cotidiano. Esse discurso compõe a percepção dessa mulher enquanto sujeito no mundo a partir do presente vivido no cárcere. Com a liberdade, esses referenciais podem permanecer ou ser modificados, de acordo com a dinâmica das trocas simbólicas que continuarão a existir na vida da reeducanda (cf. JOAS, 1999). Portanto, seu discurso não representa certezas, mas apenas expectativas acerca do devir.

¹¹⁴ Fala da reeducanda Amarilis.

¹¹⁵ Fala da reeducanda Amarilis.

Porém, nossa pesquisa demonstrou que algumas das mulheres entrevistadas afirmam-se usuárias e traficantes de drogas e confessam que não têm interesse em modificar a vida, mesmo sabendo que o vulgarmente chamado “mundo das drogas” é permeado por situações constantes de risco, seja com relação à própria droga e aos males que ela traz à saúde através do uso continuado, seja por conta da estranha rede de sociabilidade que enseja um universo de poder e violência. Esses reeducandos, no entanto, são minoria diante da grande maioria dos entrevistados que afirmam categoricamente o desejo de mudar de vida.

Além disso, algumas mulheres usuárias revelam o medo que têm de que seus filhos se envolvam com drogas e sentem até vergonha pelo fato de terem dado um mau exemplo para eles. Outras, que admitem usar drogas mesmo dentro da prisão, afirmam não se preocupar se seus filhos se envolverem com drogas, com a seguinte ressalva: “Se eles usarem maconha, não vejo problema, é normal, não deixa a pessoa doída. Agora, as outras drogas e a cachaça...”¹¹⁶. Isso revela como as experiências vividas são marcantes para as representações que as mulheres traficantes criam a respeito das drogas e como, a partir daí, justificam suas práticas. Se para o usuário os efeitos da maconha, por exemplo, são inofensivos, ele jamais se incomodará que seus filhos venham a fazer uso desse tipo de droga. Todavia, eles têm consciência da ilicitude do objeto e não ignoram que foi por causa da droga que foram parar na prisão.

Percebemos, então, que as representações que os usuários de drogas constroem a respeito dos efeitos da maconha constituem a verdade que é própria dessas pessoas, fruto de suas experiências com a droga. Assim fica mais fácil compreender os altos índices de reincidência dos crimes relacionados às drogas. O sujeito, mesmo

¹¹⁶ Fala da reeducanda Gérbera.

sabendo da proibição legal e da possibilidade de uma prisão, não encontra motivos para deixar a droga. Como o uso de drogas tem ligação direta com o tráfico, então o ciclo vicioso está fechado.

Verificamos, assim, que são diversas as causas que levam mulheres à prisão por tráfico de drogas. Mas, no contexto dessa pluralidade causal, o afeto passa a ocupar um espaço muito peculiar, na medida em que as representações femininas acerca desse afeto – que são o resultado de uma construção histórica que aponta para lugares específicos da mulher na sociedade e, sobretudo, na família – podem ser determinantes para a ação ligada às drogas.

CONCLUSÃO



Neste estudo falamos sobre o amor. O nosso escopo maior, todavia, não foi teorizar esse sentimento tão caro ao universo feminino, mas, sim, compreender como ele pode impulsionar práticas femininas relacionadas ao tráfico de drogas. É certo que não chegamos ao extremo de considerar o amor um fator criminógeno, mas percebemos, através da nossa pesquisa, que os limites do sujeito são muitas vezes rompidos quando há vínculos afetivos em jogo.

As representações femininas acerca do amor surgem como resultado de uma construção histórica baseada em trocas simbólicas diretamente ligadas à divisão social de tarefas estabelecidas entre homens e mulheres e que têm por fundamento as diferenças estabelecidas pelos sexos. Por isso, falar do amor feminino significa falar das relações de gênero, cuja natureza mista, conforme explica Joan Scott (1995), envolve não somente o componente biológico fundante, mas também uma construção social das identidades dos sujeitos.

Através do nosso estudo, constatamos empiricamente que quando tratamos da identidade do sujeito, não podemos nos limitar ao termo “identidade”, no singular, mas devemos considerar que todo sujeito é formado pela dinâmica de múltiplas identidades que convivem concomitantemente e, muitas vezes, contraditoriamente (cf. HALL, 1999). A realidade da vida contemporânea situa os sujeitos em diversos núcleos de atuação – família e trabalho, por exemplo – acarretando a formação de identidades distintas, cujas origens partem de diferentes referenciais.

As identidades femininas – foco do nosso estudo – estão historicamente vinculadas ao contexto das relações familiares,

sobretudo no que diz respeito à figura do marido/companheiro, aos filhos e ao próprio lar. Essas identidades tanto são reconhecidas pelo olhar do outro como pelas próprias mulheres, que conseguem, muitas vezes, verbalizar o que pensam a seu próprio respeito no contexto de suas relações sociais, apresentando motivos para as suas ações. Como a finalidade deste estudo foi compreender como as representações sociais sobre a identidade nas relações de amor e afeto influenciam o envolvimento de mulheres no tráfico de drogas, e considerando que delimitamos a pesquisa ao universo de mulheres presas, não poderíamos adentrar no campo simbólico de suas práticas senão através de seus próprios discursos e dos discursos dos homens traficantes de drogas, companheiros das entrevistadas, o que se mostrou artifício metodológico adequado. Não nos propusemos a realizar análise de discurso, mas tomamos o discurso no seu papel constitutivo na dinâmica da vida social, onde aparece como meio através do qual ocorre a interação entre os indivíduos. Esses, enquanto sujeitos, realizam trocas simbólicas e formulam, assim, modelos e padrões a partir dos sentidos e significados que atribuem a identidades e papéis sociais. Em outras palavras, o discurso tanto é instrumento de formação de representações sociais, como também revela como essas representações guardam estreita relação com as práticas sociais. Por meio do relato dos sujeitos entrevistados, tentamos apreender alguns dos significados atribuídos as suas experiências afetivas, com o intuito de estabelecer ligações entre as representações sociais e práticas ilícitas relacionadas às drogas.

O contato com o discurso das mulheres presas no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia e que respondem a processo ou cumprem pena por tráfico de drogas revelou como as representações sociais acerca do amor e das relações de afeto no contexto familiar influenciam os significados que atribuem às experiências vividas. Os relatos sugerem a predominância da dominação masculina (BOURDIEU, 1995) na relação afetiva que, em alguns casos, guarda estreita ligação com o uso de drogas. Verificamos,

porém, que a dominação masculina encontra respaldo na aceitação das próprias mulheres que, mesmo inconscientemente, reproduzem práticas de sujeição aos maridos, companheiros, irmãos, de acordo com o que pensam acerca do amor e do papel da mulher na afetividade. Há, assim, uma relação cíclica entre dominação/aceitação, que acaba por conceder certa legitimidade a essa realidade, naturalizando a dominação do homem sobre a mulher.

Com base na teoria das representações sociais proposta por Moscovici (2003), constatamos, de fato, que as práticas dos sujeitos estão diretamente ligadas às representações sociais construídas através das trocas simbólicas ocorridas ao longo de suas vidas, seja no passado, no presente ou nas expectativas para o futuro. Para a maioria das mulheres entrevistadas, o que pensam sobre amor, marido, filhos, família, drogas e crime, por exemplo, reflete diretamente em suas práticas ligadas às drogas, na medida em que surgem como meios de justificar suas ações. Essa constatação nos leva a confirmar a idéia de que a ação humana tende a ser fundada em sentidos e significados que, na maioria das vezes, podem ser elaborados discursivamente como razões e motivos do sujeito (cf. GIDDENS, 2002). As entrevistadas, não raro, relacionam suas práticas aos sentimentos que nutrem pelas pessoas que compõem os seus vínculos de afetividade, seja como prova de amor ou como consequência dos papéis que assumem no contexto familiar. Isso restou claro nos relatos das mulheres que assumem a droga no lugar do marido, ou daquelas que se envolvem com drogas em companhia do marido por problemas financeiros da família, por exemplo.

Como as representações tendem a justificar práticas sociais, verificamos também que aquilo que as mulheres traficantes pensam acerca do tráfico de drogas, do crime e da figura do criminoso também passa a ser fundamental para as suas práticas, principalmente porque não se reconhecem como componentes desses grupos identitários.

Dentre os critérios que estudamos para compreender como ocorre o estabelecimento das múltiplas identidades dos sujeitos – naturalidade, cultura, vivência e auto-atribuição (cf. MAURA PENNA, 1992) –, percebemos que os dois últimos encontram maior legitimidade diante da percepção dos próprios sujeitos, enquanto os dois primeiros surgem como fundamento para a formação de representações no senso comum. Verificamos que a determinação legal da identidade de traficante, que ocorre quando da aplicação da norma penal, tende a naturalizar o envolvimento com as drogas, situando-o como algo inerente ao sujeito e não acidental e contingente em sua vida. Assim, quando presas por tráfico de drogas ou quando condenadas, as mulheres passam a ser identificadas como traficantes, sendo praticamente desconsideradas as demais identidades. Daí a imediata estigmatização desses sujeitos.

A cultura, por sua vez, partindo da estigmatização estabelecida pela norma penal corrobora para a formação de representações sociais acerca da violenta rede de sociabilidade inerente ao tráfico de drogas, o que nem sempre corresponde às experiências vividas por essas pessoas. Não afirmamos, com isso, que não há violência no narcotráfico – o que seria negar uma realidade clara e gritante –, mas entendemos, a partir da nossa pesquisa, que muitas das condutas que se encaixam na descrição da norma penal referente ao “tráfico de substância entorpecente” nem sempre se relacionam ao caráter mercadológico e violento do tráfico e, portanto, podem ser aplicadas a sujeitos que não têm um histórico de envolvimento cotidiano com drogas ou, então, são apenas usuários.

Por isso, verificamos que o critério da auto-atribuição da identidade, pautado pela vivência do sujeito, aparece como elemento identitário fundamental das mulheres traficantes, que, a partir das representações que compõem o seu campo simbólico, são capazes de estabelecer pautas de conduta de acordo com o que pensam acerca

de si mesmas e de seu papel nas relações de afeto, sobretudo no contexto familiar.

Apesar do aparente antagonismo entre as múltiplas identidades das mulheres que estudamos – mães, esposas, filhas, irmãs, trabalhadoras e traficantes de drogas, dentre outras –, verificamos que essa realidade é mais comum do que se pensa. Ao contrário das representações sociais que vigoram no senso comum e que são resultado da força estigmatizante da norma penal, as mulheres entrevistadas não aparentam periculosidade e nem sempre vivem cotidianamente para o crime. São, de fato, mães, filhas e companheiras amorosas e dedicadas que apresentam as mesmas características das demais mulheres: enfeitam-se para aguardar os maridos nos dias de visita no presídio, preocupam-se com a saúde e a segurança dos filhos e fazem planos para o futuro. Portanto, antes de traficantes elas são, de fato, mulheres.

A tendência cultural de se pensar o “mundo das drogas” a partir da uniformização das condutas dos envolvidos demonstrou-se equivocada, de acordo com a nossa pesquisa, pois constatamos que há uma multiplicidade causal na ligação da mulher com as drogas, embora dois elementos se apresentem muito constantes nessa dinâmica, principalmente quando estão interligados: a drogadição e a afetividade.

A drogadição é um dos maiores problemas sociais da atualidade, pois envolve uma vasta gama de fatores que impulsionam os sujeitos para as drogas, mesmo diante das ameaças da norma penal, que atribui severas penas aos traficantes. Nas histórias de vida das mulheres que entrevistamos, o vício em drogas aparece como uma triste realidade que as leva a diversas situações de submissão aos traficantes, especialmente quando estabelecem com eles relações de afeto.

Sobre o amor e a afetividade na vida dessas mulheres, nossa pesquisa confirma a hipótese que sustentamos: os significados e sentidos que elas atribuem ao amor e ao papel que devem desempenhar no contexto das relações de afeto são construídos a partir de práticas

interacionais ao longo de suas vidas, e levam-nas a vivenciar relacionamentos afetivos pautados pela cultura de submissão da mulher ao homem. Como suas práticas são referenciadas por essas representações, elas tendem a agir em nome desse afeto. Portanto, verificamos que há, de fato, estreita ligação entre o amor e as práticas femininas relacionadas às drogas.

Embora tenhamos verificado que o envolvimento afetivo com homens surge como característica comum nos relatos das mulheres presas por tráfico, entendemos que é na esfera das diferenças que se estabelecem as relações de gênero nesse contexto, porque cada sujeito traz, em sua história de vida, uma realidade vivida, sobre a qual se estabelecem sentidos, significados e motivações muito peculiares para as suas práticas sociais. Isso significa que não podemos generalizar a ação humana, mesmo que ela corresponda a referenciais normativos e formais muito específicos, a exemplo do Direito. As mulheres que entrevistamos estão presas por tráfico de drogas e, portanto, são identificadas legalmente como traficantes, como se suas ações relacionadas às drogas fossem semelhantes e homogêneas. No entanto, não somente suas realidades são muito distintas, mas o contexto do envolvimento com as drogas também é diferenciado.

Com a experiência da prisão, o olhar que depositam sobre tudo o que aconteceu em suas vidas já não é o mesmo. As representações que tinham acerca das experiências afetivas vividas e que influenciavam suas condutas parecem transformar-se diante de uma nova realidade que se estabelece. Elas não pensam o amor da mesma forma que o faziam outrora. Muitas se mostram desiludidas com o amor, outras querem distância daqueles homens que as levaram à prisão, e outras, ao contrário, reforçam o sentimento pelo homem que amam. Mais uma vez confirmamos o que dissemos anteriormente, mas agora em uma outra perspectiva: diversas foram as causas que levaram essas mulheres à prisão por tráfico de drogas, mas diversas

são, também, as expectativas que guardam acerca do futuro. Essas mulheres não compartilham uma realidade unificada. Elas são sujeitos e, nessa qualidade, são singularidades cujas vidas compõem histórias que ainda estão em construção.

BIBLIOGRAFIA



ABRIC, Jean-Claude. *A abordagem estrutural das representações sociais*, in Estudos interdisciplinares de representação social. Antônia Silvia Paredes Moreira e Denize Cristina de Oliveira (orgs.) Goiânia: AB, 1998.

ALMEIDA, Rosemery de Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*, 8 ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, Coleção debates política:, 1972.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAUMAN, Zyngmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. Fatos e mitos*; tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *O segundo sexo. A experiência vivida*; tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- BECCARIA, César. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*, 4 ed.. Brasília: UnB, 1999.
- BORGES, Maria de Lourdes. *Amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. In Educação e realidade, v. 20, n.2, jul/dez 1995. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 1995.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- _____. BRANDÃO, Helena H. Negamine. *Introdução à análise do discurso*. 7 ed. Campinas: UNICAMP, 2001.
- BRUNO, Aníbal. *Direito penal, parte geral, tomo I: introdução, norma penal, fato punível*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Cristina (org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.
- BRUSCHINI, Cristina e PINTO, Céli Regina (org.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2001.
- BURITY, Joanildo A. *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CAMPOS, Pedro Humberto Faria. LOUREIRO, Marcos Corrêa da Silva (org.). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.
- CARVALHO, S. de. *A política criminal de drogas no Brasil: do discurso oficial às razões da descriminalização*. Rio de Janeiro: Luam Ed., 1996.

- CORACINI, Maria José. PEREIRA, Aracy Ernst (orgs.). *Discurso e sociedade: práticas em análise do discurso*. Pelotas: ALAB/EDUCAT, 2001.
- COULON, Alain. *A Escola de Chicago*, tradução Tomás R. Bueno. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- COSTA, Sérgio. LEIS, Héctor. *Dormindo com uma desconhecida. A teoria social contemporânea visita a intimidade*. In Teoria social e modernidade no Brasil. AVRITZER, Leonardo. DOMINGUES, José Maurício (org.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- _____. *Da divisão do trabalho social*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *O suicídio*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- _____. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.
- ESPINOSA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- FERREIRA, Nádia P. *A teoria do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002a.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- _____. *Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.
- _____. *História da loucura*. 7 ed.. São Paulo: Perspectiva, 2004c.
- _____. *História da sexualidade, 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *História da sexualidade, 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- _____. *História da sexualidade, 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder*. 19 ed.. São Paulo: Graal, 2004d.
- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- _____. *Vigiar e punir*. 25 ed.. Petrópolis: Vozes, 2002b.
- FROMM, Erich. *A arte de amar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- GIDDENS, Antony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- _____. *As consequências da modernidade*, 2 ed.. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

- _____. TURNER, Jonathan (org.) *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 11 ed.. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed.. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. BARONAS, Roberno (orgs.) *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HERKENHOFF, João Baptista. *Crime: tratamento sem prisão*. 3 ed.. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2 ed.; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (org). Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. *Quem precisa de identidade?*; tradução de Tomaz Tadeu da Silva (org.), in *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HULSMAN, Louk. *Penas perdidas. O sistema penal em questão*. 2 ed.. Niterói/RJ: Luam, 1997.
- IMBASCIATI, Antônio. *Afeto e representação*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- INDURSKY, Freda. FERREITA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ: 2001.

JOCHELOVITCH, Sandra. GUARESCHI, Pedrinho (orgs.). *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

JOAS, Hans. *Interacionismo simbólico, in Teoria Social Hoje*. (org. Anthony Giddens e Jonathan Turner). São Paulo: Unesp, 1999.

KARAN, Maria Lúcia. *De crimes, penas e fantasias*. Niterói/RJ: Luam Ed., 1993.

LACLAU, Ernest. *Universalismo, particularismo e questão da identidade, in Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Coord. Luiz Eduardo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LINS, Daniel (org.). *A dominação masculina revisitada*; tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo, Companhia das Letras: 2000.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MACEDO, Roberto Sidnei. *A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MELLO, Marcelo Pereira de. *A casa de Detenção da Corte e o perfil das mulheres bresas no Brasil durante o século XIX*. In *Gênero: Núcleo transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG – v. 2, n.1 (2 sem. 2000)*. Niterói: EdUFF, 2000.

MORAES, Márcia. *Ser humana: quando a mulher está em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais. Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORIN, Edgar. *Amor, poesia, sabedoria*. 2 ed. Tradução Edgar de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Revista Estudos Feministas, vol.8, n° 2, ano 8, 2° semestre, 2000.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa social: introdução às suas técnicas*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. (org.) *Discurso fundador*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Discurso e leitura*. 3 ed. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1996a.

_____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996b.

_____. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2 ed.. Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1997.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.

PIRES, Vera Lúcia. *Análise de discurso e relações de gênero: romper com o senso comum e instituir sentidos plurais*. In: *Discurso e sociedade: práticas em análise do discurso*. Maria José Coracini e Aracy Ernst Pereira (orgs.).

Pelotas: ALAB/EDUCAT, 2001.

PROCÓPIO, Argemiro. *Narcotráfico e segurança humana*. São Paulo: LTR, 1999.
SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*. Organização e tradução, João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e realidade, vol. 20, n.2, jul/dez, Porto Alegre, 1995.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. SOIHET, Rachel. MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

SAWICKI, Jana. *Foucault, feminismo e questões de identidade*, tradução de Izabel Brandão, in *Leitura: revista do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística: número temático: Espaços híbridos*. – n. 28 (jul./dez.2001) – n. 29 (jan./jun.) 2002. – Maceió: Imprensa Universitária, Ufal, 2001.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Organização e introdução de Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.

SOARES, Bárbara Musumeci. ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOIHET, Rachel. *Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas*. In *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

SPINK, Mary Jane (org.). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1999.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VELHO, Gilberto. ALVITO, Marcos. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 1996.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*, tradução de Tomaz Tadeu da Silva (org.), in *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZALUAR, Alba. *Drogas e cidadania*. Brasília: Brasiliense, 1999.

_____. *Inclusão perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. ALVITO, Marcos. (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOBRE A AUTORA



Elaine Cristina Pimentel Costa é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, graduada em Direito pela UFAL, mestra em Sociologia pela UFAL e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É membro do Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas - NEVIAL, da UFAL.

A história da humanidade é marcada por diversos momentos em que o amor esteve em debate. Seja na Antiguidade, com os escritos de Platão, na Idade Média, com a perspectiva cristã, ou na modernidade, com seu novo patamar de racionalidade, o tema do amor subsiste a transformações político-institucionais, inclusive na contemporaneidade, quando o processo de reificação humana se mostra tão acentuado. Apesar de diferentes paradigmas relacionados ao amor na trajetória dos homens, o que há em comum entre esses períodos históricos é que o amor aparece sempre como um fator que impulsiona práticas sociais nos mais variados campos da sociabilidade humana, inclusive nas ações ilícitas.

Ao adjetivar o amor de bandido no título do nosso livro, não propomos a condenação do sentimento amor como criminoso, ilícito ou desprezível, mas apontamos para a idéia de que há uma forte ligação entre as relações afetivas e as práticas ilícitas dos sujeitos estudados: as mulheres traficantes de drogas. Assim, apresentamos um estudo que teve por objetivo demonstrar que a afetividade aparece como um fator preponderante para o envolvimento da mulher no tráfico de drogas, em Alagoas. Sustentamos que os diversos significados do amor para essas mulheres são frutos das representações sociais construídas a partir de práticas interacionais estabelecidas ao longo de suas vidas, que as levam a vivenciar relacionamentos afetivos pautados pela milenar submissão da mulher ao homem, sobretudo quando estão em questão aspectos relacionados às necessidades familiares e ao uso de drogas.